

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RAFAEL PASSOS DE MELO

“O TRAUMA E A FERIDA NA MEMÓRIA”: Literatura latino-americana e narrativas
sobre os regimes ditatoriais no Brasil e Chile

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Cultura.

São Luís - MA
2022

RAFAEL PASSOS DE MELO

“O TRAUMA E A FERIDA NA MEMÓRIA”: Literatura latino-americana e narrativas
sobre os regimes ditatoriais no Brasil e Chile

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Maranhão.

Área de concentração: História e Conexões Atlânticas

Orientador: Lyndon de Araújo Santos

São Luís

2022

RAFAEL PASSOS DE MELO

“O TRAUMA E A FERIDA NA MEMÓRIA”: Literatura latino-americana e narrativas
sobre os regimes ditatoriais no Brasil e Chile

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Maranhão.

Área de concentração: História e Conexões Atlânticas

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Rodrigues Galve

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho

Prof^ª. Dr^ª. Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

PASSOS DE MELO, RAFAEL.

O TRAUMA E A FERIDA NA MEMÓRIA : Literatura latino-americana e narrativas sobre os regimes ditatoriais no Brasil e Chile / RAFAEL PASSOS DE MELO. - 2022.
162 f.

Orientador(a): LYNDON DE ARAÚJO SANTOS.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUIS - MA, 2022.

1. América Latina. 2. História. 3. Literatura. 4. Política. I. DE ARAÚJO SANTOS, LYNDON. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela força diária concedida mesmo diante de todas as adversidades que surgiram no caminho, me deu sustento e iluminou meus caminhos. Aos meus pais Valdir e Telma e à minha irmã Fabiana, pelo apoio, amor e ensinamentos dedicados a mim, garantindo minha formação moral e pessoal.

Às minhas amigas Juliene Hidelfonso e Luana Ribeiro, que me acompanham desde o início da busca pela conquista desse sonho, por estarem ao meu lado nos mais diversos momentos, seja no riso ou no choro. Obrigado por tanto!

À minha segunda família, que nos últimos meses abraçaram esse sonho como se fosse deles e que dedicaram horas de atenção, acolhimento e cuidado. Com todo amor, Rosa, Itamar, Isabelle e em especial à Isac Sadhrack, por ser apoio, companheiro para todas as horas, grande entusiasta a ter orgulho dos meus percursos e porto seguro na minha vida. Essa vitória também é sua!

Aos meus amigos da turma de Comunicação que sempre acreditaram em mim e me encorajaram a seguir em frente, à Thalyta Cavalcante, Yasmin Araújo, Danilo Cantanhede, Valdo Tavares, Paulo Vinícius Coelho e João Meireles, vocês também fazem parte disso.

Aos amigos que fiz ao longo dessa jornada, Gabriella Vieira, Luma Baia, Jacksoel Aroucha, Hiago Andrade, Hévila Sousa, Karlene Almeida e Ana Cecília Aragão, meu muito obrigado pelos conselhos e presença.

Aos meus companheiros de turma do Mestrado que tive a oportunidade de conhecer, presencial ou remotamente, e mesmo que em meio ao contexto complicado de pandemia, nos mantivemos unidos.

À Prof^a Maria Luiza Cruz e à Vilma Castro pelos ensinamentos e paciência que contribuíram para a minha formação pessoal e profissional. E a Prof^a Avohanne Costa, que também foi um grande suporte ao direcionar ótimas referências e sugestões nesse momento.

Aos professores do curso de História que me trouxeram grandes inspirações com seus ensinamentos, garantindo-me a certeza dos caminhos que queria percorrer, em especial à minha orientadora de monografia, Prof^a Fernanda Rodrigues Galve, pelos ensinamentos, paciência, confiança e companheirismo, que se dispôs a orientar meu trabalho de conclusão de

curso na graduação e me estimulou a continuar esta pesquisa em estudos latino-americanos no Mestrado, meu mais sincero muito obrigado.

Ao meu orientador do mestrado, Lyndon de Araújo, por sua dedicação, compromisso, escuta atenta e presença, ao assumir a orientação deste trabalho. Ter alguém que compreenda não só meus percursos acadêmicos, mas também os meus sentimentos neste momento, foi de extrema importância para o encaminhamento da pesquisa. Sou muito grato pela oportunidade de aprender e continuar aprendendo muito nos últimos meses ao seu lado, com o desenvolvimento deste estudo, que marca um grande passo na minha vida acadêmica e pessoal.

E a todos que não foram aqui citados, mas que de algum modo contribuíram para a realização desse sonho.

“...Na hora mais profunda e silenciosa da noite, confesse a si mesmo que morreria se fosse proibido de escrever. Busque a resposta nas profundezas do seu coração, onde se estendem suas raízes e questione-se: 'Devo escrever?'. ”

(RAINER MARIA RILKE em Cartas a um jovem poeta)

RESUMO

A presente dissertação visa refletir acerca de como a Literatura, em alguns casos, tem incorporado em seus enredos fatos históricos vivenciados pela sociedade, estando entre esses, ditaduras e repressões impostas por regimes militares. Desse modo, busco aqui estabelecer uma análise das representações, verificando o papel das relações de força presentes na constituição de narrativas e discursos em situações particulares. Partindo disso, procurou-se compreender como as narrativas podem atuar na delimitação de complexos contextos, estabelecendo ainda que ficcionalmente, possíveis testemunhos da cena retratada. Em meio aos debates que se fazem postos neste estudo, argumento sobre a relevância de uma consciência histórica acerca de tais eventos, compondo reflexões sobre como a literatura de testemunho pode auxiliar esse conhecimento, diante dos contínuos desafios encontrados por pesquisadores em História e Sociologia. Para subsidiar as discussões aqui presentes, se traz em paralelo, um momento histórico em que países latino-americanos como o Brasil e Chile estiveram divididos ideologicamente diante de uma suposta ameaça de um espectro comunista, os quais demandaram esforços de organização política de ambos os lados, sejam aqueles que estavam favoráveis aos regimes militares ou ainda para os que estiveram classificados como vidas clandestinas. Para tanto, foram relevantes para a construção das argumentações em destaque, os apontamentos de importantes teóricos como Seligmann-Silva (2008), Dellamore (2011) e Ginzburg (2002).

Palavras-chave: Literatura. História. Política. América Latina

ABSTRACT

This study aims to reflect about how the Literature has sometimes included historical facts on its plots, as dictatorships and repressions imposed by military regimes. For this reason, this work's goal is to establish an analysis of representations checking the power relations' role on the narrative constitution as well as speeches in specific situations. From it, it was studied how these narratives might have a role on the emersion of complex contexts establishing, even if fictionally, possible statements from the scene portrayed. Amid this study debates, it has been emphasized the relevance of a historical consciousness related to those events promoting reflections about how testimony literature can contribute to this knowledge upon the continuous challenges founded by the History and Sociology researchers. To reinforce this study, it is brought the historical moment in which the Latin America countries, Brazil and Chile, were divided ideologically in the face an alleged threat from a communist spectrum which demanded political organization efforts from both sides, even if they were favorable to the military regimes or the ones classified as clandestines lives. Therefore, the theoretical notes by Seligmann-Silva (2008), Dellamore (2011) and Ginzburg (2002) were fundamental to the construction of the highlighted arguments.

Keywords: Literature. History. Politics. Latin America.

LISTA DE SIGLAS

APEM — Arquivo Público do Estado do Maranhão.

AI — Ato Institucional.

CNI — Central Nacional de Informaciones.

CNV — Comissão Nacional da Verdade.

DINA — Dirección de Inteligência Nacional.

DOPS/MA — Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão.

DRT/MA — Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Maranhão.

ESG — Escola Superior de Guerra.

EUA — Estados Unidos da América.

LSN — Lei de Segurança Nacional.

SNI — Serviço Nacional de Informações.

UFMA — Universidade Federal do Maranhão.

USP — Universidade de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registro fotográfico do bombardeio do La Moneda por tropas militares chilenas.

Figura 2 - Soldados disparando contra a sede presidencial chilena.

Figura 3 - Registro de soldados pelas ruas chilenas.

Figura 4 - Tropas militares chilenas apontando armas.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 01** - Salvador Allende e o General Augusto Pinochet. (p. 146)
- Anexo 02** - Cerimônia de nomeação de Pinochet. (p. 147)
- Anexo 03** - João Goulart, em Comício no Rio de Janeiro. (p. 148)
- Anexo 04** - Solicitação de providências na Diocese de Viana. (p. 149)
- Anexo 05** - Ofício da DOPS/MA sobre a Diocese de Viana. (p. 150)
- Anexo 06** - Boletim paroquial de Chapadinha. (p. 151)
- Anexo 07** - Informativo: Protestantismo e a fé Católica. (p. 152)
- Anexo 08** - Ofício confidencial da Delegacia Regional do Trabalho / MA. (p. 153)
- Anexo 09** - Arquivo confidencial da DRT MA cita a atuação da Diocese de Viana. (p. 154)
- Anexo 10** - Texto "Cartas do Campo e da cidade" (p. 155)
- Anexo 11** - Ofício solicita busca de dados sobre o Poeta Bandeira Tribuzzi. (p. 156)
- Anexo 12** - Posição da Igreja de Chapadinha contra os abusos a lavradores. (p. 157)
- Anexo 13** - Texto demarca a importância do direito à educação em Chapadinha. (p. 158)
- Anexo 14** - Manifestações contra o resultado das eleições presidenciais no Brasil. (p. 159)
- Anexo 15** - Ato em defesa da Democracia é realizado no Brasil. (p. 160)
- Anexo 16** - Multidão ocupa Faculdade de Direito da USP em Ato pela Democracia. (p. 161)
- Anexo 17** - Chile realiza plebiscito pela nova constituinte. (p. 162)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. Reflexões sobre a historiografia, narrativas literárias e abordagens epistemológicas: A Literatura e seus usos pelo historiador.....	35
1.1 As investidas da retórica anticomunista na América Latina	58
2. Pensando a literatura de testemunho como aliada do conhecimento histórico.....	80
2.1 A literatura de testemunho latino-americana e o direito à memória	93
3. A política de memória do Brasil e Chile do pós-regime ditatorial	103
3.1 Narrativas possíveis: a História global e conectada e a composição de novos olhares... ..	116
3.2 A memória enquanto necessidade e dimensão de justiça social	123
4. Considerações finais.....	132
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXOS.....	145

Introdução

A presente dissertação busca apreender por meio da história conectada, aspectos sociais, políticos e culturais trazidos em meio às narrativas de *Quarup*, de Antônio Callado (1984)¹ e *Noturno do Chile*, de Roberto Bolaño (2000)². Compostas por escritores latino-americanos em relação aos longos anos que determinados países estiveram submetidos a regimes ditatoriais como ocorreu no Brasil e Chile, tais obras reportam possíveis repressões e censuras, bem como teriam se dado as atuações de importantes instituições como a Igreja, por exemplo, diante de tais atos, visando ainda perceber como essas experimentações narrativas se articularam colocando ao centro das discussões, debates acerca das crises históricas encontradas ao longo do caminho como as que se sucederam com os regimes ditatoriais na América Latina.

A cena literária ganha expressão ao passo que se faz atenta aos diagnósticos das transformações sociais, políticas e culturais, movimentados por períodos de efervescência em busca de afirmações e reafirmações de direitos. As mudanças vivenciadas apresentam horizontes para a construção de narrativas e pesquisas que podem ser associadas a uma atitude crítica diante de uma realidade social.

As obras propostas por este estudo, possuem enredos que expõem aquilo que foi regido pela invisibilidade e pelo silenciamento, propõem um despertar como em um estalo para uma situação que muitos tentam desfocar. Estampando representações acerca de um passado que não pode ser ignorado, deste modo, a literatura ganha sua face problematizadora, proporcionando novos destinos, formas de articulação e entendimento, auxiliando ainda em um resgate da memória.

Faz-se perceber por meio disso uma nova função, a de integralizar por meio de suas propostas literárias os indivíduos à memória, bem como à História. Remontando momentos fundamentais, mostrando variantes que também compõem a análise das proximidades das vivências, se intervém por meio delas sobre a realidade, às quais muitas vezes podem trazer em seu bojo a importância em situar-se politicamente, ainda que essas visões sejam reportadas

¹ Antônio Callado (1917-1997) foi um jornalista, romancista, biógrafo e dramaturgo brasileiro. Atuou em importantes jornais no Brasil e no exterior, estando entre eles o *Correio da Manhã* e o *BBC* em Londres. Sua produção na literatura ganha destaque principalmente entre os anos de 1960 e 1970 angariando importantes trabalhos e críticas por compor o time de intelectuais com obras combativas aos regimes ditatoriais, afirmando seu compromisso com pertinentes e instigantes discussões políticas.

² Roberto Bolaño foi um escritor chileno, nascido em 1953 em Santiago. Ao longo de sua vida produziu diversas obras inquietantes como *2666*, *Detetives Selvagens* e *Amuleto* sendo considerado como um dos mais importantes autores de sua geração. Em 1977, ele mudou-se para Espanha, onde faleceu no ano de 2003.

direta ou indiretamente dentro da linguagem artística, ou mais precisamente na linguagem literária, objeto de estudo aqui utilizado.

Diante disso, no ano de 2016 tive a grata satisfação de ter a literatura como objeto de estudo, proporcionando intensos desafios e novos olhares à pesquisa historiográfica. Fui pesquisador de iniciação científica (PIBIC/UFMA) durante dois anos, identificando possíveis relações entre a produção literária e os processos ditatoriais e como essa pode se afirmar como elemento de testemunho e combate a tais condições. Em meio a esses levantamentos bibliográficos buscou-se promover releituras de suas metáforas³, figuras de linguagem e argumentos acerca do tema.

Para isso, optou-se pela obra *Noturno do Chile*, do escritor chileno Roberto Bolaño, por sua expressividade em meio às alegorias e metáforas, as quais o escritor se comunica através de símbolos que se concretizam em representações. Por meio de seu recorte temporal, o escritor trabalha o período entre o governo de Salvador Allende e o golpe de estado promovido pelo General Augusto Pinochet em conjunto com os militares, resultando em uma das mais violentas ditaduras da América Latina.

Além do amadurecimento trazido com a pesquisa nesse intervalo com a leitura de obras, artigos e outras produções científicas no tocante à ditadura, tal temática rendeu frutos sendo o objeto do meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Patrulhamento e Segurança Nacional: Sob a ótica da vigilância em *Noturno do Chile*”⁴.

A noite e o evocar de sentimentos melancólicos, da insegurança provocada pela escuridão, dos toques de recolher, da sensação contínua de vigilância pelo patrulhamento de uma polícia política, são apenas alguns dos elementos que são trazidos na obra bolaniana.

Noturno do Chile toma corpo como uma composição que desnuda uma ordem instaurada em meio a um complexo momento, carregado de instabilidade política, aliada a mecanismos que visaram fundir conceitos, maquiando causas e interesses.

³ Ricoeur (2010) trata, entre outros elementos, do que as metáforas podem esconder ou revelar em suas proposições. Nessa direção, o filósofo francês aponta: Que escondem, que revelam essas metáforas? Em primeiro lugar, uma preocupação tanto com a *veracidade* como com a modéstia: o reconhecimento de que não fazemos a história, se entendermos por “nós” os grandes homens da história mundial, segundo Hegel. Portanto, a vontade de tornar visível e audível a pressão de um tempo profundo, que o clamor do drama eclipsou e reduziu ao silêncio. Se cavarmos por debaixo dessa vontade, que encontraremos? Duas apercepções adversas, mantidas em equilíbrio. (RICOEUR, 2010, p.173)

⁴ Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (DEHIS).

Promovendo descrições pontuais, a obra assinala cenas e personas que parecem sair da realidade, como o retrato do general Pinochet, interessado em aprender um pouco mais sobre o marxismo para entender seu “inimigo”⁵.

Acerca disso, o historiador italiano Carlo Ginzburg eleva reflexões sobre como o fluxo do tempo assim como seus espaços em branco⁶, lacunas a serem preenchidas em meio às observações de suas miscelâneas, nos fazem perceber como os discursos se orquestram em paralelo ao que se fica por dizer.

Dando continuidade à pesquisa em bases comparativas será utilizada a obra *Quarup*⁷ do escritor brasileiro Antônio Callado, a qual ganha significância pela discussão das possíveis ocorrências no interior do país, sobre suas lutas contra os massacres promovidos diante de um cenário carregado de violência. Nela, é exposto um breve panorama da realidade política de um Brasil ameaçado, percorrendo momentos de instabilidades similares aos que se fazem vivenciados atualmente, segundo um discurso de “ameaça comunista”.

Em seu extenso enredo são problematizados aspectos diversos como a ideia de nação, se fazendo paralela a modificação de ideais de um jovem padre que sonha em seguir evangelizando pelo país, nos locais vistos como afastados, assim como ocorreu em um passado com a missão jesuítica, mas que acaba modificando-os ao perceber uma realidade oposta ao que esperava.

Temáticas variadas e pertinentes são abordadas até chegar ao início de um período penoso, onde Nando, ex-padre, personagem central da obra é torturado e aprisionado por essa ditadura que se levantava. Após um período de silenciamento e de recuperação, ele decide se unir aos revolucionários e ir à luta, compondo assim, novos ideais à sua vida.

Em meio às suas análises, algumas similaridades são encontradas entre as propostas das obras dos escritores, indo muito além da problematização de espaços acometidos pelo período, havendo, por exemplo, a sinalização de uma igreja e sua articulação diante de tal momento, visto que os protagonistas de ambas as narrativas destacam padres em exercício,

⁵ Roberto Bolaño descreve em *Noturno do Chile* sobre o interesse do General Augusto Pinochet em buscar um entendimento maior sobre a teoria marxista e a obra marxiana. Tais ensinamentos são propagados pelo padre Sebastian Urritia Lacroix, personagem central do enredo.

⁶ Ginzburg, Carlo. Decifrar espaços em branco. In: **Relações de força**, 2002, p. 100-117.

⁷ O romance do escritor brasileiro Antônio Callado traz em sua cena literária a discussão sobre um recorte temporal de um Brasil que sofria em meio às instabilidades políticas, compreendido entre o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e o golpe militar no ano de 1964. A obra foi escrita entre o período de Março de 1965 a Setembro de 1966, apresentando ainda um momento inicial e já muito ameaçador de uma ditadura que ainda desenhava suas interferências nos mais diversos campos, sejam eles no político, social e no cultural. Pelo momento de sua escrita, percebe-se um Brasil que ainda caminhava para seus momentos mais tenebrosos com os atos institucionais impostos anos depois.

como é caso de Sebastian Urritia Lacroix em *Noturno do Chile* ou afastado das funções, o qual foi trabalhado em *Quarup* com o personagem Nando⁸.

As circunstâncias conduzem Nando às profundas mudanças que são percebidas ao longo da leitura, inserindo-o em outros lugares fora do contexto religioso. A experiência de uma paixão proibida com a noiva de seu amigo Levindo, a sexualidade que se aflora, o desejo por experiências e descobertas como homem e como sujeito político o conduzem a um exame de consciência conflituoso, perante as tentativas em contentar-se com a vida que já estava acostumado ou sair em busca de garantir o preenchimento de seu interior, que as meditações já não eram mais capazes de suprir.

Tudo isso nos faz perceber a fluidez da narrativa e também uma proposta mais aprofundada sobre os sujeitos políticos, como se estruturam e o que os leva a difundir determinadas práticas e discursos.

Em observância às demais condições de vida, suas visitas e tentativas em interpretar as complexidades existenciais, Nando é apresentado de maneira provocativa, carregando ênfases que sinalizam principalmente ao que não se desejava ouvir e ao que se deixou apenas na superficialidade. É notório que o personagem nem sempre comenta o que pensa, mas as ponderações postas em narração colam sentidos às suas inquietações particulares.

A vivência da missão com os indígenas desperta agitações e curiosidades, mas também pensar no direito a ser livre, sobre decências e qualidade de vida e como isso é reproduzido. Perpetuando imagens e consagrando sentidos, as abordagens visam criar o lado mais humano em face da crueza dos fatos, os impasses políticos e as constatações. O autor dialoga traços de realidade com ficção, trabalhando simbolismos, filosofias, assim como faz a leitura das necessidades do momento, questionando os significados que determinados saberes remontam e o que os tornaria válidos para a construção da nação.

Também há em determinados momentos, reflexões acerca das formas de colonialismos que se implantaram no país e como isso violou identidades em virtude de um interesse maior, na arrogância em acreditar ser o melhor caminho.

Nesse momento, com este estudo se propõe a continuidade da pesquisa iniciada com a obra de Roberto Bolaño aliando-se à *Quarup* de Antônio Callado, primando pelo uso da

⁸ Ao longo da leitura de *Quarup* percebe-se que o personagem Nando passa por um longo processo de transformação em seus ideais, mudando interesses iniciais como o de evangelizar indígenas, por exemplo.

história conectada aliada a uma história das sensibilidades⁹, buscando significações a um passado marcado por silenciamentos.

Períodos e obras como essas refletem ainda a presença de sentimentos negativos, como a desesperança que se fez natural diante da dor de um amordaçamento e do cerceamento das liberdades. Entender como se projetam os panos de fundo, suas realidades assinaladas pode proporcionar uma introdução aos compromissos ideológicos do regime que resultaram em retaliações.

Assim, tais obras por meio dos atos linguísticos apresentados em seus fragmentos traduzem realidades segundo o olhar do autor, o qual visa retratar dimensões, testemunhos, apreendendo elementos com suas funções linguísticas.

Em comum, textos como *Noturno do Chile* e *Quarup* visam comunicar em meio a um emaranhado conceitual sobre um passado tumultuado, carregado de traumas, transcrevendo por meio da linguagem literária, conteúdos que emergem aliados como um efeito dos sentimentos de solidão, fechados aos silêncios, os quais se fazem representados por ingredientes fortes, com cargas emocionais quase que insolúveis.

Os recortes alegóricos e metafóricos, marcantes nas obras de Roberto Bolaño, não se demonstram de uma maneira diferente em *Noturno do Chile*, o qual insinua em suas demandas literárias aquilo que deve ser explorado, instigando excitações em sua leitura provocativa.

A densa atmosfera encontrada em momentos como esses, em uma sociedade coberta por um intenso nevoeiro, produz estranhamentos e inquietações. No entanto, as contraposições entre realidade e ficção tendem a ser superadas ao passo que o texto literário também pode estabelecer conexões e contribuir para trazer respostas que foram emudecidas no processo histórico. Sobre tal aspecto, Domício Proença Filho traz em seu livro *A linguagem literária* que:

O texto repercute em nós na medida em que nos revele emoções profundas, coincidentes com as que em nós abriguem como seres sociais. O artista da palavra, copartícipe da nossa humanidade, incorpora elementos dessa dimensão que nos são culturalmente comuns. Nosso entendimento do que nele se comunica passa a ser proporcional ao nosso repertório cultural, enquanto receptores e usuários de um saber comum. (FILHO, 1990, p. 8)

⁹ A historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento em seu artigo *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades* (2003) esboça acerca de como essas se fazem presentes nos atos e sinais, remetendo ao imaginário bem como as significações e representações que projetam na sociedade, compondo uma atitude hermenêutica, visando traduzir sentimentos e subjetividades, expondo a complexidade das vivências humanas.

Entender o que os autores abordam e os processos por eles assinalados remetem a profunda importância para compreender a reverberação da tônica dos discursos da memória. Destarte, rompimentos com uma memória que reporta o lado da dominação propõem novos olhares e argumentos, contribuindo para produções de críticas a um passado.

Sobre isso, Michael Pollak (1989) problematiza acerca de como o silêncio ganha significado nas relações sociais¹⁰. Assim, refletir sobre como essas lembranças sofreram possíveis silenciamentos e como esses foram ressignificados, podem trazer justiça aos fatos, proporcionado também, coesão à história e aos seus processos, superando aspectos impostos pela seletividade dos fatos.

O passado silenciado por memórias qualificadas e convenientes ao momento histórico, bem como a uma determinada vontade política, acoplam sentidos e consequências, reproduzindo assim, formas de conceituação em relação ao que seria categorizado como “normal” e o que seria visto como “dissidente”.

Em observância a tal perspectiva, Kathryn Woodward versa no Capítulo Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual encontrado no livro *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade [...] (WOODWARD, 2014, p. 19)

Nesta operação historiográfica se faz necessário explanar conceitos que permitam repensar fatores sociais e políticos, sendo esses internos e externos¹¹ à experiência ditatorial. É de suma importância compreender como a prática discursiva se faz articulada e como seus argumentos foram organizados e contextualizados na conversão da realidade em signos, percebendo seus apelos, os quais visam retirar da sombra e trazer à tona elementos que até então ficaram condicionados ao silenciamento.

Assim, face a esta pesquisa historiográfica se propõe investigar as experiências traumáticas geradas pela ditadura, por meio de obras literárias que sinalizaram eventos

¹⁰ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*, 1989.

¹¹ É fundamental ressaltar a influência das investidas estadunidenses em resguardar interesses econômicos e políticos, estes, nos mais diversos sentidos da palavra. Nessa direção, Galeano (2014) aborda, entre outras tantas temáticas que: “De fato, segundo o Jornal Correio da Manhã, ‘mais de vinte missões religiosas estrangeiras, sobretudo as da Igreja Protestante dos Estados Unidos, estão ocupando a Amazônia nos pontos mais ricos em materiais radioativos, ouro e diamantes [...]. Difundem em grande escala diversos contraceptivos, como o dispositivo intrauterino e ensinam inglês aos índios catequizados [...] (GALEANO, 2014, p.186, 187)

vividos, percebendo como suas releituras repercutem episódios, explorando o realce dos personagens apresentados e suas subjetividades demonstradas ao longo de sua construção.

Em análise às representações e simbolismos diversos trazidos em suas metáforas e alegorias¹², a literatura demonstra sua relevância como fonte, reconhecendo-se enquanto testemunhos de um momento histórico, partindo de suas contextualizações. Diante disso, tal campo do conhecimento pode contribuir com novos prismas para o historiador e suas pesquisas, analisando suas composições, fatores sociais, políticos e culturais do período, que interferiram e condicionaram aspectos, gerando impactos nas relações e na construção de seus papéis.

Demonstrando-se como tema pertinente ao momento ao qual estamos vivenciando, marcado por incertezas no tocante à realidade democrática, tal pesquisa visa estabelecer fundamentações interdisciplinares aliando-se não somente à Literatura, mas também a história das sensibilidades, discutindo as temáticas no tocante aos eventos traumáticos da ditadura, à Sociologia e a Antropologia, percebendo suas particularidades nas relações sociais, culturais e políticas.

O crescimento dos estudos acerca das ditaduras instauradas ao longo da América Latina favorece a percepção da relevância do tema, proporcionando novos olhares, bem como abrindo margens para pesquisas que possam vir a se iniciar posteriormente.

Neste sentido, faz perceber que o campo abordado pelo “Programa de Pós-Graduação em História e conexões atlânticas: Culturas e poderes” contempla a construção desta pesquisa por meio de suas técnicas e métodos, estando em convergência com as análises propostas por esse estudo, por meio da captação das experiências dos sujeitos históricos. Através dela, o pesquisador se aproxima de seu objeto e reconhece suas particularidades, encontrando lacunas e informações que foram silenciadas por algum motivo.

A complexidade da junção dos fatores, encaixando-os como um quebra-cabeça na tentativa de estabelecer compreensões, proporcionando traduções, realocando imagens e discursos em um recolher dos cacos que se quebraram no caminho, principalmente dos sonhos perdidos ou privados por um passado que asfixiou esperanças, se faz notoriamente importante para que não sejam repetidos momentos como esses, que apesar de dolorosos devem ser lembrados.

¹² Delineando a onipresença do regime partindo das conexões entre países, com a concepção da Operação Condor, a metáfora do falcão é utilizada por Roberto Bolaño em um modo de ilustrar as inesperadas investidas de uma ave de rapina, comparadas das atuações dos aparatos de Inteligência e Segurança Nacional no Chile, Brasil e demais países do Cone Sul que compunham a operação.

Como bem cita Artur Netrovski e Márcio Seligmann-Silva: “a temporalidade do evento traumático é complexa e envolve construções recíprocas do passado e do presente”¹³. (NETROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000)

Enveredar-se por tais estudos é reconhecer antes de tudo, a sua complexidade, trazendo à tona fragmentos das memórias, das ocorrências que o tempo insiste em querer apagar e que, no entanto, se tornam praticamente impossíveis.

Além disso, é preciso reconhecer que o dito também deixa suas lacunas, algo que jamais será conhecido. No entanto, a investigação de tais eventos traumáticos, trazendo luz aos fatos contribui para a tentativa em estabelecer novas formas de representação, bem como de entendimento. Chegar a narrativas que mais se aproximem do real, reconhecendo o evento estudado e seus contextos na busca por respostas é uma forma para isso. Sob tal prisma, Seligmann-Silva versa que:

O historiador trabalha no sentido de libertação do domínio de uma imagem do passado que foge ao nosso controle; esse passado deve ser incorporado dentro de uma memória voltada agora também para o futuro – dentro de uma memória que possibilite uma narração, diria Benjamin A passagem do “literal” para o “figurativo” é terapêutica. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 89)

Assim, as bases comparativas oferecidas pela representação, partindo do entendimento de como essa se figura e é usada como testemunho, superando opressões e que na maioria das vezes se tornaram recorrentes. Cada elemento que se apropria de uma metáfora ou de um símbolo, primando por uma resposta por excelência, contribui para o rompimento de lógicas que visam caracterizar a neutralidade de eventos que marcaram profundamente os sujeitos históricos.

Em face aos novos elementos e olhares proporcionados à pesquisa historiográfica, possibilitando novos recursos e fontes à sua produção, encabeçam-se também novas perspectivas aos debates, a exemplo do diálogo entre História e Literatura aqui proposto.

Assim como versa o historiador alemão Jörn Rusen: “a narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana”¹⁴, logo a compreensão de tal narrativa toma relevância ao passo que essa conduz ao rompimento das amarras das especulações.

A urgência no despertar para novos debates, os quais visem concretude, evitando dissonâncias conceituais, abrem portas para um olhar sobre como estão legitimadas as

¹³ *Catástrofe e representação*. Ensaios / Arthur Nestrovski, Márcio Seligmann-Silva (orgs.) – São Paulo : Escuta, 2000.p. 8

¹⁴ Jörn Rösen. *Razão Histórica teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. 2001, p. 65.

fronteiras dos discursos. Acerca disso, o sociólogo Michael Pollak, trabalha em *Memória, esquecimento e silêncio*:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

Como já exposto em linhas anteriores, esse estudo se propõe a refletir como a sociedade se destina a lidar com o seu passado, bem como com o pós-trauma no tocante à experiência ditatorial, refletindo acerca dos choques por ele promovidos. Sabendo que cada trauma assume determinada dimensão dentro do espaço ao qual o mesmo se fez direcionado, dispõe-se aqui a uma análise de enredos que se fizeram conectados por processos de vivências que apresentam características similares. Visando compor análises sobre o sofrimento e as marcas de uma experiência traumática, Sacramento (2018) expõe:

Como um transtorno psicológico que ocorre em resposta a um evento estressante de natureza excepcionalmente ameaçadora, dolorosa ou catastrófica, o trauma vem sendo definido pela duração da situação estressante, pela extensão do acontecimento na vida do afetado, pelas mudanças no humor e a ansiedade, pela sucessão ou multiplicidade de experiências traumáticas, pela falta de preparo para lidar com a situação e pelo desamparo para lidar com os problemas. Desse modo, a expansão da noção e da experiência do trauma faz com que uma diversidade de situações seja definida como traumática, mas o torna um ponto biográfico nodal [...] (SACRAMENTO, 2018, p.132)

Com a inscrição das violências no seio social, a insegurança promovida com as experiências ditatoriais, conferindo a onipresença de um terror sempre à espreita, delinear-se tensões em meio aos excessos observados pela atuação opressora que resultou em episódios que macularam a história e provocaram interferências ao processo democrático.

Com base no exercício do poder que se fez pelo pulso que visa comandar, refletiram-se excessos, por meio do qual houve opressões e ações tirânicas, petrificando suas formas de afirmação. A promoção dos regimes ditatoriais que colocaram as liberdades em plano de limitação contínua confere fenômenos de poder com participação da violência em sua segmentação ideológica.

Diante dos genocídios disseminados pelo globo, desde as guerras mundiais e a vivência de regimes autoritários, percebe-se a importância do testemunho contra novas perdas, figurando como um processo de trazer justiça às vozes caladas no processo histórico. Assim, Seligmann-Silva (2000) cita a crítica literária estadunidense Shoshana Felman:

Como uma forma de relação com os eventos, o testemunho parece ser composto por pequenas partes da memória que foram oprimidas pelas ocorrências que não tinham se assentado como compreensão ou lembrança, atos que não podem ser construídos como saber nem assimilados à pela cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais. (SHOSHANA FELMAN, 1991 APUD SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 88)

Os processos de reintegração da cena traumática assumem o intuito de perceber as incongruências nos relatos reproduzidos pelas autoridades do período e assim, superar as negações de tais eventos. Percebe-se também, a necessidade em entender como tais choques se projetam e reverberam em indivíduos e grupos que vivenciaram a hostilidade e as perseguições por se mostrarem contrários ao regime.

Com isso, partindo do pressuposto sobre as ressignificações promovidas ao longo de construção das ditaduras, é reconhecida a importância de uso de teóricos relacionados à temática da representação e imaginário com o historiador francês Roger Chartier e o teórico cultural e sociólogo jamaicano Stuart Hall, violências e autoritarismos, com a filósofa política alemã Hannah Arendt; acerca das relações de poder e seus campos simbólicos, como se faz destacado em obras do sociólogo francês Pierre Bourdieu, além da assimilação sobre como identidades também conduzem às diferenciações, bem como autores que discutem ditaduras latino-americanas como Winn (2010) e Dellamore (2011).

Na reprodução de conflitos sociais e políticos vivenciados, obras como *Quarup* e *Noturno do Chile* sinalizam possíveis articulações contra os sistemas ditatoriais e sua polícia política, que agiram durante décadas em diversos países. Por meio delas, tenta-se observar resistências, refletindo sobre como os campos de influências se fizeram atuantes ao longo desse momento, contribuindo na luta contra opressão, onde muitos padres foram acusados de comunistas, conforme documentação verificada no Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, localizado em São Luís - MA. O recorte temporal compreendido entre os anos de 1954 a 1990¹⁵ foi escolhido por demonstrar sua relevância para o reconhecimento do contexto

¹⁵ Como já pontuado em notas anteriores, 1954 compreende um período de profunda instabilidade política no Brasil, demarcado por uma lógica anticomunista, vivenciando um período ditatorial por 21 anos. No Chile, com o golpe instaurado por Pinochet, tal regime se compreendeu entre 1973 e 1990.

histórico¹⁶, o qual nos leva a refletir acerca da instabilidade política vivenciada e o esfacelamento do sistema democrático na América Latina, com a propagação de um discurso anticomunista, principalmente nos países sinalizados por essa pesquisa, sendo eles Brasil e Chile.

Cabe destacar que esta dissertação acena para a importância em estabelecer pontes que conduzem a interdisciplinaridade na produção historiográfica, como no caso é feito com a História e a Literatura, postas em questão, reproduzindo suas eventuais problemáticas.

A promoção de reflexões extensionistas, capazes de suprir com novas tônicas e posicionar outros ecos da experiência por meio da Literatura, podem apreender universos possíveis, diante das irrefutáveis influências das violências do período, que condicionaram existências ao exílio e violências simbólicas, físicas e psicológicas.

Em cena, o que se faz sintetizado em um texto literário perpassa um conjunto de condicionantes, pautadas muitas vezes por afinidades políticas e intelectuais, que são figuradas na escrita. A construção de uma identidade temática reporta, muitas vezes, a luta para dar vozes e favorecer observações pertinentes sobre questões urgentes.

As referências dispostas, bem como as sensibilidades e discursos engajados trazem tons provocativos, aos quais uma obra literária também pode operar trabalhos críticos, conforme as experimentações desenhadas.

Contextualizando sensações de instabilidade política e a pertinência de usos de termos com fins depreciativos, algumas janelas de oportunidades foram abertas para o reflexo de uma face autoritária. Por entre os discursos disseminados, chaves de interpretação foram acionadas para reverberar o local da alteridade em uma cultura política que remonta a intolerância à pluralidade de ideias.

Ao referendar ordem e a lei criaram-se gestões paranoicas de um inimigo interno que precisava ser eliminado, em manobras discursivas que conduziram aos golpes que despejaram violências contra os considerados dissidentes. A edificação desses segmentos elevou muralhas

¹⁶ Em observância ao sentido de contexto histórico, vale retomar as assimilações de Armani (2013), em que o autor cita: [...] o contexto é histórico não por “estar na história”, mas por ser temporal no fundo do seu ser. Um contexto existe historicamente porque sua constituição não é o continente *real passado* onde se estabelecem os fatos e processos históricos, mas sim, a temporalidade. O que é o histórico do contexto? Jogar para esse adjetivo, os substantivos economia, sociedade, cultura, política, tropos linguísticos, pouco ajuda a pensá-lo em termos de abertura, de historicidade por meio da qual o próprio contexto é contextualizado. Ao contrário, o apelo a tais domínios *naturalmente* constitutivos da história reproduz, às vezes com uma carapaça conceitual contemporânea, as teses básicas do realismo filosófico do século XIX, que alguns historiadores tendem a confundir com o real. (ARMANI, 2013, p. 138)

de rejeições e silenciamentos, protocolos de abordagens condicionados por vereditos de associação ao perigo.

Em detalhes que propõem suposições sobre o desmonte da democracia, limitações das garantias fundamentais e as tensões próprias da penumbra da incerteza demarcaram os movimentos hostis que se intensificaram na América Latina.

A potência e frequência dessas investidas programaram uma realidade visceralmente avassaladora, primando o estabelecimento de agendas morais e produções de modelagens dos perfis sociais.

Por entre as violências e formas marginalizantes do outro, maquiaram-se realidades, com o intuito de amordaçar simbolicamente, o som estridente dos prantos e gemidos de dor. Há ainda a relação intrínseca entre a tematização contínua e a superlativação de categorias como ameaças, elaborando auras de medo, traduzidas pelos engendramentos efetivados nos regimes ditatoriais. Alguns desses consideráveis esforços estabeleceram classificações e fomentaram contrastes de uma alteridade, resultando em fenômenos violentos e padrões de silenciamentos.

Neste sentido, como objetivo deste estudo, visa compreender como se dá esse encontro entre Literatura e História, o qual faz uso de ficções literárias como ferramentas para pensar estrategicamente como o discurso pode vir a apreender o real, diante de sua capacidade propositiva de uma lógica a ser assimilada por uma sociedade em um contexto de censura e opressão. Por este artifício, a Literatura como recorte e documento, providencia suporte para novas inquietações, a exemplo de quando faz o leitor tencionar o que há por trás dos jogos de referências e suas figuras de linguagem, similar ao que ocorre com as obras que aqui são abordadas. Essas produções fornecem o retrato de um conturbado momento histórico e o que teria ficado por dizer no que se refere a ele.

Diante dessas inquietações, esta pesquisa também traça reflexões sobre como as narrativas discursivas foram compostas estrategicamente para atender os critérios de uma memória oficial, visando manobras políticas e ideológicas, impedindo o acesso a informações mais precisas às violentas ocorrências da repressão política e suas ações coordenadas.

Paralelo a isso, também se destina observar como a História se articula para a sobrevivência da memória e superação dos traumas coletivos, conforme estudos de Seligmann-Silva (2000) e Pollak (1989), elevando o questionamento sobre como acontece a constituição dos movimentos dos campos de força, principalmente no que tange ao cenário

político, tal qual apresenta Bourdieu (2006). Dessa maneira, reflete-se acerca das imagens e leituras que se fazem dispostas e como o olhar se faz direcionado, limitando o que deve ser e como deve ser veiculado sobre determinados acontecimentos, como os que aqui são dissertados.

Assim, com o intuito de contribuir com a historiografia, buscando reunir dados pertinentes à temática, apontando a relevância dos indícios e a interferência dos sujeitos históricos diante dos regimes ditatoriais no Brasil e Chile, esta pesquisa terá abordagem de caráter qualitativo e analítico, com procedimentos que se reservam a análises de referenciais literários, bibliográficos e teóricos, bem como de investigação de documentos e discussões embasadas no método da história conectada.

Vis à vis desses entendimentos, tenho buscado traduzir escalas de observação dos impactos de lógicas estabelecidas, tal como propõe Barros (2019) quanto ao que ocorreria ao longo do processo de formação das experiências e constituição das associações, estas em um sentido político, cultural ou até mesmo econômico. Destarte, as novas necessidades do fazer historiográfico pautam alternativas e contribuem para repensar os limites interpretativos de um acontecimento para além de perspectivas simplistas, na tentativa de romper com categorias estereotipadas.

Por meio dessas abordagens também se faz possível repensar outras sensibilidades e recortes de contextos sociais e políticos, refletindo interconexões entre sujeitos e territórios, embasados em compromissos teórico-metodológicos próprios da História.

O acesso aos terrenos historiográficos e a metodologia da História conectada realçam análises dos reflexos dessas investidas do que seria global, com relação ao local, interferindo muitas vezes nos pertencimentos e na autonomia desses, diante dos elementos que emolduraram compreensões.

Desse modo, considerando as etapas pertinentes nessa construção, se fazem assim divididas para contribuir em um melhor aprofundamento e entendimento do objeto abordado pela pesquisa.

De início, serão feitas análises bibliográficas e teóricas acerca de como a literatura se dispõe a refletir campos sociais e suas problemáticas, sinalizando traumas reverberados pelos mecanismos repressores da ditadura latino-americana, conforme as obras *Noturno do Chile*, de Roberto Bolaño e *Quarup* de Antônio Callado.

Nessa empreitada, ao contactar referências a esses aspectos, concebendo a recorrência de usos, práticas e condições históricas e sociais de produção torna-se fundamental revisitar documentos, matérias jornalísticas e outras narrativas do período, na diligência em captar a complexidade da conjuntura onde “a lei e a ordem” teriam sido empregadas como mecanismos de manobra em resposta às demandas dos regimes ditatoriais que programaram uma caçada aos subversivos.

A revisão de literatura desenvolvida ao longo desta dissertação foi um recurso imprescindível que contribuiu para discernir os impactos dos produtos da polarização que alocaram sujeitos idealizados por um critério de aceitabilidade ou exclusão, conforme formas de tutelar subjetividades, administrando existências e suas formas.

Para tanto, como metodologia foram utilizadas revisões de literatura sobre a temática, dando ênfase em autores e pesquisadores como Policzer (1998) que reportou acerca das atuações de uma polícia política durante no Chile de Pinochet; e Dellamore (2011) que versa as marcas da clandestinidade na ditadura brasileira. Do mesmo modo, se fez necessário o acesso ao arcabouço teórico de historiadores e sociólogos como Certeau (2002) que desponta sobre o processo de escrita da História e suas interferências na composição da narrativa; Seligmann-Silva (2008) que colocam em destaque as formas de apreender os catastróficos eventos traumáticos; De Marco (2004) e suas reflexões sobre Literatura de Testemunho; e Pollak (1992) ao considerar as relações entre memória e identidades sociais.

Em um segundo momento, se realizará os mapeamentos e catalogação de fontes já encontradas no acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), com o fim de utilizá-los na fundamentação desta pesquisa. As dimensões das apurações promovidas pela pesquisa, serão feitas por meio da abordagem da história conectada, a qual se endereça a captar similaridades entre experiências e práticas sociais individuais ou coletivas que deixaram de ser sinalizadas ou aprofundadas. Partindo disso, serão feitos levantamentos das obras trabalhadas, acerca das temáticas que transmitem tais experiências, visando observá-los e dar a possibilidade do acompanhamento ao desenrolar dos fios da história.

A situação particularmente dramática vivenciada na América Latina com o avanço de forças repressoras em diversos países durante a segunda metade do século XX promoveu inúmeros casos de violência, esses, em múltiplos sentidos da palavra. Diante de um cenário carregado de angústias e incertezas compartilhadas, as perseguições aos dissidentes eram

recorrentes, condicionando mortes e desaparecimentos que em muitos casos permanecem sem solução.

A configuração de tais aspectos na cena política obedeceu uma articulação nítida, ainda que em esforços velados em dissimular conceitos e ideias, suficientes para influenciar grande parte da sociedade. O manejo de perspectivas e sentidos nesse contexto, implica em instrumentalizar uma combinação de fatores que levem a legitimação, segmentando o propósito de compor uma ordem inalterada e favorável aos preceitos até então postos.

A título de exemplo, por entre a pertinência e atualidade dos debates trazidos no romance de Antônio Callado, ainda que escrita nos anos de 1960 em que há um forte apelo em viabilizar a realidade democrática ao dispor de reflexões e pressões de uma nova geração revolucionária e que ansiava por maiores garantias, despontam ao longo da narrativa, seus desafios e a marcante desigualdade social. Próprio do contexto latino-americano, se encontram em face dos recursos linguísticos, os dramas revelados e elementos delicados da sociedade e também as investidas por sensibilização, sobre como as percepções nos tocam.

Ciente de que o leitor possui suas incursões, vivências e formas de compreender o mundo, uma Literatura pode em suas experimentações frequentes, promover engajamentos, essencialmente no que tange às idealizações, projeções e utopias que compartilhamos como cidadãos e sujeitos políticos.

Sem isenção, os entendimentos históricos e políticos trazidos na formação desses escritores, por meio da literatura, traduzem os desafios, encontros e dimensões das necessidades da conjuntura, visando representar as reviravoltas na realidade social. Os contatos, ideias e defesas representadas, como ocorre em *Quarup*, aguçam fórmulas para observar como uma revolução seria palco de articulação para as novas propostas de nação ao Brasil.

Entre as óticas exportadas pelo autor, se fazem os diálogos com os pertencimentos diante dos eventos retratados, levando em consideração pontos de contato e chaves de interpretação, que trazem não somente esperanças, mas também os desalentos, as trajetórias e contornos encenados através dos personagens, em intenções que performatizam lados de uma questão e atribuem sentidos à narrativa e como essa vai desembocar num oceano de possibilidades.

Na oportunidade da escrita do romance, há claramente tendências e definições sintéticas que postulam críticas à forma de ler o mundo e aos sujeitos, como os discursos que

primam validações acerca de quais vidas e causas valeriam a pena. Das possibilidades de acompanhamento do desenrolar dos fios da História, a obra literária supracitada coloca em destaque o personagem central Padre Nando, o qual tinha desejos por evangelizar às áreas mais remotas do Brasil, desejos esses que foram tomados por outros questionamentos pautados em dilemas morais e existenciais sobre a vida, a verdade e até mesmo a ausência de misericórdia em determinadas situações. É nesse momento que entra em conflito com a batina, em virtude de suas convicções que são abaladas após o contato com outras configurações e lógicas.

As arrogâncias dos grandes e ambições humanas, as ilegalidades praticadas e lutas por causas sociais, se convergem na cena literária de *Quarup*, constituindo ladrilhos e mosaicos que tentam dispor nessas representações, um retrato palpável das múltiplas facetas, investidas e intencionalidades.

A narrativa é reflexiva e hermenêutica ao ponderar sobre um país que deveria despertar para sua autonomia e conservar preocupações com os seus, e não necessariamente com ajudas que viriam do externo. Nesse sentido, se levantam indagações acerca do que escolhemos nos preocupar e o que abandonamos, principalmente no que tange a algo que se faz "distante", como a questão indígena e outras comunidades ameaçadas, e sobre como ocorre o desamparo social e o fato de que esse, em muitos casos, não desponta maiores incômodos.

As turbulências existencialistas que Nando experimenta, traduzem o olhar que muitas vezes é conveniente ao visualizar violências (nos mais diversos sentidos da palavra) e que decide escolher a permanência pela indiferença ou venda de versões tragáveis. Nesse lado controverso, o personagem também acessa lugares aos quais "a lei não chega" e ouve relatos de histórias truculentas e desrespeitosas.

Diante dessas vivências, de silenciamentos e opressões, enxerga-se acerca de como a justiça se faz seletiva, ainda que esse suporte tenha o dever em ser universal, com intuito de proteger vidas, sejam lá quais fossem e que bens dispusessem.

Em formulações como essas, questionam-se formas de colonialidade, acerca de como sujeitos são apreendidos, com ênfase ao indígena e ao homem do campo, vítima de tais atrocidades, além de pensar como e quais condições da alteridade são posicionadas.

Na proposta de condução das missões e ideias apresentadas no extenso texto de Callado, tornam-se marcantes, os enfrentamentos às ausências de suporte de garantia por

melhorias, questionando como a Igreja poderia atuar ou até mesmo sobre as vocações revolucionárias, se nascemos com elas ou seriam despertadas ao longo da vida.

Destarte, o autor segue elencando problemas e urgências situacionais que dão ganho e forma à narrativa, remontando alguns dos anseios de remodelação no cenário político do período. A dramatização dessas violências e vivências que também permearam o real, ainda mais na conjuntura dividida que o país vivia, pôde ser observada em proporções similares ao testemunho, não com nomes e rostos verídicos, mas viabilizando discussões e reportando as possíveis influências de quem estava no poder.

Nesse sentido, exportam-se por meio dos recursos linguísticos e experimentações literárias, buscas por escalonamentos das formas de ver e pensar a realidade, segundo nichos, incentivos e pertinências, sobre quais acenos as elites políticas fizeram e como influenciaram nas estabilidades democráticas não só do Brasil, mas de tantos outros países latino-americanos.

A ditadura brasileira que se desenhava naquele contexto, produziu ecos nos mais diversos cenários. A leitura dos efeitos da radicalização e suas repercussões ao que se refere aos comandos que se tornaram motores rumo ao conservadorismo e ao apoio ditatorial são postos em destaque na Literatura, assim como as estratégias para representar a resistência e a força combativa dos sujeitos que foram contra aos atos antidemocráticos.

Assim, palco de disputas e reivindicações, os discursos que formataram o contexto das discussões primam transmitir uma assimilação passiva e, diga-se de passagem, naturalizada das palavras, marcada pelo poder da formação cultural que vem para reforçar uma ideia e estabelecer afeições e símbolos.

Nessa esteira, o livro conta com o compartilhamento das angústias, mas também das esperanças no futuro, longe de qualquer amarga experiência ali apresentada. Como um convite, traz ao público relatos das trágicas práticas de tortura que levaram muitos à morte, sendo esse um trabalho doloroso, em virtude de que isso remonta um trauma em trânsito dos presos políticos, familiares e amigos. Consequentemente, devemos nos perguntar quais percepções nos acompanham, aliando essas vivências a uma necessária reflexão sociológica sobre a crise democrática e qual o papel que as práticas culturais podem assumir em um perfil conscientizador.

As experiências que constroem os símbolos e seus respectivos significados também ganharam contornos via comunicação institucional, assegurando visibilidades do que seria

interessante à ordem social no contexto. Nessa direção, inquietações surgem acerca de como a representação influencia o cotidiano, por meio do que se sobressai, entre identidades e pertencimentos.

Ao dispor de fortunas críticas das representações geradas, bem como dos entendimentos de patriotismo e o que se configura "ser patriota" naquele cenário, conforme os paradigmas dos juízos de valor próprios do regime, esta adjetivação também se relaciona à quais lutas eram lidas como necessárias, diante das ideologias autoritárias autenticamente declaradas e as que ficaram nas entrelinhas.

Em observância de que os processos de escrita, suas referências e provisões são percepções que intentam introduzir moldes, formular aspectos, pautados em sua maior parte por quem possui o poder de narrar, é possível deparar-se com fatores que visam performar sincronizações e hostilidades contra escolhas dissidentes.

Todavia, a estratégia discursiva que visa efetivar a sustentação de argumentos e posturas, estendendo incorporações mais abrangentes, tornou possível medidas articuladoras que deixam entrever os apoios e suas condições. A composição ganhou um ciclo ambulante com o intuito de fazer circular as representações de um "inimigo interno" e a necessidade de ser combatido¹⁷, embasados em valores da moral e bons costumes, verificados em textos de propagandas institucionais e medidas emblematicamente reproduzidas.

Trazendo elementos que parecem se aproximar da concretude da experiência e os sentidos que a ela se colam, suas transições e disputas presentes (sejam essas implícitas ou explícitas), os fragmentos de experimentalismos literários (ao comportarem essas realidades possíveis por intermédio da força estética da escrita), colaboram na extensão de visões, integrando nexos entre as propostas dos recursos linguísticos em rubricas que empreendem as controvérsias e intrigas da História, realçando intercâmbios entre áreas do conhecimento e a necessidade de investigações cuidadosas ao interpretá-las.

¹⁷ Introduzindo *Noturno do Chile*, é possível encontrar em um trecho, as articulações que o personagem do general Augusto Pinochet promove para combater o "comunismo" na obra. No trecho, ele indaga o protagonista, padre Sebastián Urritía Lacroix sobre suas intenções ao solicitar aulas de marxismo: "Porque o senhor acha que quero aprender os rudimentos básicos do marxismo? Perguntou. Para prestar um serviço militar melhor à pátria, meu general. Exatamente, para compreender os inimigos do Chile, para saber como pensam, para imaginar até onde estão dispostos a ir. Eu sei que até onde estou disposto a ir, garanto-lhe. Mas também quero saber até onde eles estão dispostos a ir. Além do mais, estudar não me mete medo. Sempre é preciso estar preparado para aprender algo de novo a cada dia. Leio e escrevo. Constantemente. Isso não é coisa para se dizer de Allende, de Frei ou de Alessandri, não é mesmo?" (BOLAÑO, 2000, p.92,93)

Por entre uma qualidade literária revestida de conteúdos políticos bastante específicos e significativos para a memória nacional, as obras que proponho analisar nesse estudo, favorecem a enunciação de problemáticas que impactaram o período, mas que ainda assim, repercutem legados.

As feridas abertas desse período lamentável de nossa história recente e que teve sua abrangência alastrada em diversos países latino-americanos, expõem tais experimentações literárias e buscam, no seio da verossimilhança, despertar para o que foi vivido e eventualmente, dialogar com os diagnósticos da realidade de um Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

Visando não decair em problematizações vagas, Callado explora os conflitos internos do Brasil, versando focos e hipóteses, imprimindo um caráter tático ao caracterizar essas experiências e como suas dimensões são plurais, ao passo que despontam-se observações de locais diferentes, favorecendo o entendimento dessas oscilações e sequências.

Ao tratar do urbano, por meio das vivências do Padre Nando no Rio de Janeiro, exportam-se memórias e símbolos particulares, que alocam o leitor em um espaço e o tempo, seguindo investidas em introduzir as mudanças paradigmáticas do personagem central da narrativa e seus modos de identificar e pertencer a determinadas demandas. Também há de se levar em consideração que essas alterações de perspectivas estão presentes em suas afetividades, ao se apaixonar por Francisca.

Alçando visões panorâmicas sobre o contexto, que pede atenção às suas minúcias, o diálogo que se estabelece com esse, acena para perspectivas historiográficas, propondo novas leituras e demandas que ficaram às margens, em esboços de realidades possíveis.

À medida que ocorre a leitura de uma extensa obra como *Quarup*, rica em cenários e aspectos instigantes, o leitor lida com as percepções das mutabilidades espaciais e contextuais, despertando reflexões sobre as sensibilidades, enfatizando os modos que reagimos e nos concentramos em uma vivência, seja no sentido de autopreservação ou até mesmo no que diz respeito às posturas que tomamos nesse combate à violência e formas de censura. Como questão de primeira ordem, ao compreender tais conexões que estabelecemos com um evento histórico e suas condições estruturais distintas de uma mesma temporalidade, atentamos ao fato de que a sociedade não se faz homogênea.

Os personagens da obra literária supracitada colocam definições sintéticas de suas visões de mundo, traduzindo rumores de suas referências e seus distanciamentos quanto a

determinadas demandas. Paralelo a isso, se fazem as dinâmicas e as percepções que são aguçadas, onde o inquestionável anseio por justiça social ganha lugar a cada problemática abordada.

Finalizando, se faz importante ressaltar que partindo do uso de instrumentos como obras literárias, não aspiro demonstrar que as fontes historiográficas estejam esgotadas, mas propor ao historiador novas abordagens e um convite a abraçar ângulos diferenciados que retratam narrativas e experiências contextualizadas.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação, desenvolvo sobre aproximações e distanciamentos entre os regimes ditatoriais que se instalaram no Brasil e Chile, em tentativas de abordar os enfoques de histórias conectadas, analisando o contexto geopolítico e a influência do discurso anticomunista e suas reverberações. Partindo dessa proposta, também será introduzida uma discussão teórico-metodológica sobre os usos da Literatura pelos historiadores.

O segundo capítulo procura ressaltar o papel da Literatura de Testemunho na representação dos cenários de violação de direitos e liberdades, como ocorrera em muitos países da América Latina na segunda metade do século XX, enquanto possibilidade de traduzir o inenarrável, em uma potencial cooperação com o conhecimento historiográfico.

Na terceira parte do exposto, aceno às discussões propostas sobre a relevância e pertinência das políticas de memória tomadas pelos países latino-americanos que se fizeram em destaque ao longo do texto, entendendo-as como necessidade e dimensão da justiça social, perante as atrocidades cometidas.

Partindo das lembranças fragmentadas sintetizam-se não somente os reflexos das dores subjetivas, mas também os efeitos que abalaram sensibilidades coletivas em virtude das estruturas políticas, da vida na clandestinidade, a onipresença da vigilância da polícia política e a sensação de perseguições contínuas que foram, via de regra, apenas algumas das rotinas do período.

Ponto ainda, que se faz indispensável à análise de como as semânticas se refazem, construindo novos ares, adequando novos modelos para uma mesma cena, como no caso se propaga com os discursos totalitários, que excluem e fomentam ordens continuamente. Com isso, a história deve cada vez mais entrar em contato com seu papel maior, participando ativamente na construção da memória, acompanhando e contemplando novos sentidos e recursos e proporcionando visões plurais da sociedade, segundo uma proposta mais crítica e

incisiva, com estímulos a debates necessários, como o que se fez aqui apresentado, popularizando saberes e evitando que tristes episódios como os regimes ditatoriais se repitam.

Ao tecer novas narrativas e complexidades são versadas diferentes cosmovisões e óticas, que exportam assim, outros domínios de linguagem e opinião. Logo, as dimensões políticas não descolam da experimentação cultural, muito pelo contrário, traduzem perspectivas, que reportam a dimensão do simbólico e suas demandas.

A experiência ditatorial foi pautada por diversas investidas de significação, bem como por flexibilidades de sentidos, essencialmente ao que se refere nos últimos anos, em virtude do lamentável apelo negacionista. As configurações e colocações dispostas no imaginário social influenciaram diretamente na produção da memória sobre os sujeitos classificados como dissidentes do regime.

Nessas investidas, se assimilam ponderações acerca das possibilidades em dispormos de segundas chances para recomeçar e se essa tentativa seria viável, na luta e combate às desigualdades e à miséria que assola o povo. Em seu teor político, o personagem Levindo é posto como um canal que traz novas perspectivas às visões de mundo do então Padre Nando, sempre muito engajado pela Revolução, crítico aos brasileiros que não se movimentam, que vivem de mesquinhas e não se revoltam contra todo aquele contexto, principalmente ao compreender a tamanha grandeza do país.

Com honestidade, é quase impossível realizar um inventário mental e documental sobre os impactos das experiências ditatoriais nos países latino-americanos, em golpes que se desenharam quase que simultaneamente e que convergem em suas realizações e patrocínios. Sem embargo, é importante ressaltar que, no ímpeto em atravessar rapidamente a crise nas instituições democráticas no país, inúmeras pessoas se dispuseram a combater a censura de modo quase instintivo. Os gestos por liberdades, as colaborações espontâneas e certeiras, reverberaram correntes de força, aos quais se revelaram possíveis agentes de mudança relevantes para a redemocratização e justiça social.

1. Reflexões sobre a historiografia, narrativas literárias e abordagens epistemológicas: A Literatura e seus usos pelo historiador

O período de modernização da América Latina na segunda metade do século XX, contou não somente com o suporte de construção das conveniências que integraram mentalidades e lógicas, mas também com as indicações e anúncios das identidades e identificações e a vinculação de palavras, conceitos e comportamentos. Entretanto, carece o questionamento de como a elaboração de uma modernização política dos países latino-americanos, estruturou doutrinas de Segurança Nacional, que também conduziu a instabilidades.

Com efeito, a introdução e organização dos atos que esculpiram contornos de legalidade, idealizando sinais de advertência e o lugar dos cidadãos, seus respectivos direitos e prerrogativas, direcionaram funções estratégicas que visam pensar o mundo e a América Latina e conformam o exercício de consciências acerca de como esses países são vistos, particularmente na conduta de construção da ideia de esfera política.

Distinguindo fatores de um passado colonial desses países e os reflexos que reportam uma continuidade, ruma-se acerca da abrangência de argumentos e colocações e se teria ocorrido a emancipação de tais legados e experiências de profunda barbárie. Sobretudo, a esmagadora pressão do regime não emudeceu os níveis de mobilização social das disputas que permearam o contexto. Com a colaboração das farsas elaboradas, os regimes ditatoriais averiguaram aspectos de legitimação das arbitrariedades, delineando sistemas de referências.

Apesar de ser caracterizada por uma região de países em desenvolvimento, a América Latina sofreu e sofre com problemas sociais ligados à má-distribuição de renda e a necessidade por reformas de base. Dessa maneira, face aos empenhos em constituir uma democracia mais sólida, com uma população mais participativa no que tange aos movimentos políticos, algumas demandas alavancaram destaques na sociedade, protagonizando graduais mudanças na composição social. Entretanto, as mazelas da pobreza e desigualdade social permaneceram vivas, ainda que em meio a algumas oportunidades históricas, que visavam atingir níveis de esperança em um contexto marcado por fortes imprevisibilidades.

Contudo, no esteio dos anseios por mudanças, também houve a contraposição de setores conservadores da sociedade determinada a se aproximar dos processos de decisão da vida política e os adventos das ideias com fins de tomada das rédeas da situação e evitar um "avanço do comunismo".

Partindo dessa premissa, é relevante conhecer o processo que leva a essa alteração e recomposição do jogo político, tornando o cenário receptivo às aspirações conservadoras, em contraponto às expectativas populares por reformas de base, não somente no Brasil e Chile, mas também em outros países latino-americanos.

Em face aos polos extremos associados ao debate e como esses criaram instâncias hostis e violentas, a importância de se trazer a público os testemunhos das traumáticas vivências do período, visam compor apelos para a construção de legitimação à memória das vítimas, assim como acenar para a fundamental consolidação do estado democrático de direito, em respeito à dignidade e a vida. Sobre isso, o filósofo e doutor em Ciência Política, Fernando Kolleritz versa que:

O testemunho carrega uma continuidade na faculdade de conhecer. Ver, verdadeiramente ver, é, ao mesmo tempo, tornar-se responsável por uma verdade. Carrega-se o passado para o presente, mantém-se viva uma realidade. A fidelidade da testemunha preserva o real, reserva-o, se quiser... enquanto puder... Filho da memória e do esquecimento, a duplo título o testemunho é subjetivo. Percepções agudas, lacunas prováveis: a subjetividade contém as duas dimensões, presenças simultâneas da consciência e da inconsciência. O impartilhável (o que não lembro, o que não posso exatamente transmitir do vivido) serve de fundo ao que é partilhado. (KOLLERITZ,2004, p.75)

Nessa esteira, em diálogo com o conceito de histórias conectadas e globais e a temática das experimentações de narrativas literárias sobre regimes ditatoriais na América Latina, caracteriza o objetivo central deste capítulo, com o intuito em analisar o suporte discursivo que foi e é produzido sobre esse momento, dando ênfase às ações dirigidas pelos governos militares para regular as atividades políticas e culturais, além das produções do conhecimento, atuando como censores destas.

Das historicidades baseadas em trocas, ao observar o local da América Latina e sua influência na cena global, é relevante para apreender que os repertórios fornecidos e seus indicadores não são desprovidos de lógica, essencialmente em meio às inúmeras formas de se pensar como ocorre a reprodução desses sentidos.

De certo, essas considerações nos conduzem a pensar gestos políticos e a quem interessam a permanência de determinados repertórios. O local e os exercícios hermenêuticos compostos traduzem, entre outros aspectos, a quem está delegada a autoridade do argumento, entre o parecer, suas defesas e enquadramentos.

Em um caráter documental e político, alguns elementos versam sintomaticamente a forma como nos relacionamos com a memória. Diante de uma escrita e sua performance, cada

um narra o acontecimento comportando identificações e categorias, embaralhando sentidos e experiências conforme interesses. Dessas centralidades, alternâncias e recortes presentes, entender quem o traz e qual a perspectiva do ocorrido, é fundamental para atentar-se a como é assimilado pela recepção.

Em menção aos episódios ilustrativos que circunscrevem o papel das pressões sociais para a aquisição de direitos, prevalece a existência de preparos convenientes para a elaboração dessa ideia na esfera pública, com fins de torná-la coesa às necessidades de abrangência no imaginário. Assim, a modulação do tempo exerce provocações sobre as tonalidades e repercussões que o significado assume ao disseminar a figuração da realidade. Para tanto, o historiador brasileiro José Carlos Reis (2012) ressalta que:

O tempo aparece sob o signo do paradoxo, ser e não ser, nascer e morrer, aparecer e desaparecer, criação e destruição, fixidez e mobilidade, estabilidade e mudança, devir e eternidade. Sob o signo da contradição, do ser e do nada, o tempo parece inapreensível. Ele é descrito de modo contraditório: a pior e a melhor das coisas, fonte de criação, da verdade e da vida e portador da destruição, do esquecimento e da morte. Ele engendra e inova e faz perecer e arruína. (REIS, 2012, p. 25)

Desse modo, a semântica histórica e seus desdobramentos de sentidos abordam usos e intencionalidades que reforçam a relevância das verificações, para além do que se faz opinião, mas pôr no radar como o conceito de tempo é atravessado por demandas políticas, culturais e sociais.

Adotando frequentemente intercâmbios, os Estados Nacionais foram se erguendo embasados em alinhamentos entre a oralidade e cultura escrita, que afirmaram memórias de acontecimentos a serem visualizados pela coletividade, angariando soluções interpretativas. À vista disso, os estímulos que são preservados enfatizam métodos de desenvolvimento próprios da região, qualificando soluções para os desafios na integração e cooperação entre países, que vão desde os aprofundamentos das crises sociais às necessidades por reformas, por entre os efeitos das assimetrias que atravessam décadas.

Os aprofundamentos de tendências aos desmontes da democracia constituídos por modelos de dependência, em virtude das pressões imperialistas, remeteram a população ao completo descaso, em um momento que reformas populares necessárias foram esquecidas, propiciando ecos da desigualdade.

Como marco dos signos do silêncio, a cultura foi perseguida, mas ainda assim não totalmente calada, em meio aos receios das prisões arbitrárias e execuções sumárias que levaram um grande número de indivíduos à vida na clandestinidade. Nesse ínterim, o direito à

verdade, à memória e à justiça sofreram em meio às reticências das investigações oficiais e seus protocolos.

Da mesma forma, é apresentado o período carnavalesco como época de dispersão e melhor fase para aqueles que estão na clandestinidade, fugir e buscar pertences, inclusive correspondências que ficaram por ser recebidas.

— Não tem nada nesta terra que resista ao Carnaval, Deolinda - disse Nando.
- O Manuel vai voltar em cima do Carnaval. É a época para a gente fugir e é também a melhor para eu tranquilamente dar um pulo em casa e apanhar as cartas. (CALLADO, 1984, p.591)

Assim, para empreender uma investigação cuidadosa no que concerne à complexidade que o contexto abarca, devem ser levadas em consideração as perspectivas associadas e como viabilizaram enquadramentos das brechas ideológicas do momento, próprias do cenário de Guerra Fria e o pressuposto da disputa entre blocos. A formulação da supracitada alteridade, suas intencionalidades e montagens discursivas evocaram pontos de contato e campos de significação.

A Guerra Fria promoveu mudanças de dimensões estratosféricas no mundo, transformando instituições, normas e comportamentos. Atingiu todas as esferas sociais como arte, a educação, a religião e a política com efeitos que podem ser sentidos até hoje. Deu novo significado à palavra medo, criou um novo vocabulário e inaugurou uma nova etapa nas relações internacionais. (GRISOLIO, 2017, p. 219)

Ao assimilar tais elementos, é incorporado forte teor político em face da luta contra o abafar das vozes em meio à repressão que abateu o Brasil e outros países latino-americanos. Nesse sentido, é possível refletir pontualmente sobre como a cultura e suas manifestações artísticas podem trazer visibilidades sobre essas experiências, ao que se refere à indignação, dor e aflição de um pós-evento traumático.

No que tange aos regimes ditatoriais, dando ênfase ao Chile, onde assim como no Brasil, houve forte interferência nos modos de narrar o fato, partindo da radicalização política¹⁸ que se disseminou com os sistemas de controle de informação, sendo dispostos regimes regulatórios contra a "ameaça vermelha". As demandas em torno dessa questão

¹⁸ Fico (2001), tratando sobre as investidas da radicalização política presente no período cita que: “A escalada de radicalização do regime prosseguiria sem interrupções, Em junho de 1964, terminou o prazo estabelecido pelo Ato Institucional para as cassações e suspensões de direitos políticos. Dois dias antes dessa data, a 13 de junho, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). A proposta causou desconforto em vários políticos, que temiam a instalação de organismo nos moldes do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de Getúlio Vargas. Castelo precisou negociar com as lideranças parlamentares que o apoiavam a aprovação do projeto no Congresso Nacional. Aparentemente, a criação do SNI inseria-se no contexto de radicalização. (FICO, 2001, p.39,40)

levaram ao acirramento ideológico, na medida em que se configuraram contornos de intensas lutas políticas, em um cenário que quaisquer demonstrações de dissidência ao regime eram visualizadas como antipatrióticas.

Em um cenário de comunicações mediadas por ações repressoras, direitos foram violados, caracterizando anos de privação dos cidadãos ao acesso informativo. A censura usurpou durante anos a transparência dos registros jornalísticos, essencialmente aqueles que se voltaram à função de denúncia. Em paralelo, a exaltação nacionalista promovida pelo regime dialogava diretamente com alguns desses fatores, como ocorria com as campanhas que usaram o entretenimento como carro-chefe, com o intuito em promover o desvio das atenções.

A própria falta de precisão na descrição do que foi vivido, marca um esvaziamento de sentidos promovidos por um pacto de silêncio, ajustado por combinações políticas, evitando eventuais dissonâncias entre concepções emitidas pelo regime. Na ausência de palavras para nomear o momento de maneira precisa, sem margens para o ambíguo, em que o apresentem de forma crítica, de início talvez fosse pouco compreensivo o contexto que se desenhava naquele horizonte.

Em observância desses fatores, apreendendo a recorrência de práticas e condições históricas e sociais de produção, torna-se necessário refletir a complexidade da conjuntura onde a lei e a ordem teriam sido utilizadas como mecanismos de manobra para atender as demandas dos regimes ditatoriais que programaram uma caçada aos dissidentes.

A revisão de literatura trazida com essa pesquisa foi um recurso imprescindível que contribuiu para assimilação dos produtos da polarização que qualificaram sujeitos idealizados por um critério de aceitabilidade ou exclusão, conforme formas de tutelar subjetividades, administrando existências e suas formas.

A busca por esferas elucidativas que sigam um processo explicativo multifacetado, decifrando a hermenêutica da experiência, mesclando discussões e vertentes interpretativas, para além de escolhas por atalhos simplificados, pode auxiliar em detalhamentos mais aprofundados da realidade histórica.

À medida em que observamos como os debates contemporâneos sobre o exame da memória e seus usos ganhou um necessário espaço, salta aos olhos a retórica negacionista, que em suas diversas investidas têm buscado criações de narrativas a respeito das ditaduras que se instalaram na América Latina. As difusões dessas séries de versões, com ênfase no Brasil, que via de regra, por meio de ações de pequenos grupos conservadores afirmam a

legalidade e necessidade das ações coordenadas que espalharam terror e truculência em diversos países da região, potencializaram e potencializam uma retomada desse cenário, provocando instabilidades políticas e descrença na democracia.

Os esforços dessas narrativas incitam um engajamento antidemocrático (visto o contexto digital) que enlaça o saudosismo de um grupo da sociedade brasileira que apela para brechas autoritárias, com pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional. Em face das ameaças de rupturas institucionais que vão tateando o solo de incertezas do futuro, experimentam o desgaste político como ferramenta, adequando tentativas de revalorizar os discursos autoritários e a censura.

Entretanto, esse momento de interrogações e dúvidas traz à cena, problemáticas sobre quais lugares habitam a memória, como a experiência traumática da ditadura para determinados grupos que vivenciaram os atos repressivos de um modo mais direto e, acima de tudo, o que se testemunha ao apresentar colocações em livros e na mídia.

A ampliação do testemunho na cultura contemporânea demonstra que a função política do testemunho como narrativa de uma experiência-limite por um sobrevivente se expandiu justamente porque as noções de trauma e de sobrevivência estão se ampliando. O trauma se alargou como categoria e passou a abarcar um conjunto diversificado de eventos, incluindo a separação, o preconceito, o bullying e assim por diante. Essa manifestação do testemunho encontra muita relevância na mídia - em programas de televisão e rádio, revistas e jornais - mas também na internet. Isso, certamente, tem a ver com as mudanças socioculturais do nosso tempo. (SACRAMENTO, 2018, p.131)

Partindo disso, a posição que conduz ao que escolhemos lembrar e como nos esforçamos por lembrar fortalecem esboços para um debate, atento aos traços recolhidos e ao trânsito da lembrança, sobre como se faz distribuída e vinculada.

As histórias convencem seus destinatários da credibilidade de seus conteúdos na medida em que demonstram o que foi o caso, no passado, por recurso aos vestígios ainda presentes desse mesmo passado [...]. Para reforçar sua pertinência empírica, as histórias podem remeter a uma instância de autenticação. Essa instância consiste na contemporaneidade factual do passado, ou seja, no fato de que subsiste algo dele e que dá testemunho dele. (RÜSEN, 2001, p. 100)

O reconhecimento atestado por discursos traduz uma preocupação interpretativa, que, além disso, dá lugar ao esquecimento por associação. A tensão constante dessa visibilidade é palco de reivindicação para mecanismos de representação que recorrem a novos horizontes e olhares de experiências.

Em pesquisas provocativas e escritas que propiciam a ampliação das discussões como é estudado no livro *As Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*, da historiadora Carolina Dellamore, se formulam enfoques sobre os impactos na vida daqueles que demarcaram a oposição aos atos da ditadura no país, expondo-se à violência física e simbólica. Diante de reflexões como essas se têm, para além de um princípio educativo, que se volta ao processo de apresentação de alguns indivíduos que vivenciaram a luta política, também levanta bandeiras para a relevância dos estudos sobre memória social, essencialmente em questões delicadas da história nacional recente do Brasil e de outros países latino-americanos.

Em sequência aos temas tratados em meio às reflexões propostas por Koselleck (2006) se trazem ponderações de como um conceito é pensado, até mesmo podendo ganhar sentidos polissêmicos em suas incursões. Diante da linguagem e de sua relevância para difundir o conhecimento, dimensões, versões e amplitudes, são continuamente perpassadas por interpretações em filtros de uma realidade. Contudo, o acontecimento não se faz limitado ao discurso. Há de se observar também como esse elemento é narrado e como suas representações estão postas no cenário perante a plateia.

Ao apreender que o passado pode ser arquitetado por usos políticos conforme as intencionalidades da memória constituinte, se balizam as compreensões que dispõem sobre o acontecimento histórico e como a experiência é descrita, em seus conceitos, processos de construção, empregos e contradições. Assim, o historiador traz aos seus pares e leitores em potencial, acerca de como o discurso circula e é classificado na temporalidade e espacialidade.

Logo, a despeito do protagonismo de escândalos e mistérios que se faziam e fazem por descobrir, em meio aos confrontos crescentes e que expõem incoerências, cabe ao historiador captar como são lidos os lados improváveis de uma narrativa.

No caminho estético de um discurso sublinha-se que movimentos e questões devem emergir, configurando restrições e aceitabilidades, no qual, algumas orientações normativas se pautam em disciplinar as consciências coletivas. Para tanto, ao ressaltar a presença de espaços de lutas por legitimação, se tem em paralelo a necessidade de um reconhecimento crítico sobre as nuances de uma narrativa.

Problematizando os relevos das escolhas metodológicas, os pilares que incorporam modos de saber e entender um evento, sejam em suas presenças ou ausências, possibilitam

ilustrações e significados diante de um leque temático abarcado pelo conhecimento historiográfico.

Em diálogo ao que primo estabelecer nas abordagens presentes em meu objeto de estudo, os textos aqui brevemente percorridos, afloraram reflexões sobre como os conceitos falam e de que modo buscam atingir e estimular consciências.

Ao julgar os circuitos e circulações de uma ideia, discurso ou conceito, acerca de como e onde os focos se assentam, despertam-se as atenções para quais caminhos e representações buscam afirmar. Esse empenho na tentativa em compreender o impacto da segmentação temática perante o público, também provoca a importância do traço ético e estético do dito.

A partir das tensões presentes na construção política e dos argumentos que buscam sustentar os pilares do poder e de sua organização, alguns olhares foram treinados com o propósito de gerar identificações que impulsionam os processos sociais e políticos.

Em contrapartida, ao ampliar as fronteiras da unidade de análise, discernindo a complexidade dos parâmetros que o regem, abrem-se margens para novas chaves de interpretação e leitura em meio às formas de pensar equivalências e dissonâncias, mediante os focos que uma História usa.

Ciente das formas ideológicas de narrar, suas implicações, dinâmicas e argumentos que são articulados para uniformizar sentidos e preceitos, a linguagem é utilizada como mecanismo para descrever a compreensão da experiência, ou mais precisamente, o modo como essa pode e deve ser lida.

Frente a novos percursos e tentativas de interpretações, questionam-se elementos que povoam o imaginário no que se refere às seleções em reconhecer movimentos, adequados por lógicas com fins de silenciar tramas.

Destarte, é relevante compreender a participação das reflexões de Rüsen (2001) em relação às investidas de quem constrói o conhecimento e institui a fixação da verdade e de seus sentidos, empregando valores, alcances e limites. Esse discurso se estende do político ao social, promovendo esquecimentos deliberados, autorizados por seleções de conteúdos, que vão desde a exploração exacerbada de personagens em uma narrativa historiográfica em detrimento de outras.

De tal forma, a leitura se torna provocativa ao historiador, sinalizando que esse deve permanecer atento em seus enfoques, no tratamento das fontes, essencialmente acerca de como especifica suas interpretações.

Problematizando afirmações usuais, elaborações das lembranças que conduzem a uma memória coletiva, se oportunizam redescobertas, outras óticas, em face da complexidade dos eventos históricos.

Ao tentar trazer respostas às densidades dos processos históricos, primam-se alcançar também as omissões presentes em versões, assim como abordar com maior amplitude, observando o relato extraviado, apagado intencionalmente, visando elaborar uma realidade mais palatável.

As conveniências emplacadas programam cumplicidades com relação a esses silenciamentos, utilizando-os politicamente e culturalmente, consagrando figuras e ideais. Ao pôr determinadas representações no campo da crítica, também se dispõe de possíveis análises de marcas e detalhes que passaram despercebidos na História.

A crítica de uma aceitação irrestrita de um ato/ recordação/ ideologia não deve esquecer, notadamente, que houve uma luta discursiva por essa afirmação no modo de compreender o mundo. Apesar de tudo, a escolha e peculiaridade da interpretação, que busca integrar o coletivo naquele modo de expressar e transmitir o acontecimento histórico são elementos paradoxais, um esboço que pode ser considerado inacabado.

As pretensões de garantia de validade, como afirma Rüsen (2001), perpassam apelos que gradativamente buscam assegurar a razão da preservação daquela memória, inserindo-os no processo perceptivo, obtendo familiaridade com o advento do que é legitimado discursivamente.

As mobilizações de atos interpretativos e seus procedimentos providenciam lugares, hierarquias, paradigmas e vertentes que exigem esforços contínuos para uma dissolução crítica. A leitura cultural de um evento gera impactos, produzindo constructos significativos e bases existenciais para sua afirmação e aceitabilidade, caracterizando nuances de um processo histórico e o modo como o tecido social se perfaz, bem como uma informação circula.

Em busca de um monopólio do conhecimento histórico e como esse exprime a veracidade, formando conceitos automáticos no imaginário, a captação da elaboração de um

"nós" e do "outro", comporta esferas decisivas que traduzem essa verificação por meio de práticas e recursos linguísticos.

Explorando os fatores pertinentes à gestação do passado, os cenários e formações culturais também comportam, além de pensamentos intencionais e imobilizações políticas, maquiagens discursivas capazes de materializar configurações que resultam nessas valorações.

O suporte às especificidades do contexto cristalizam formas, que somente por meio de reflexões rigorosas e exigentes, ganham autoridade para repensar recortes, questionar quais subjetividades são trazidos à cena, assim como reportar a necessidade da exposição de representações plurais sobre essa narrativa.

Adentrando-se mais especificamente ao meu objeto de pesquisa, observações como essas forneceram pilares para abordagens mais contundentes sobre a profundidade dos impactos da produção de sentidos e o que esses respaldam em seus esforços.

Ao facultar novas conexões, fomentando perspectivas críticas com relação aos textos e contextos veiculados, alguns dos teóricos apresentados nesse texto dissertativo, colaboram para versar um pouco sobre as formações históricas, contribuindo para reforçar o pensamento, segundo paralelos e aproximações no cenário latino-americano. Ao favorecer enriquecimentos à técnica historiográfica, refinando o diálogo entre fragmentos e seus respectivos significados, refletem-se os circuitos, imposições, aberturas e interferências externas conjugadas.

A América Latina, que apresenta tais quais outros terrenos, um caráter plural, culturalmente, socialmente e linguisticamente falando, em suas formatações denota discrepâncias e aproximações, quando se observam contextos políticos. As reverberações do cenário colonial forjaram durante séculos uma mentalidade de exclusão e seletivas composições que buscaram inspiração para instrumentalizar atuações no território.

As tentativas de homogeneização cultural reforçadas pela tendência da globalização, disseminaram pretensos pontos comuns mediante regras e adaptações aos padrões hegemônicos. A pertinência dessas apresentações organizam modelos de poder, pensamentos e formas de operação que buscaram consolidar espaços de superioridade e subalternidade, o qual enquadram qualificações e epistemologias. O controle das experiências, corpos e memórias afetaram e seguem afetando a possibilidade de múltiplos percursos e compreensões de si e do todo.

A narrativa política que implica na maneira de compreender a América, julgando pertencimentos ideológicos, suas contradições e interesses, influenciam na observação dos sentidos que embasam tais demarcações. A preocupação didática dessas narrativas reforça demandas a serem socializadas, por meio de caldos moralizantes e movimentações políticas, apreendidas no século XX, em um delirante combate ao comunismo que tomaria conta da América Latina.

Ao discutir sobre as proposições que nos levam a entender o conceito de História e sua abrangência de estudo, Oriani (2017) levanta questões sobre o que apresentam e como o senso comum os enxerga, a par das novas classificações que têm despontado a exemplo da história do tempo presente; inquietações próprias dos historiadores que destinam suas atenções aos objetos mais próximos da linha temporal que esses pertencem e os caminhos da problematização que mobilizam interlocuções críticas, capazes de examinar conteúdos e seus respectivos detalhes.

A necessidade de um mapeamento de dados, documentos e fontes emana o reconhecimento de indicações das permanências alimentadas por discursos e práticas minuciosamente selecionadas e arquitetadas para estipular a compreensão e estrutura social.

Para tanto, o papel das convenções disciplinares que intermediaram formas de apreender a realidade, tem sido questionado, essencialmente acerca das forças que as regem, gerando preferências de escuta e afirmação, diante das permissões e interdições (ainda que parciais) em geral observadas.

Dessa maneira, ao que se refere ao historiador, também se destacam as influências de sua construção como indivíduo e a composição do repertório cultural que o rodeia, principalmente qual seria seu papel na resistência democrática, em um contexto de negacionismos profundos e múltiplos.

Comumente, as categorias e tendências interpretativas sobre um acontecimento, fornecem respaldos para afirmar anseios a serem reproduzidos na dinâmica social. Com isso, essas formulações que buscam conteúdos coerentes e discursos inteligíveis em seus aspectos, propõem alternativas para avaliar a realidade e torná-las acessíveis.

Em paralelo, essa relação com a linguagem, acorda critérios que conduzem a circulação dos sentidos, facilitando tratos de leitura e suas lógicas. Assim, como afirmado em linhas anteriores, esse aporte que qualifica vilões, situações-problemas, empecilhos à ordem, ou seja, esse "nós" e "eles", diante dessas fórmulas, constrói tensões que buscam estabilizar

papéis e conhecimentos visuais e conceituais dos "riscos", fortalecendo o repúdio no filtro cultural.

Similarmente fundamental para obter o discernimento do peso operacional do funcionamento e configurações dos discursos e práticas de poder, se fez a leitura de Cardoso; Vainfas (2012). Ao sinalizar a presença dessas relações de força que moldam a estrutura social e como perpassam organizações institucionais, corroborando em legitimações de figuras de autoridade e elementos constitutivos do poder, com fins de realizar interesses estratégicos, constata-se a pertinência para a observação da construção de sentido da realidade e suas razões legitimadoras.

As justificativas que pautam projetos políticos e sociais e como são reportados, atuam como ferramenta de expressão de uma cultura política. Para determinar uma autenticidade e estabelecer a máxima aceitação, ocorrem socializações das representações, rastreando modos de ampliar ângulos de pertencimentos e afirmações na opinião pública. Assinalando exemplares favoráveis que elencam categorias e usos em seus sistemas de referência, se executam tarefas de reprodução que não ausentam contradições em seus conteúdos ao analisar os esforços de padronização das atribuições e preceitos sociais.

Por entre apoios e conspirações multidimensionais, que espalham rapidamente o caos, também pode ser empregada a entrega de uma narrativa manipulada com o propósito de criar tensões, influenciando no poder de mobilização e mudança social.

Perante os conflitos que propiciam rearranjos das dinâmicas, envolvendo constatações e contestações, a ideia de verdade e as condições que a asseguram, também são atravessadas por hesitações e incertezas.

Ao captar os enfoques e os resíduos das experiências utilizadas nessa construção, dos quais derivam a documentação, o diálogo entre teóricos e autores aqui brevemente dispostos, é provocativo ao fazer pensar quais significados impomos e legitimamos com relação a algo, cientes de que essa é uma montagem e suas frações extraídas constituem recortes úteis que esboçam uma essência provisória.

Em contraposição a ocorrência do significado petrificado se incorporam elementos críticos, visualizando diferenças e equivalências para abordar quais panoramas estão assegurados à compreensão dos fatos, e como esses proporcionam transformações e aperfeiçoamentos ao método historiográfico, atento a amplificação e potencialização das vozes e da ótica de experiências possíveis.

Importante ressaltar que dentro de uma dinâmica política e seus processos há fluidez, difundindo polarizações interpretativas sobre um mesmo acontecimento, bem como, em meio a isso se observaram o surgimento de perfis que se aproveitam das instabilidades para afirmar um ideal a ser naturalizado.

Diante dessa relação de forças, também se analisa os esforços em centralizar tomadas de decisão e modos de afirmação, organizando os planos culturais e conseqüentemente toda a esfera de atividades de mobilização social. Ao refletir acerca de aspectos básicos sobre o sistema de referências que acessamos a respeito da história de um país, deve ser pensado, de antemão, quem escreve e formula sua narrativa, quem são considerados heróis e que figuras foram evidentemente silenciadas nesse palco. Ainda que diante de respostas nada homogêneas, percebe-se a atuação de um modo hegemônico de ler e produzir a realidade, seguindo tendências para um anseio supostamente comum.

Buscando equivalências no que concerne a presença de governos militares simultâneos em solo latino-americano, se traduz uma forte investida que realoca diferenças, impondo narrativas acerca do local de inimigo interno associado ao comunista, ao subversivo. Em paralelo, como suporte para essa trama, a ideia de Segurança Nacional¹⁹ suprimiu direitos políticos dos cidadãos, e que aos poucos foram se esvaindo, tornando incerto o cotidiano em expressão de ideias e sentidos, ainda que inicialmente houvesse forte atuação de movimentos artísticos.

Como suporte, alguns escritores têm utilizado a Literatura nos anos pós-ditadura como canal, reproduzindo o verossímil e também paradoxos entre o fictício e o real, tal como a arte usa de seus recursos para arquitetar o protesto contra o arbitrário.

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da

¹⁹ Fico (2001) ressalta que: “A doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento. Aliás, observou-se uma gradual decadência da ESG, no pós-1964. Em se tratando de fenômeno tão recente, é natural que existam dificuldades analíticas e lacunas de informação. Somente alguns oficiais estavam adstritos, em uníssono, aos cânones da "doutrina", Como já foi dito, o amálgama ordinariamente reduzido à expressão "os militares" compunha-se de uma variada gama de cores políticas que se estendia desde aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG) até despóticos que as desprezavam visà-vis suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas): ou desde os que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas "grandezas brasileiras" e os que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento.” (FICO, 2001, p.41)

permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real. (SEVCENKO, 2003, p.29)

A emergência em converter a arte em espaço estratégico e combativo de experiências de censura e silenciamentos, fazem dessas iniciativas de escrita um campo fértil para o germinar de sementes revolucionárias, questionando os álibis que garantiram forças e respaldos ao autoritarismo.

Pensar o passado de maneira "ejemplar" permite compreender situações novas do presente, sacrificando a singularidade do ocorrido, dando espaço para leituras plurais sobre o passado, tendo em vista que a memória é polifônica e polissêmica. Várias vozes e vários sentidos se entrelaçam na ciranda da memória social. Não há narrativa unívoca, e mesmo quando se tenta produzir a narrativa única, as vozes dissonantes em algum momento aparecem e lembranças até então silenciadas aparecem no espaço público. (DELLAMORE, 2011, p.58)

Elevando reflexões mais direcionadas sobre a prática do historiador, Rüsen (2001) dialoga com a necessidade em apreender as investidas que a Teoria da História pode propor, diante da pretensão em construir observações mais rigorosas acerca dos setores e posições ideológicas e dos respaldos para a elaboração de uma narrativa.

Em paralelo, as abordagens de Bentivoglio (2007), não se tratam apenas sobre afirmar um passado, mas buscar compreender os modos como esse pensamento é considerado e ajustado. Destarte, ao questionar que relações o historiador assume com o documento, qual seu topos e o que distingue sua prática, segundo o aporte teórico que acessa, suas afinidades intelectuais e políticas, alguns desses elementos podem alterar todo o seu universo referencial.

Em observância a essa razão como força motora, a hermenêutica é atravessada por mediações, fazendo parte do ofício do historiador, interpretá-las em seu domínio. As razões que se fornecem por meio da narrativa, orientam-se com fins de constituição da credibilidade, em intenções projetadas.

O reconhecimento de raciocínios díspares, que nem sempre convergem em suas abordagens e temporalidades, conforme lógicas assimétricas, reforçam demandas de leituras diversas, visando alcançar outros paradigmas e entendimentos históricos das manifestações humanas. Assim, a abertura de novas possibilidades gera argumentações historiográficas, essencialmente diante das carências de orientação que se atrelam a reformulação de olhares sobre o passado, conferindo amplitude a crítica textual e contextual.

Refletindo acerca das complexidades desses textos e contextos, se tomam projeções de percursos e provocações na presença das fontes/documentos/relatos, reconhecendo a dinâmica dessa exposição que em momento algum é ingênua.

A necessidade em apreender o tempo em transformação, carregado de intercâmbios e alternâncias, irrompe analisar como o passado se faz presente em nosso agir, por imposição ou por critérios de sutileza. A repercussão nas relações, nos usos e práticas, nas convenções e flexibilidades de sentidos, são algumas das propostas de análise que trazem chaves interpretativas que se acionam ao estabelecer perguntas históricas e tentativas em elucidar as especificidades e validações.

O sentido de uma história é medido pelo grau de êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo. Construções significativas da continuidade histórica devem ser testadas, por conseguinte, para se saber se e até que ponto o “eu” ou o “nós” a que destinam vivenciam, por intermédio do sentido das histórias que elaboram, uma consolidação de suas identidades. (RÜSEN, 2001, p.125)

As operações intelectuais reguladas reproduziram e reproduzem discursos que diligenciaram por fixações mentais de sentidos e consensos perante as subjetividades, em esforços quase impossíveis de serem alcançados. Por intermédio de um conhecimento que expande constantes verificações, o alargamento da relevância histórica vem para dissolver contradições de uma certeza autoritária. A prudência em ponderar o referencial, entendendo sua funcionalidade para a historiografia, é pertinente para fortalecer críticas às visões superficiais sobre o passado.

Tal e qual um objeto epistemológico pode assumir diferentes configurações e designações, os enredos podem sofrer flexibilidades de sentido, favorecendo concepções nebulosas, bem distantes de salvaguardar a verdade dos fatos.

Um evento convoca o sujeito a nele se inscrever, e isso só se faz graças a uma produção narrativa que não apenas tem o sujeito como seu enunciador - sujeito gramatical, sujeito de ação ou do estado indicado pelo verbo -, mas também como seu objeto: o relato de fatos vividos versa também, necessariamente, sobre o sujeito, enlaçando-o também como tema, assujeitando-o a um determinado enredo e a uma determinada tessitura de significantes. (RIVERA, 2016, p.41)

O papel das demarcações de locais sociais reverbera escolhas que compõem uma narrativa alternativa que aloca condições aos personagens por meio de uma racionalidade normativa. Ao conjugar aspectos a esse contexto, observam-se formatos preferenciais voltadas ao teor político em que, muitas vezes, conferem projetos e limitações de espaços,

interferindo na aquisição de leituras mais plurais, condicionando sujeitos a serem representados por versões hegemônicas.

O início de um novo discurso, com apoios externos²⁰, regado pelo nacionalismo e pela luta anticomunista, foram alguns dos elementos que se espalharam por décadas em solo latino-americano e que, de certo modo, levaram ao colapso as estruturas democráticas de países da região. Alegando a necessidade de renovações, modernizações e controles que, em suma, acabavam por impor retaliações a ampla participação popular, que se movia rumo à garantir direitos e reformas de base diversas, dá-se ênfase, nesse caso, ao Brasil e Chile no presente texto.

Na elaboração de perspectivas para as histórias, o referencial de seus autores e destinatários atua mediante normas, com as quais eles exprimem a experiência social das oportunidades de ação e das experiências de sofrimento transpostas para as intenções do agir e para resistência ao malogro. São também essas normas que decidem o que é importante saber do passado e o que pode ser esquecido. (RÜSEN, 2001, p.112)

Dessa maneira, diante das galáxias interpretativas que se criam, é possível apreender que essas versões se ancoram em posicionamentos e ecoam fórmulas, sentidos sociais que visam dispor de efeitos no caráter individual e coletivo. Ao assumir um tom crítico com relação às posições ideológicas de setores e grupos, tentando romper com posicionamentos estanques, é necessária a observação e o estranhamento dessa realidade social, seus respectivos impactos no modo de enxergar o político, buscando entender o embasamento desses critérios e de suas reproduções.

Os significados presentes nas entrelinhas podem entregar operações argumentativas que, muitas vezes, conduzem aos locais de testemunho e suas provocações, em que a força da memória também permite falar, no engendramento e configuração do sentido e da relevância com que tratamos sobre algum tema, nas construções sócio-históricas e seus contornos, no qual essas formulações também estão postas em locais de distinção.

²⁰ Nessa empreitada, Galeano (2014) traz em “As veias abertas da América Latina”, algumas das ações estadunidenses e como essas foram legitimadas por um discurso desenvolvimentista no Brasil e em outros países latino-americanos. No que se refere ao Brasil, o autor apresenta que: “O governo ofereceu isenção de impostos e outras seduções para colonizar os espaços virgens desse universo mágico e selvagem. Segundo a Time, os capitalistas estrangeiros, antes de 1967, compraram a sete centavos o acre uma superfície maior do que a que somam os territórios de Connecticut, Rhode Island, Delaware, Massachusetts e New Hampshire. ‘Devemos manter abertas as portas bem abertas ao investimento estrangeiro’, dizia o diretor da agência governamental para o desenvolvimento da Amazônia, ‘porque necessitamos mais do que aquilo que podemos obter’. Para justificar o levantamento aerofotogramétrico feito pela aviação norte-americana, o governo declarou antes que carecia de recursos”. (GALEANO, 2014, p.186)

Sendo a História um terreno repleto de disputas políticas e ideológicas, algumas cargas culturais são socializadas e legitimadas, habilitando-as com o objetivo de serem reproduzidas como fórmulas conservadas de acordo com nossos contatos e apropriações, funcionando ainda, como meios de interferir nas subjetividades.

Transpondo a constituição hegemônica de pretensões ingênuas que visam colocar o sujeito latino-americano na caixa da homogeneidade, com a preocupação da análise da formulação do caráter da subalternidade no imaginário, se expandem debates que ilustram, mas não de forma completa, uma inquietação sobre a posição da América Latina no contexto global.

Evidentemente, as densidades dos processos levam a compreender uma gama de versões, em que, sendo a memória um fenômeno de produção de sentido, suas investidas podem compor traços que sistematizam agendas, via produção de narrativas das experiências, que estão em constantes negociações e perspectivas.

Os processos de embates recorrentes trazem ritmos, direções e profundidades aos horizontes políticos, que reverberam em suas mudanças conjunturais e assimetrias nas relações de força. As memórias socializadas, compartilhadas por linguagem, passam por meios de fixação, que asseguram essa mediação e definições em um contexto histórico²¹ que não se faz absoluto ou linear, mas está condicionado à alternâncias.

Nesse sentido, essa Literatura enquanto fonte possível e proposta testemunhal aguça formas de tematização e demarcação de instâncias, potencializando espaços de experimentação, buscando equivalências, pensando o vivido com o propósito de narrá-lo. Em uma soma de possibilidades disposta com a cena literária,, De Marco (2004) aponta:

No plano literário, o escritor interroga-se sobre a possibilidade de encontrar a frase justa e a imagem adequada, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível. [...] E, na busca por representá-lo é necessário reproduzir o paradoxo entre a dimensão do instante da matéria a ser tratada e a linguagem da permanência, a tensão entre passado e presente, a contradição entre a ambiguidade e a literalidade, os impasses entre a poesia da imediatos ou o estilo do excesso da realidade, o significado da repetição ou das reticências e a convivência com a escassez da sintaxe explicativa ou do espaço para o jogo da imaginação. (DE MARCO, 2004, p.57)

²¹ Armani (2013) ao reflexionar em “História intelectual e redes contextuais”, o autor explora questionamentos sobre como um contexto é explicado e qual o interesse de suas formulações, percebendo quais interlocuções são geradas e facilitadas dentro desse processo, bem como quais os papéis das redes intelectuais na investigação histórica..

Das interrogações que são despertadas, no contato com visões das enciclopédias que não contemplam debates sobre a totalidade, a visão crítica da reflexão historiográfica oportuniza maiores entendimentos diante das carências de assimilação, contudo, também devem ser efetuadas investigações mais aprofundadas sobre as formas que nos apropriamos dessas analogias.

Na disposição de chaves de interpretação segmentadas por empatias e referências das organizações coletivas se têm ainda, as influências de um norte hegemônico e das convicções que são reproduzidas. Desses pólos irradiadores do poder, emergem percepções políticas e ideológicas condicionadas por modelos de validação, que pensam fronteiras e a perpetuação de locais sociais.

Dos usos das linguagens políticas como meios de autenticação e sustentação, elevam-se indagações sobre quantas afirmações a mais seriam necessárias para desconstruir crenças partidárias e ideológicas que submetem à polarização. Entre disfarces, práticas e confrontos próprios dos espaços políticos, a busca da historicidade propõe entendimentos mais aprofundados acerca do que fora vivido.

Em um terreno vasto e ainda desconhecido, o compromisso em conhecer também é perpassado por experiências individuais que forjam identificações, assim como crises de consensos. Dessa maneira, entre o que se faz supostamente eterno e o transitório, os diálogos historiográficos empregam organicamente movimentos para novas empreitadas.

Adentrando-se às experimentações das narrativas, algumas páginas das obras literárias que aqui discorro, exploram denúncias com fins de repensar as morosidades dos processos, essencialmente ao salientar o descontentamento social, que levantava discussões acerca da necessidade de reformas de base, pretendidas em sua maior parte por governos de esquerda, como ocorrera com Salvador Allende, no Chile e João Goulart, no Brasil.

Costumeiramente, em nível de prática política, tais governos estavam embasados em uma forte interlocução com as massas trabalhadoras, assumindo assim, uma sensibilidade perante questões sociais. Com efeito, foram investidas grandes expectativas na superação das injustiças e desigualdades, colaborando para a construção de uma participação popular mais ativa.

Neste quadro, à medida que se acentuaram as esperanças, sobretudo, considerando a possibilidade de negociação por esquemas conciliatórios, como está subentendido em um

contexto democrático, foram articulados movimentos contrários, que visavam desestabilizar as forças políticas que acenavam para um contexto de mudanças favoráveis aos segmentos populares.

Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento de lutas populares. A aceleração da luta por reformas estruturais ocorreu a partir do momento em que Goulart conseguiu, por meio de um plebiscito que lhe deu esmagadora maioria, derrubar o parlamentarismo impingindo pelos militares. Os trabalhadores sindicalizados, em que pesem debilidades evidentes na sua organização de base, tinham desenvolvido uma ampla capacidade de mobilização, com a incorporação de um número cada vez maior de sindicatos às lutas pró "Reformas de Base" propostas por Goulart. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.57)

A paulatina valorização de novos debates na cena literária, configura questionamentos acerca dos pedaços mal digeridos de uma experiência traumática, particularmente em meio a descrição das atmosferas, trazendo apelos e desempenhos das impressões do olhar dos personagens em face de uma conjuntura.

Em outra via, por entre os elementos estéticos da escrita literária, muitos autores optaram por encaminhar debates em perspectiva, pondo em evidência as animosidades de um contexto²², seus dilemas e a que condições estariam suscetíveis.

Ao enfatizar fluxos e seus processos de constituição, tais escritas também podem despertar fascínio, em virtude de suas articulações linguísticas, com o uso de metáforas para reiterar fatores na estrutura interna do texto. A presença da linguagem em suas exigências e potências de um texto, esboça implicações acerca do indizível, em suas faces hesitantes ao trazer um quadro e suas equivalências. Posto isto, ao estabelecer ligações entre linguagem, narração e o real, Kehl (2010) sinaliza:

Sabemos que nem tudo, do real, pode ser dito; o que a linguagem diz define, necessariamente, um resto que ela deixa de dizer. O recorte que a linguagem opera sobre o real, pela própria definição de recorte, deixa um resto – resto de gozo, resto de pulsão – sempre por simbolizar. Nisto consiste o caráter irreduzível do que a psicanálise chama de pulsão de morte. Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade. Se o trauma, por sua própria definição de real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em

²² Destarte, é possível incorporar mais uma vez, as atuações da *Operação Condor* no contexto ditatorial latino-americano e suas repercussões. Diante dessa representação, em *Noturno do Chile*, padre Sebastián conta um de seus sonhos e como nele “via um bando de falcões, milhares de falcões voando a grande altura por cima do oceano Atlântico, rumo à América. às vezes o sol enegrecia nos meus sonhos.” (BOLAÑO, 2000, p.74)

sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras. (KEHL, 2010, p.126)

Por entre as constantes sobreposições do que se diz, as estratégias do olhar e da narração conversam entre si, traçando planos e sequências, ao qual vez ou outra criam-se retomadas, interrupções e frequências; vis à vis às demandas que nascem para caracterizar o discurso e o lugar.

Antes de tudo, o leitor deve dispor de questionamentos como: de que modo o texto é representado e quais discursos passa a reproduzir, trazendo legitimações involuntárias; como se apreendem as vivências de uma época; como são entendidas no viés historiográfico e como ela foram escritas e celebradas.

De antemão, face às urgências da hora, prioriza-se expor iniciativas que inspiraram esperanças, como em respeito ao legado democrático da Carta Magna de 1988, a qual em seus projetos inclusivos nas experiências de participação popular, enquadra a configuração de mecanismos de combate a repressão, censura e violências em seus mais diversos sentidos, ainda que uma postura mais enfática no interesse da construção de uma Comissão Nacional da Verdade, viesse somente no ano de 2011.

A pesquisa aqui disposta, compõe um quadro de análise sobre aspectos relacionados aos regimes ditatoriais latino-americanos por intermédio da literatura, sendo utilizada como um canal, capaz em difundir alegorias e experimentações, versando outros relatos de memória, incorporando outras presenças, interlocuções e traços constitutivos, aplicando a verossimilhança.

Nessa empreitada, são compostos um rol de reelaborações, visando ampliar e problematizar especificidades embasadas pelas grandes narrativas e suas generalizações, que incitam reproduções mecânicas sobre algo.

Toda história tem uma perspectiva. O passado humano pode, pois, por princípio, aparecer como história em diferentes perspectivas, malgrado o mesmo conjunto de fatos. Com o passo da reflexão sobre o referencial, na qual a perspectiva de cada conhecimento é evidenciada, a ciência da história dá, quanto à pertinência normativa das histórias, um passo análogo ao que deu com respeito à pesquisa na relação com a experiência: a garantia de validade das histórias em referência à relação com a experiência levou, de início, à constatação de que o conteúdo empírico das histórias é, por princípio, superável e aperfeiçoável. (RÜSEN, 2001, p.110)

É por meio dessas ponderações que se qualifica o modo como as narrativas prosperam em seu compartilhamento, algumas dessas, ecoando versões distorcidas ou com um teor de inconsistência sobre o assunto.

Com fundamento nas experiências dos autores, essencialmente no que tange à figuração de sujeitos políticos e a significações atribuídas à esses, são levantadas considerações a respeito do lugar do poder e da banalização da violência, no qual a arte pode dialogar diretamente com os contornos de uma realidade político-social.

Diante do exposto, o papel da Literatura e sua carga simbólica, pode assimilar uma relação particular com esse "real", versando releituras sobre os impactos de um passado e seus possíveis testemunhos, atuando na finalidade de evitar amnésias seletivas após o baixar da poeira de um momento conturbado.

Essas ficções podem ganhar ares de mistério ao se apropriarem de sensações e afetos peculiares, ocasionando uma nova forma de expressão literária ao denunciar movimentos predadores da conjuntura, apreendendo consequências e dimensionamentos do político, e explanando também, as marcas de segmentação, muros e paradoxos.

Como referencial adicional, "Brasil Nunca Mais" (1985)²³, considerado um livro emblemático para compreender o que teria acontecido no extenso período de repressão vivenciado no país, discerne os impactos do advento da censura, onde muitos relatos deixaram de ser partilhados, na tentativa de cerceamento informativo e das liberdades de opinião e pensamento.

Nele, também são sinalizados os impactos na imprensa, canal relevante para fomentar debates sociais foi controlada, levando tudo o que seria reproduzido a passar pelos filtros dos censores, os quais trariam o sentido da pertinência daquela informação. Assim, a relação entre imprensa e público se fez mediada, até mesmo para estipular um enfraquecimento de oposições e possíveis reações que as notícias poderiam despertar ao serem veiculadas.

Dessa maneira, o dossiê que traz processos de presos e desaparecidos políticos conta com o compartilhamento das angústias, mas também das esperanças no futuro, longe de qualquer amarga experiência ali apresentada. Trazer a público os relatos das trágicas práticas

²³ Trazendo a público alguns relatos das tragédias vivenciadas durante os longos de regime ditatorial que se instaurou no país, "Brasil Nunca Mais" promoveu um levantamento consistente das principais ações de tortura no Brasil, discorrendo sobre práticas e instrumentos de repressão que se transformaram em fatos da cena nacional.

de tortura que arrastaram muitos à morte, é um trabalho doloroso, em virtude de que remonta um trauma em trânsito dos presos políticos, familiares e amigos. Pontua-se ainda que, desse prazer sádico dos torturadores, alguns dos sobreviventes tiveram episódios de confusões mentais provocadas por tamanha violência física, psicológica e simbólica experimentada.

A realidade de hoje mostra, porém que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não somente física mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. A intenção é reduzir as pessoas a máquinas funcionais. A lógica disso é o fenômeno do nosso tempo em que as pessoas desaparecem como se jamais tivessem existido. Esta é a própria negação da identidade humana legada por Deus e contrária a vontade do nosso Criador. O que é especialmente intolerável nos dias de hoje é que, justamente quando a maioria dos povos subscreve o reconhecimento a defesa dos direitos humanos e a dignidade do ser humano, esses direitos estão sendo mais flagrantemente suprimidos e violados no mundo inteiro. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.17)

Também há um apelo a repensar valores e atitudes tradicionais que reverberam um legado da opressão de outrora, própria de uma vertente retrógrada. O rompimento com as marcas dessa mentalidade garantiria um suporte, ainda que inicial, para um projeto de reconstrução do país, após a devastadora violência do regime militar dos anos de 1964 a 1985.

Entre os diversos aspectos de violação e atentados que podem ser pontuados, se faz em destaque a crueldade da repressão política e como essa gerou impactos no direito à vida, até mesmo nas fases mais iniciais, como é posto no trecho a seguir:

Para as forças repressivas, as razões de Estado predominavam sobre o direito à vida. Muitas mulheres que, nas prisões brasileiras, tiveram sua sexualidade conspurcada e os frutos do ventre arrancados, certamente preferiram calar-se, para que a vergonha suportada não caísse em domínio público. Hoje, no anonimato de um passado marcante, elas guardam em sigilo os vexames e as violações sofridas. No entanto, outras optaram por denunciar na Justiça Militar o que padeceram, ou tiveram seus casos relatados por maridos e companheiros. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.48)

De um modo responsável, cabe ao historiador a empreitada em introduzir relatos livres das amarras de outrora, tendo em vista que o testemunho desatado de nós que o delimitaram e interferiram (sob a condição da arbitrariedade de um ambiente repressivo), pode suscitar um transbordar de relatos anteriormente represados, bem como atribuir críticas às representações em vigor ou até mesmo possibilitar expansões, a respeito das modalidades

de contato com a realidade vivenciada e narrada. Entretanto, nem tudo é passível de um fácil encontro com o passado e o trauma, como ressalta Seligmann-Silva (2000):

A representação extremamente realista é possível: a questão é saber se ela é desejável e com que voz ela deve se dar; se ela nos auxilia no “trabalho com o trauma” que tem como finalidade a integração da cena de modo articulado e não mais patológico na nossa vida. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.85)

O intuito em desenvolver o conceito de trauma, no que tange às suas sensibilidades e a compreensão dessas, substancia a importância do testemunho como possibilidade de acessar o que ficara como reflexo da coação e da violência física e simbólica de um período. Ao longo dos próximos capítulos deste estudo, por meio da aplicabilidade de narrativas literárias e na identificação de conexões com a História, desponto como os choques promovidos pela experiência traumática se projetaram e como repercutiram nos indivíduos e na sociedade. Com esse propósito, se faz menção novamente ao estudo de Seligmann-Silva (2000):

O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante - ou seja, como no caso do sublime: trata-se, aqui também, da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem forma. Essa vivência leva posteriormente a uma compulsão à repetição da cena traumática. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.84)

E sobre essa condição de repetição, o historiador dá corpo às suas análises:

A volta constante à cena do trauma (sobretudo nos sonhos) seria o resultado de um mecanismo de preparação para essa sobreexcitação que, patologicamente, vem atrasado. O que importa para nós na teoria freudiana do trauma é tanto a sua relação com o choque - cuja onipresença na sociedade moderna lemos no poema de Baudelaire - como também o fato de tratar-se de um distúrbio de memória no qual não ocorre uma experiência plena do fato vivenciado que transborda a nossa capacidade de percepção. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.84, 85)

Antes de tudo, para além das reflexões que ainda serão postas nesta dissertação, é pertinente reconhecer as finalidades políticas que caracterizaram o período que aqui discorro, pontuando as investidas das práticas discursivas que buscaram massificar e amplificar essa narrativa anticomunista, levando-a aos locais mais remotos.

Nesse intervalo, ao contemplar quais repertórios permearam o golpe, em tentativas de emoldurar necessidades e “excelências éticas” das ações extremas do cenário, foi fundamental evitar falsas equivalências de sentido, no que concerne ao pavimentar dos caminhos de representações relevantes do caráter político que se instaurou.

Em uma leitura social dessas ideias e como essas ascenderam, demonstra-se mais uma vez, a dimensão da historiografia ao propiciar convites diretos em um ruminar dos efeitos provocados e suas permanências na democracia latino-americana, como será explanado no tópico seguinte.

1.1 As investidas da retórica anticomunista na América Latina

Duradouros foram os anos de barbárie e censura vivenciados no Brasil e Chile. Com o agir de forças conservadoras, o golpe civil-militar de 1964²⁴, sucedeu devastadores e truculentos impactos, os quais, entre tantas demandas, exteriorizam o descontentamento de alguns grupos por agendas reformistas de base, a serem assegurados pelos compromissos políticos de João Goulart²⁵, no Brasil, e Salvador Allende, no Chile.

Os usos políticos das cosmovisões permeadas por áreas engajadas em suas estéticas, assumem pontos de defesa que visam disseminar opiniões e projeções, com propósito de povoar o imaginário social. Ao identificar-se com as vítimas e não com os algozes da situação, observam-se fortes influências de organizações, seleções e pesos de uma narrativa, em que os dilemas são equacionados pelos aspectos de distinção e nos modos de compreensão sócio-histórica.

O processo de negação social e como o discurso é autorizado ou desautorizado, a falta de espaço para o testemunho como processo de violência simbólica, nos levam a questionar quais culturas políticas demarcam esses espaços. Todavia, a necessidade em ter contato com a rememoração, exige níveis conceituais adicionais para viabilizar interpretações sobre as controvérsias presentes no discurso.

Das provocações que se despertam, há de se ponderar quais lugares os regimes ditatoriais habitam no imaginário comum atualmente e como eles são apresentados nos livros.

²⁴ Alguns pesquisadores desenvolvem considerações com relação à participação de alas conservadoras na sociedade no Golpe de 1964, como instituições religiosas, o empresariado e meios de comunicação atuaram fortemente na propagação de discursos anticomunistas. Do mesmo modo, o Chile também foi induzido por fortes clamores desses setores no país.

²⁵ Comemorada por setores favoráveis às reformas de base por movimentos sociais, a vitória de João Goulart concedeu novas esperanças ao momento. Nessa direção, “A posse de Jango, marcada pela vitória da Campanha da Legalidade, conferiu ânimos aos grupos nacionalistas e de esquerda que colocaram, na ordem do dia, a pauta das reformas estruturais. Entre as principais reformas estavam as reformas fiscal, administrativa, universitária e, principalmente, a reforma agrária. Do programa de reformas faziam parte também políticas nacionalistas, como o controle sobre o capital estrangeiro e o monopólio de setores da economia. Entre todas estas bandeiras, a reforma agrária era a mais contundente. No Nordeste rural, as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião, levantaram a bandeira “Reforma agrária já! Reforma agrária na lei ou na marra.” (In: Ditadura Militar e democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho. 2013, p.12)

Dessa forma, no período em que se realiza a escrita de *Quarup*, há demonstrações de confiança no futuro, em contrapartida ao que ocorre posteriormente, com as mudanças no cenário político, em um futuro vazio, caótico e sombrio, com visíveis perdas de sentidos na esperança, na educação, na guerrilha e em alternativas que tragam satisfação.

Na mesma linha, em uma escrita que amplifica debates, adaptando ilustrações de uma realidade vivenciada, *Noturno do Chile* esboça delineamentos da interrupção democrática experimentada no país, colapsando estruturas com a narrativa de estar movimentando tropas em prol da ordem.

O abalo dos alicerces do Estado Democrático esteve sistematizado por apoios e conspirações multidimensionais, sequenciando um controle social dos indesejados. Dos efeitos de uma configuração política, o uso de barganhas e formas coercitivas de poder, conduziram a promoção de aliados políticos e hostilidade aos que personificaram a dissidência de uma demanda.

Na conjuntura que se seguiu, o Exército teve seu batismo de fogo como força anticomunista, a partir de um levante desencadeado pelo Partido Comunista, em novembro de 1935. A insurreição limitou-se aos quartéis e foi praticamente sufocada. Mas o episódio é mantido até hoje na memória das Forças Armadas como pira permanente em torno da qual se celebram as solenidades anuais de reafirmação dos ideais sagrados de combate ao comunismo, pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964. A violência da repressão que se seguiu, e sua longa duração, revelam que não se tratava simplesmente de castigar os revoltosos da chamada “Intentona Comunista”. Mais do que isso: as elites representadas no Governo sentiram chegada a hora de, aproveitando o pretexto, golpear as conquistas democráticas [...]. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.55)

O exercício da prática política do contexto arquitetou aprovações calorosas que se tornaram pertinentes para a legitimação de uma conduta, em que os objetivos disciplinares dos arranjos institucionais estiveram afinados com o conservadorismo e sua retórica preponderante.

A renovação da historiografia potencializa outras alternativas para a verificação das vozes abafadas pela repressão, como ocorre por intermédio da valorização do testemunho, sobretudo, ao estampar mobilizações essenciais para discernir processos de legibilidade e suas consequências.

Em outra via, diante da promoção contínua de exclusão da participação cidadã, com cerceamento das liberdades, que se deu em investimentos que não foram só financeiros, mas também retóricos e que buscaram normatizar esse "nós" e o "outro", se faz necessário analisar as estruturas mobilizadas por esse suporte discursivo.

Inflexível, o autoritarismo despontou condições de funcionamento, gerenciamento de apoios e do acesso à informação. Aos poucos, se engendraram processos de identificação, que condicionaram o alinhamento e simpatia ao regime por muitos. Com a liberdade de imprensa ameaçada, (o que resultou em questionamentos, intimidações, coações à autonomia da produção de conteúdo e, conseqüentemente na prisão, exílio e morte de jornalistas e “aliados da subversão”, uma ampla parcela dos que se opuseram ao regime e suas arbitrariedades), o acesso informativo e suas versões trouxeram percepções particulares, de interesse de quem estava à frente do país no período, fator que em parte foi alicerce da divisão do país.

Em alerta a esses aspectos, somam-se necessidades e como essas são postas enquanto desafios aos avanços sociais e políticos, nas defesas aos interesses da coletividade e seus pontos, mantendo a atenção às dinâmicas que afetam à democracia e seu relevante histórico.

Os múltiplos modos de lidar com a narrativa e suas imagens também são associados a uma forma plural de conservação dos fatos²⁶, visualizando pesos afetivos das experiências, considerando escolhas conscientes e inconscientes, promovidas por instâncias racionalizadoras das práticas sociais e políticas, e seus impactos no contexto cultural.

No intento por contemplar e expandir debates sobre imagens, Sontag (2004) atribui que algumas realidades são favorecidas e mais facilmente projetadas. Diante disso, determinados instantes são fixados com detalhes significativos, em que a imagem pode não somente reproduzir, mas também idealizar, ampliar ângulos, conscientizar e até mesmo despertar sensibilidades.

A imagem é artifício, um recurso de celebração e/ou encenação, inspirando o êxtase, carregando sentimentos, conceitos, emoções e cenas que desvelam fragmentos do cotidiano. Pensando nesse elemento enquanto recurso, a imagem também pode ser utilizada como um mecanismo para possíveis manipulações de sentidos. Pode fornecer suportes para uma narrativa, convertendo-se também em uma possibilidade de testemunho e até mesmo guardar significados ocultos em sua composição. Suas minúcias podem armazenar atribuições de ideias e concepções de argumentos, mesmo que em meio ao silêncio.

²⁶ Munslow (2009) reforça em "Desconstruindo a História" acerca da problemática de como os fatos são evidenciados e interpretados. Nessa colaboração, o autor ao tratar sobre o tópico da evidência diz que: “os ‘fatos’ nunca são inocentes porque a evidência factual é investida de significado somente quando é usada pelo historiador, conforme é correlacionada e situada em um contexto. Esse procedimento é, às vezes, chamado de processo de coligação, coleção, configuração ou enquadramento que, assim leva o historiador a gerar os fatos. (MUNSLOW, 2009, p.17)

Para além da captura e eternização de um momento, o espectador deve administrar antes de tudo o que vê e como vê, trabalhando objetivamente a imagem segundo a tese de que algumas interpretações estão pautadas em construções sociais, culturais e identificações.

Das confidências presentes no ato da mediação, a centralização dos repertórios e suas apropriações, formatam usos sistemáticos, emergências e consequências que são igualmente marcados por ambivalências, dilemas e suas implicações.

Da perspectiva da realidade organizada e suas disposições, a maturação de ideias e leituras dos fatores, é possível traduzir comprometimentos, face aos complexos momentos e a necessidade em discutir projetos políticos, dispositivos de controle e o que foi feito com as observações das tragédias acumuladas no decorrer dos regimes ditatoriais em solo latino-americano.

Embora não expliquem a totalidade dos fatos, os princípios de seletividade e modos de organização das narrativas evocadas e como são atravessadas por exercícios de dominação das explicações (em significados conferidos por efeitos da vontade política), elevam um conjunto de preferências, em como se lida com as ausências e com um mundo que se apresentou como outro, à medida em que foi inserido em um cenário repressivo.

Dos caminhos pavimentados e que instituíram os pressupostos de comunicação de uma verdade articulada, os discursos pautados na Segurança Nacional trouxeram as intrigas do poder demonstrando direta e indiretamente os núcleos que se conectaram ao redor da retórica golpista, em simpatias com as estruturas conservadoras e hegemônicas.

Permeado por lentes turvas, esse momento histórico foi atravessado por tentativas sistemáticas de destruição do sistema democrático, em cenários de totais exercícios autoritários. Diante das chantagens envolvidas, os efeitos dessa agenda imperativamente elitista transitaram por tentativas de projetos dominantes.

Nesse intervalo, o discurso oficial trouxe respaldos e predominâncias de autoridade, configurando ferramentas fundamentais para a proliferação de uma dada visão sobre alianças, retaliações e construção dos atos inaugurais da opressão, por meio dos modelos abordados.

A perda dos escrúpulos em meio às ações truculentas revelara articulações sucessivas para eliminar a Constituição em vigor e as possibilidades de livre exercício político pelos cidadãos. Em associação, essa construção de uma nacionalidade em palcos de disputa, reconhecendo a demarcada insistência em conservar enredos na gestão da violência e de suas intensificações propostas por uma institucionalização, visou induzir a assimilação de diretrizes e regras, no estabelecimento de "formações sadias".

Nesse momento, os sentidos políticos do discurso oficial também foram carregados por leituras morais e teorias conspiratórias. Por consequência, algumas das adesões e repúdios negociados assumiram papel categórico na disposição das retaliações que traçaram formas de pensar e entender a realidade social. Essas mediações que gerenciam convencimentos e produzem marcadores de distinção, elevam exercícios subliminares da força, fomentando a permanência da autoridade da prática discursiva. É preciso considerar ainda, que esses indícios demarcam fórmulas de aceitabilidade e modelos de interpretação, os quais devem ser examinados os graus de fluidez e estabilidade.

Conjuntamente, em observância às relações de temporalidade e espacialidade, é fulcral contemplar que referências estão sendo incorporadas aos pronunciamentos institucionais, para traduzir os caminhos trilhados no intento de inscrever demandas que se sobrepõem e que vieram a se interpor.

Com esse intuito, o uso dos conceitos e métodos são relevantes para estabelecer enquadramentos que pensem equivalências entre espaços sociais e políticos, assinalando aquilo que se faz memória, entre o que se quer esquecer e o porquê é compatível ao esquecimento.

Convém ressaltar que para além das finalidades conceituais e metodológicas, a importância da construção de vínculos solidários e formas estratégicas em capacitar lideranças amplas torna fundamental a produção de alianças intelectuais, políticas, culturais e sociais por uma coerência discursiva. Das referências paradigmáticas lançadas para e pela democracia, a conjuntura também é permeada por ausências de consensos sociais, em que a composição é crivada de embates na integridade do discurso.

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência. Sob condições de um governo representativo, supõe-se que o povo domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem, tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. (ARENDETT, 2010, p. 57)

Politicamente, devemos compreender desafios e particularidades do pensamento e como os cidadãos se encaram como parte disso, essencialmente como motores de lutas sociais, na inserção de determinados debates e até mesmo na construção de universos simbólicos. A interpretação das manobras políticas e crises patrocinadas por setores específicos e sua pertinência aos interesses das elites do período, trazem à tona as preocupações em pensar o cerne de uma ideologia e suas tônicas.

A História como trabalho intelectual desponta questionamentos ao visualizar problematizações nas construções das memórias e estruturas sociais, também critica suas próprias fontes, no estabelecimento de um trabalho rigoroso de análise minuciosa do passado. Assim, diante dos quadros de tensões geopolíticas, as formas em compreender os desafios historiográficos e os problemas constatados no debate face às epistemes, também abarcam as ambições pelo poder do controle da narrativa.

Por conseguinte, a função da História não é produzir traços gloriosos ao passado. Ela pode indagar por meio de seus respaldos teóricos e metodológicos, algo que teria sido construído pela memória, ruminando os pilares das pretensões ao esquecimento e quais personagens são aclamados nas disputas pela memória.

Com isso, dá-se a necessidade em trabalhar memórias, não com o propósito de acirrar essências e oposições, estipulando justos parâmetros para avaliação, mas segundo figurações plurais de sentidos, intermediadas por entendimentos múltiplos desses acontecimentos. Elas não são um conjunto de dados que recebemos passivamente. Ao analisar seus processos de construção, suas negociações de significados trazem leituras de agentes de diversos segmentos, sejam oficiais, institucionais e culturais, entre outros tantos polos.

Primando evitar erudições artificiais, a identificação desses princípios de seleção ajuda a entender como as abordagens variam no tempo e lugar, bem como ao que se refere aos públicos envolvidos. Nessa complexidade, com o impacto dos efeitos dos revisionismos e das reinterpretações, o fazer historiográfico coloca em destaque outros itinerários e angulações de um mesmo contexto, explorando campos dos saberes adicionais.

A memória também está exposta às mudanças culturais e políticas da contemporaneidade. Sendo seletiva e condicionada pelos grupos que disputam o lugar da narrativa, sua transitoriedade funda instrumentos de autenticação que viabilizam participações na construção da memória e possibilidades de leitura das experiências.

Nesse horizonte político, personagens e seus paradoxos refletem expressões encobertas pelo mistério das correspondências, no âmbito de uma história vivida e uma história narrada. Inegavelmente, no bojo dessas experiências, alguns grupos se beneficiaram do discurso ditatorial, com a finalidade de alimentar determinados pontos de vista acerca da temática.

A presença desses indivíduos que personificam uma memória esbarra com as crises do tempo, essencialmente no que tange à forma como a sociedade tem defrontado com seus dilemas e demandas vindas da História do Tempo Presente.

Estudar a história do "tempo presente" em seus eventos traumáticos carrega o fardo de se falar de um "passado que não passa", que ainda não foi sepultado, o que quebra os horizontes temporais na retomada da cena traumática. Essa retomada se dá através do dever de reivindicação das memórias e grupos ou indivíduos que vivenciaram o evento traumático. (RIGONATI, 2017, p.110)

A integração de realidades e possibilidades de leituras dos acontecimentos históricos, leva a romper com o apagamento dos locais de esquecimento, em que a História, tal como cita Ginzburg (2002) assimila os rastros do passado com o objetivo de refletir as elaborações de uma narrativa.

Nessa disposição, algumas pesquisas estão direcionadas a compreender estruturas morfológicas de práticas, questionando configurações de homogeneidade que expõem as tensões entre vontade e espontaneidade. É legítimo observar as formas como somos incluídos em determinados contextos, visualizando zonas particulares e intercâmbios de circulação.

Visto o sentido particular dos atos cognitivos, os quais, usualmente se revestem de atividades intencionais em cada combinação e modos de convivência com uma ideia, o fragmento e sua densidade disciplinam interpretações por meio de seleções sociais e fatores de agregação. Essa densidade da palavra e seu caráter expressivo podem utilizar de seus recursos para perpetuar interesses e administrar outras condições de existência e subjetividade, integrações e intercâmbios.

Uma narrativa histórica é atravessada por estruturas complexas em palavras e conceitos, que se fazem recorrentes nas composições dos repertórios, legitimando construções sociais e linguísticas, que conferem sentidos sociais ao passado. Na busca por coerências, o passado se apresenta como narração, configurado pela organização e distribuição das relações de poder, em que os graus de conectividade entre as frações do enunciado estão sujeitos às interdições das dimensões mediadas no discurso.

O tema da narração do trauma de catástrofes históricas nos levou, portanto, a passar da cena do testemunho para a cena jurídica. Mas será esta capaz de permitir a construção da desejada passagem entre os indivíduos traumatizados pela catástrofe e a sociedade? Ela permitirá uma reintegração do passado? Sem dúvidas a esfera do direito e a instituição do tribunal podem criar fóruns para esta construção de passagens e para a refundação de moradias para estes Eus danificados, mas é verdade também que, enquanto um membro da esfera do poder, o direito não está isento de parcialidades. (SELIGMANN -SILVA, 2008, p. 78)

Intervindo por meio da linguagem na esfera artística e política, a literatura é composta por metáforas, alegorias e recortes de subjetividades, onde suas encenações e performances presentes em uma narrativa, trazem contrapontos no exercício profundo da arte.

Tendo como ponto de partida as entradas, aproximações e propósitos sob tais circunstâncias, observa-se a densidade das vivências e seus paradoxos, descrevendo por meio das sequências, possíveis constatações, existências e correspondências.

A força da literatura, para além do acabamento estético composicional, pode integrar histórias por meio de sua liberdade criativa, ilustrando experiências e fatos desoladores, pondo-os em destaque para impedir que aconteçam e/ou se repitam, articulando esforços em apresentar critérios da verossimilhança e conservação da memória.

Nessa perspectiva, Bolaño ao transitar por uma linha temporal que remete aos momentos de instabilidade política vivenciados pelos chilenos, tais experimentações literárias inscritas na obra, fazem alusão aos dramáticos acontecimentos que sucederam ao golpe contra o presidente democraticamente eleito, Salvador Allende:

[...] houve greves, um coronel do regimento blindado tentou dar um golpe, um cinegrafista morreu filmando sua própria morte, depois mataram o ajudante de ordens naval de Allende, houve distúrbios, palavras grosseiras, os chilenos blasfemaram, picharam as paredes, depois quase meio milhão de pessoas desfilaram numa grande marcha de apoio a Allende, depois veio o golpe de Estado, o levante, o pronunciamento militar, bombardearam o La Moneda, e quando terminou o bombardeio, o presidente se suicidou e tudo acabou. (BOLAÑO, 2000, p.77)

Enquanto alguns países latino-americanos lidavam com a instabilidade política que culminou em perigosas consequências para a democracia, muitos se depararam incrédulos com as sensações, imagens e dimensões do caos político instaurado. O plano autoritário descrito como um mecanismo para Segurança Nacional circunscreveu intensas demolições de estruturas democráticas - isso em sentido literal e figurado - como sinaliza os registros fotográficos elencados.



Palácio La Moneda, sede presidencial do governo chileno sendo bombardeada em 11 de setembro de 1973 pelas forças militares do país. O momento marca profunda instabilidade política vivenciada no país, além de resultar na morte de Salvador Allende, presidente democraticamente eleito no Chile. / Imagens: AFP.



Imagens: AFP.

Algumas iniciativas não foram suficientes para disfarçar o clima de apreensão e terror social. Cada movimento taxado de subversivo pelos "vigilantes da ordem social" vinha a entregar indícios dos desacordos com os interesses da Nação, segundo aquilo que os rígidos controles que o regime postulava. E desses registros, figuras importantes não se fizeram imunes, entre esses, presidentes da República que também foram encarados com desconfiança pelos articuladores do golpe (como ocorreu com Salvador Allende, que acabou indo a óbito durante o bombardeio do Palácio La Moneda).

Ao conferir progressos ao enredo, o escritor percorre as tramas e tramóias das incertezas próprias de um cotidiano marcado pela violência do autoritarismo, como é posto no trecho:

Os dias que se seguiram foram estranhos, era como se todos nós houvéssimos acordado de repente de um sonho para a vida real, embora por vezes a sensação fosse diametralmente oposta, como se de repente todos estivéssemos sonhando. Nosso dia-a-dia se desenrolava de acordo com esses parâmetros anormais: nos sonhos tudo pode acontecer, e você aceita que tudo aconteça. Os movimentos são diferentes. (BOLAÑO, 2000, p.78)

Destarte, em uma discussão de interesse social e político, as ilustrações promovidas pela Literatura podem englobar fragmentações que catalogam práticas e experimentações postas. Nos limites das margens do texto literário se expõem representações, produtos das argumentações e marcas das sociabilidades.

Em outra via, o choque entre memórias e a importância da qualidade do debate público, conferem atribuições de legitimidade e autoridade, em que as fragmentações das análises elaboram nuances, por meio das tentativas de compreender as complexidades conjunturais do Brasil, em diálogo com a realidade latino-americana.

Tais parâmetros levam a refletir a respeito da solidez da democracia no país e como o fomento de um discurso conservador, tornou conveniente uma intervenção militar contra a presença de um comunismo espectral no dado contexto.

Presumivelmente, dos ganchos alinhavados pelo trabalho historiográfico também podem surgir constatações sobre o trabalho político, fixando idealizações normativas de um poder que instaurou e perpetuou violências no período de regimes ditatoriais. Dos termos apresentados ao longo da presente dissertação, se tem o que se faz ver e o que se faz querer ser visto, à exemplo do que foi decidido nos porões da ditadura, por entre atos autoritários e intimidatórios.

Os acintos à democracia repercutiram no rompimento dos consensos do jogo político, direcionando atalhos a projetos autoritários, ao colocar em evidência os arroubos dessas investidas que puseram a soberania popular em ameaça.

As reivindicações históricas pela redemocratização sofreram os impactos da lentidão e descaso na sua retomada, em que os posicionamentos oficiais, suas preocupações, percursos e encontros, buscaram trazer estabilidade a esses discursos e influenciar a opinião pública, nas constituições da memória coletiva, partindo da tentativa em interferir no controle informativo.

Essas mesmas reivindicações também ergueram manifestos combativos à política do medo, trazendo à baila afetos e sua disposição em falar. Nesse sentido, a arte investiu ideias e sobreposições para extravasar acerca das dimensões da vida e suas sensibilidades, com o intuito de romper amarras conceituais e epistemológicas.

Quarup, ao apresentar recortes de transições temporais, conduz a reflexões acerca de como um acontecimento social pode reverberar no indivíduo, apreendendo experiências e vivências traumáticas, como efeitos de uma ruptura política. Tomando como exemplo o levantar de um sujeito combativo às torturas, assassinatos e injustiças sociais, adverte-se a pertinência do fazer literário que pode capturar por meio de sua escrita, elementos de uma luta.

Entretanto, a supracitada obra destina suas páginas a traçar a complexidade do contexto, aludindo informações de cunho social, político, histórico e cultural, ocupando-se do lugar da hegemonia no imaginário e como se faz reforçado por algumas interpretações.

Antes de tudo, é oportuno comunicar que o contexto de escrita da obra é anterior aos 21 anos de ditadura instalados no Brasil, momento que escancarou práticas antidemocráticas e suas consequências, sejam elas imediatas ou não. Porém, ainda que nem todas as implicações provenientes dessas problemáticas tenham sido instantâneas, essas cooperaram na reprodução de limitações ao que foi acessado como informação, esquematizando o fortalecimento da censura e da violência.

Por conseguinte, a obra literária ressalta a presença de dois planos, o ficcional e o histórico. Tais recortes demonstram em suas sequências discursivas, como os atravessamentos linguísticos incorporam as dimensões das relações de poder, em significações emprestadas para compor respaldos ao funcionamento da ordem naquele contexto.

Nessa especificidade, são fornecidos subsídios para relacionar e indagar iniciativas populistas e a progressão das transmissões de bravatas autoritárias e como ocorre a influência destas no cenário social.

A desilusão com um mundo que não aparentava mais tão belo quanto era enxergado por Padre Nando, o levam a abordar outras vertentes, como o lugar do falso nas formulações discursivas. Em análise ao modo como se dá essa circunscrição entre presente e passado e como são emitidos, geram-se leituras das predominâncias, fatores de comparação, aproximação e distanciamento entre perspectivas.

Muitas dessas variadas nuances e problemáticas do romance de Callado ainda refletem permanências nos dias de hoje, ao perpassar o sequestro de pautas na agenda pública. Apesar do caráter nitidamente conservador e de um contexto em que a sociedade brasileira amargava em altos índices de desigualdades e cenários de desesperança, o empenho em driblar a censura marcou o período, compartilhando ideias que exigiam coragem por emancipação, viabilizando olhares estratégicos e ativos por formas de redemocratização, o que se vê em *Quarup* e perdura em recortes atuais.

Isso posto, é apropriado tratar que é relativamente recente o entendimento dos testemunhos e as potências interpretativas que o engendram. Na clandestinidade, inúmeras pessoas estiveram regidas por dificuldades em erguer suas bandeiras de luta, condicionadas a comedir movimentos de contestação do período.

Para além da vivência na prisão, o cotidiano da clandestinidade também marcou de forma indelével a trajetória destes ex-militantes de organizações revolucionárias brasileiras. Cair na clandestinidade era, acima de tudo, uma tentativa de sobrevivência para estes militantes políticos. Ao ingressar em uma esquerda armada e/ou ao tornar-se clandestino, o militante rompia de forma radical com toda a sua vida anterior. Identidades falsas, "aparelhos", "pontos" e regras de segurança tornavam-se parte da rotina. O militante habitava um mundo com linguagem, leis e códigos próprios - uma existência paralela. Em muitos sentidos, cair na clandestinidade significava tornar-se um exilado dentro de seu país. (RIDENTI, 2007, p. 153, 154)

Ao formular combinações possíveis e a viabilidade que é trazida a uma discussão, também é pertinente questionar quais respaldos predominam no período, assim como qual memória é valorizada, gerando discrepâncias e similitudes no trajeto. Partindo das atmosferas de profundas polarizações geradas, o que conduziu ao transbordar da violência e repressão e que tornou sua presença um problema cotidiano, foram delineados projetos golpistas que estruturam afrontas à democracia.

O afrouxamento dos controles autoritários e uma saída negociada da esfera repressiva no Brasil, marcou uma nova etapa, carregada de esperanças nas soluções de conflitos que se embasariam segundo um viés democrático. Contudo, nesse engodo algumas discussões se tornaram tabus, possivelmente advindas do medo.

A constituição da racionalidade e consciência dos excessos protagonizados, práticas que combinaram a configuração das redes de impunidade²⁷ (pelos projetos de poder) e as marcas da continuidade da tutela militar, conduzem a atenção às múltiplas faces da crítica, versando um verniz humanizador do testemunho e explorando possibilidades de (re)conhecimento e visitasões por intermédio do relato. Aliado a isso, a estruturação das atividades de entendimentos sócio-históricos, contribuíram para refrear uma perda gradual da memória social.

Ao desvelar a primordialidade do livre testemunho, Sacramento (2018) discorre:

A democratização do testemunho e a sua transformação em uma ação que cruza os limites das classes e grupos sociais, mas também dos eventos genocidas, foram reguladas por regimes discursivos que prescrevem, de várias formas, como alguém se torna uma testemunha, o que é um discurso autêntico, o que é sofrimento suficiente para ser digno de reparação ou, ainda, o que é preciso para superar por si. Embora envolvido na intervenção mais pessoal e idiossincrática na esfera pública contemporânea, a pessoa que testemunha também se inscreve em uma tradição codificada que não só exalta o testemunho, mas também estabelece os modos convencionais de realizá-lo e interpretá-lo. A testemunha contemporânea raramente é a única autora de seu testemunho: sua deposição é moldada por especialistas e instituições que registram, classificam, arquivam, publicam e divulgam testemunhos, mas também – e principalmente – por normas tácitas, modelos estéticos e expectativas políticas que informam a produção do testemunho e sua recepção em determinado contexto. (SACRAMENTO, 2018, p.130)

Dos acessos significativos à compreensão, ao incorporar as capacidades que a Literatura nos oferece, trazendo lastros de subjetividades, na medida em que essa assume traduções de aspectos da experiência humana, é promovido um despertar das sensibilidades. A relação desta na contemporaneidade, com suas especialidades em narrar, traz critérios de sofisticação na elaboração das ficções, tramas e funções reflexivas que partem de um repertório cultural, político e social.

²⁷ Tratando sobre redes de impunidade, Arantes (2010) expõe que: [...] a ditadura, por assim dizer, localizou o topos indecível da exceção, a um tempo dentro e fora do ordenamento jurídico, tanto na sala de tortura quanto no desaparecimento forçado, marcado também, este último, por uma espécie de não lugar absoluto. Esses os dois pilares de uma sociedade do desaparecimento. A Era da Impunidade que irrompeu desde então pode ser uma evidência de que essa tecnologia de poder e governo também não pode mais ser desinventada. Seja como for, algo se rompeu para sempre quando a brutalidade rotineira da dominação, pontuada pela compulsão da caserna, foi repentinamente substituída pelo terror de um Estado delinquente de proporções inauditas. A tal ponto que até Hobsbawm parece não saber direito em qual dos extremos do seu breve século XX incluir este último círculo latino-americano de carnificinas políticas, no qual não hesitou em reconhecer a “era mais sombria de tortura e contraterror da história do Ocidente”. (ARANTES, 2010, p. 208)

Retratando como personagem central um homem carregado de culpas internas²⁸, a obra do escritor chileno que aqui me debruço, versa os impactos das ações, mas também dos silêncios em contextos de repressão, sugerindo exercícios de autorreflexão, face a como reagimos em situações extremas.

É preciso ser responsável. Eu disse isso a vida inteira. Você tem obrigação moral de ser responsável por seus atos e também por suas palavras, inclusive por seus silêncios, sim, por seus silêncios, por que os silêncios também ascendem ao céu e Deus os ouve, e só Deus os compreende e os julga, de modo que muito cuidado com os silêncios. Sou o responsável por tudo. Meus silêncios são imaculados. É bom que fique claro. É bom que fique claro. Mas acima de tudo que fique claro a Deus. O resto é prescindível. Deus não. (BOLAÑO, 2000, p. 9)

Sumariamente, os olhares provocativos e trilhas investigativas associadas ao conhecimento historiográfico, abordam a inserção de camadas críticas sobre as dimensões do agir político e a potência dos encontros de atores sociais na lógica de fabricação dos enunciados e práticas discursivas.

Desse embalar de ideias, menções e paisagens, se fazem gravados os compromissos políticos que essa arte pode inscrever no decurso da dimensão criativa das palavras. Por conseguinte, a emoção da estética qualifica a influência dos panos de fundo que visam traçar representações da vida, por entre as guinadas que expressam ironias e contradições dos relatos, engajamentos e formas de politização.

A relação entre essas condições reforçam análises das necessidades gramaticais, cadências e quebras de expectativas presentes no texto literário, em fórmulas próprias para quebrar o tédio, estabelecendo distinções entre meros pedaços soltos de informação e a composição de mosaicos com poder de ativar totalidades.

Perante as fontes, em combinações que oferecem reflexões possíveis sobre as estruturas dos pensamentos, nos perguntamos acerca do que se faz simultâneo e convergente e para quais sentidos essa presença de fragmentos está focalizada.

Certamente, desses diálogos com o leitor acontecem propostas peculiares em comunicar, numa investida quase que panfletária de manifestos que repudiam práticas e

²⁸ Em diversos momentos é sinalizado incômodos com as atitudes tomadas, quase que em tom confessional, ao fim da vida, acerca das posturas e perspectivas assimiladas, por entre o que foi escolha quase que involuntária e que foi descoberto tardiamente. Na passagem a seguir, é possível divagar sobre isso, quando é trazido que: “Agora o doente sou eu. Minha cama gira num rio de águas rápidas. Se as águas fossem turbulentas eu saberia que a morte está próxima. Mas as águas são apenas rápidas, de modo que ainda abrigo alguma esperança. Faz muito tempo que o jovem envelhecido guarda silêncio. Já não desanca nem a mim nem aos escritores. Será que isso tem solução? Assim se faz literatura no Chile, assim se faz a grande literatura do Ocidente. [...] Pouco você pode sozinho contra a história.” (BOLAÑO, 2000, p.116)

dogmas cegos, atrelados a ideias convencionadas. Muito além do caráter mecânico e razões absolutas, os nexos de continuidade e descontinuidade com o mundo, encarnam encontros comuns nessa apresentação, e levam a questionar se o que existe para nós, no sentido de ideias e certezas, existe para todos.

O desdobramento dos questionamentos de argumentações, dos usos, suportes e dinâmicas de interpretação nos levam a apreender o papel da fortuna crítica e dos entendimentos que essa favorece. Ao intervir e rearranjar visibilidades, por artifício das manifestações artísticas existentes, é fornecido um despertar das consciências para as ações de grupos e suas disposições, considerando os ruídos provocados no cotidiano, frente aos tormentos, enigmas e angústias experimentadas, que despontam em um cálculo das probabilidades da multiplicidade de impactos e efeitos da significação.

Das demandas por releituras dos significados fornecidos, algumas perguntas ganham constância por entre ideias, definições e funcionalidades das práticas discursivas. Manifestando valorizações sociais predispostas, alguns acessos são facilitados, partindo de como nos integramos politicamente e somos fundamentados por um conjunto de paradigmas e como esses ganham outros contornos, horizontes e arcações, ao conectar-se com outras versões e formas utilitárias de interpretar dimensões, que trazem desdobramentos contínuos e não meramente perspectivas estanques.

Em contrapartida, na pretensão de petrificar seus preceitos, o período estabeleceu alguns sistemas de codificação de valores, que regularam limitações de escuta e visibilidade²⁹, desencadeando conflitos e consequências por meio dos atos institucionais aplicados.

Com a decretação do AI-5, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores à ditadura militar vão se identificar cada vez mais. Gradualmente, o aparelho militar-policial da ditadura irá se aperfeiçoando em direta correspondência com o desenvolvimento de uma política de repressão "científica", em contraposição cada vez maior com o voluntarismo e empirismo dos primeiros anos de pós-golpe. Durante o período compreendido entre 1966 e 1968 (inclusive), são conhecidos nove casos de revolucionários assassinados, dos quais quatro vitimados por torturas. Em 1969, os mortos conhecidos se elevarão a 16, dos quais sete torturados até a morte. A ditadura ainda apresentava inúmeras brechas na sua organização geral - o que lhe impossibilitava esconder aos olhos de muitos o que se

²⁹ Realizando um paralelo por meio da obra literária *Noturno do Chile*, ao destacar um dos principais personagens para o desenrolar dos fios da trama, na ocasião Jimmy Canales, são trazidas atuações possíveis atuações do período, que teriam o intuito em conter qualquer possibilidade de acusações chegarem e incriminarem aos mandantes. Nessa direção, a obra bolianiana versa em suas linhas que: "Mais tarde prenderam Jimmy nos Estados Unidos. Ele falou. Sua declaração incriminou vários generais do Chile. Tiraram-no da prisão e o puseram num programa de proteção especial a testemunhas. Como se os generais do Chile fossem chefões da Máfia! Como se os generais do Chile pudessem estender seus tentáculos até os pequenos povoados do Meio-Oeste americano para calar as testemunhas incômodas!" (BOLAÑO, 2000, p.112)

passava nos seus cárceres e possibilitava, por outro lado, que várias denúncias fossem abundantemente documentadas por laudos médicos, depoimentos de testemunhas e até mesmo por processos (embora estes últimos jamais chegassem, ao menos publicamente, a um veredito oficial), chegando às vezes (quando era de todo impossível o contrário, dadas as pessoas e entidades envolvidas) à divulgação dos fatos, ainda que de maneira limitada na imprensa nacional. (FON FILHO, 2016, p.131)

Nessas trágicas circunstâncias, a fragilização dos direitos civis foi se evidenciando, em estágios intermediários de um processo, envolvendo transformações sob as quais primavam-se pelo estabelecimento de práticas comuns, como as torturas físicas e psicológicas e os desaparecimentos, que adquiriram recorrência e força.

Visando preparar convenientemente os mecanismos propagandistas e a construção de óticas convidativas, determinaram-se decisões políticas com fins de integração nacional, defesas de bandeiras e intencionalidades. Assim, a repressão política e suas manifestações formataram o cerne da ditadura, com fatores que estiveram às voltas do cotidiano daqueles anos, legitimados institucionalmente.

Agravava-se o caráter ditatorial do governo, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais, passando a ter plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juizes e outros funcionários públicos, suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, entre outras medidas autoritárias. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da “segurança nacional”, indispensável para o “desenvolvimento” da economia, do posteriormente denominado “milagre brasileiro”.(RIDENTI, 2019, p.156,157)

Diante da indefinição política que gerou conflitos, esta não se limitou apenas em uma dinâmica de queda de braço, com medições de forças, mas resultou também, em um controle de sonhos e utopias. A memória da dor e a tarefa do luto seguiram atravessadas pelos silenciamentos, no decorrer de sucessivos ataques em que projetos alternativos pela redemocratização foram interditados.

Das pressões imperialistas no período, que visavam a desestabilização de programas de reformas sociais nacionalistas e do fortalecimento da América Latina, fomentando também, a existência da estruturação de uma Doutrina de Segurança Nacional, disseminaram ainda regulamentações importadas, que definiram o ritmo da repressão e truculência.

Inteirando-se dos fatores que sugerem burocracias e emergências, constata-se que a legitimação política experimenta graus de intensidade divergentes, em doutrinas sistematizadas que, muitas vezes, despontam estratégias do Estado na articulação de demandas para conciliar crises.

Segmentando aspectos consistentes, por artifício das visões historiográficas do processo, são dispostas novas leituras, nas quais infere-se a urgência de reconhecer a memória da dor presente nos anos turbulentos promovidos pelo autoritarismo, que utilizou de aparente legalidade para inaugurar alianças entre setores conservadores e bloquear aqueles que foram postos na plataforma da dissidência.

A geografia militar e o planejamento de órgãos de inteligência, levaram a convivência com práticas autoritárias que consagraram episódios dramáticos e preocupantes, provocando um colapso da normalidade institucional e democrática.

Os desdobramentos dos mecanismos repressivos que dispuseram de autorizações para a produção social da diferença, introduziram sanções que traçaram enquadramentos, cosmovisões e suas valorações, com o propósito de conduzir a ideias comuns.

Contudo, ao agregar os significados das fontes e o que essas permitem ler em suas minúcias, decodificando quais possibilidades interpretativas estão ali presentes, oportunizam-se variadas versões e visões historiográficas sobre o processo. Assim, no intento de entrever maneiras significativas de integrar diferentes perspectivas, Gneeco (2012) salienta:

O passado fica enterrado, então, também é material. Para conhecê-lo, o passado (que fica enterrado na escuridão na sua encarnação material) tem que ser exposto, despojado, despido, iluminado, quer dizer, escavado. Os arqueólogos escavam por que o passado está lá, em algum lugar, na sua forma material: enterrado. A única maneira de reviver o passado (ou seja, torná-lo real) é através de sua saída à luz por meio da escavação. Predicado sobre esses fatos, não é de estranhar que o mais alto nível de negócio arqueológico seja saber onde escavar para recuperar o passado enterrado. Mesmo as evidências superficiais contribuem para o efeito: se elas são recuperadas adequadamente, informam sobre o passado material como era quando ele foi enterrado. (GNEECO, 2012, p.11)

Das propostas em conceber entendimentos massivos sobre éticas, sensibilidades e movimentos, a classificação de um regime militar é atravessada por critérios da subjetividade e de locais sociais, os quais independentemente de quaisquer aprovações, não anulam as culpas das repressões vivenciadas.

Por entre conflitos e espaços de institucionalização, os jogos políticos e seus funcionamentos são ornamentados por performances e composições em seus episódios. Sem embargo, em um forte diálogo das imagens, que exportam emoções, tensões e esperanças, é necessário distinguir meras suposições da descrição verbal de uma releitura propriamente dita dos eventos.

Ao romper com o obscurantismo e trazer graus de racionalidades do jogo conjuntural à tona, uma vez que o alinhamento às causas sociais se põe em evidência³⁰, se unem outros pontos de referência sobre as fraturas promovidas na sociedade brasileira e chilena, encadeando pressões, negações e permanências.

A suposição relevante do argumento está não somente na demarcação dos espaços e debates, mas em compreender trajetórias, destaques e colocações do autor, inclusive ao abranger medos e hostilidades que o assombram. Dos enigmas do passado e o que ecoam, a inteligibilidade de uma sequência de conclusões provisórias, muitas vezes, desencadeiam análises das cicatrizes levando a aproximação das vivências do evento doloroso.

Os exemplos de histórias auxiliares por recursos de experimentações literárias e suas contribuições, trazem emoções complexas e intensas, a que se investem diante dos fascínios da linguagem, norteammentos e críticas aos conteúdos políticos e sociais. Dessas leituras criativas, são elaboradas representações das atrocidades e a urgência para chamar atenção aos contornos da relevância em discuti-las.

Categoricamente, as figuras humanas se apresentam enigmáticas e duais, muitas vezes não se encaixando nas dimensões morais da civilidade, a exemplo dos torturadores que cooperaram na realização dos genocídios e traumas coletivos que afetaram cenários políticos.

Paralelo a isso, subordinada à fragmentação, a memória sobre a experiência ditatorial pode ser associada ao compartilhamento de lembranças e discursos, um olhar do passado ancorado em visões e interesses da conjuntura, em muitos casos, ausentes de senso crítico.

Por excelência, ao abordar os paradoxos humanos por meio da ficção, a Literatura elabora um arsenal tamanho das influências dos modos de conexão e manipulação das narrativas, acerca de como nos associamos a elas.

³⁰ Munslow (2009) versa sobre como as evidências são postas no exercício do historiador, empregando investidas na construção de leituras e críticas. Assim sendo, o autor aborda que: “A evidência do passado é processada através da inferência, com o historiador construindo um significado a partir do emprego de categorias de análise supostamente determinadas pela natureza da evidência. Os traços do passado são, dessa forma, tradicionalmente vistos como objetos como objetos empíricos dos quais brota o significado, ou como recursos a partir dos quais teorias sociais de explanação podem ser construídas. (MUNSLOW, 2009, p. 17)

Ao desnudar progressivamente trânsitos políticos e a materialidade das ideias, são contempladas constelações de significados que permitem soldar descrições que situam o leitor diante do contexto, imprimindo recortes mais bem elaborados desse momento. Para além do plano da representação, ao apreender a história conectada enquanto método e teoria, são compostas projeções mais abrangentes, facilitando outros acessos à evocação do passado ou de uma conjuntura.

A experiência humana no passado torna-se histórica, então, à medida que se estabeleça uma relação com o quadro de valores de uma sociedade em uma determinada época. Essa relação de significação do passado para o presente se consolida quando o homem volta-se para o passado com sínteses de experiência e significado capazes de apreender e ordenar a experiência. Sendo assim, as perspectivas de orientação produzem essas sínteses que direcionam o olhar histórico, definindo, na realidade humana infinita do passado, o que deve ser eleito enquanto experiência histórica. Diante dessa infinitude do real, a produção de conhecimento histórico, pretendido pelos historiadores, somente se concretiza quando se secciona aquilo que apresente relevância para a orientação da vida prática no presente. Portanto, fatos não são históricos, tornam-se históricos no momento em que são reconstruídos a partir de sua significação para o universo de valores atuais de uma dada sociedade. (DA SILVA, 2011, p.25,26)

Acoplando adaptações que visam intercalar pólos do debate e configurar métodos de leitura dos eventos, a apresentação de uma narrativa pode contribuir para que escolhas prosperem ao serem segmentadas pelo compartilhamento. Todavia, a interrogação acerca de como o conteúdo é recebido e interpretado pelo leitor deve ser permanente, problematizando como nesse âmbito de esforços, contemplam-se o dito, o não-dito e o interdito.

Além da preocupação em organizar com precisão a difusão da linguagem, na empreitada por apurar quem a normatiza, compondo seu papel, e além dos códigos e vozes autorizadas pela comunidade discursiva, devemos estar atentos aos perímetros das amostragens que qualificaram os dados sócio-históricos e suas significâncias.

Na tentativa em dissolver dependências teóricas e consolidar novas estratégias de legitimar conhecimentos, algumas aventuras epistemológicas e suas respectivas aproximações e contradições do que se entende levam a explorar práticas sociais, objetivando evitar semelhanças arbitrárias e perspectivas inventadas nas leituras e denúncias dos eventos históricos. Para tanto, a historiografia vem analisando os impactos das costuras políticas e da força de suas tônicas.

Grosso modo, a possibilidade em conectar níveis adicionais às margens do passado, encaminha esferas de reflexividade propostas no horizonte da narrativa, face aos sinistros e silêncios que foram acobertados. Das insanidades desencadeadas, há uma rede de significantes que descortina condições de funcionamento da retórica anticomunista, que exprimem efeitos reconduzidos pelo conservadorismo e valores agregados pelas formas de representar a "dissidência".

Com tal arcabouço, no tocante às questões sociopolíticas, as narrativas literárias são organizadas por tendências e lógicas nem sempre lineares, todavia, ricas em possibilidades complementares e robustas em associações que compactam portas de entrada para um contexto.

Das reflexões aprioristicamente apresentadas, sinalizando acerca das versões editáveis, e como as escolhas salvas pela memória e pelo suporte discursivo demarcam o tempo pretérito e se tornam em potencial, textos geradores e compositores das realidades e seu lugar de complexidade, formatam-se métricas acerca de como o conteúdo pode demandar focos pré-definidos. Assim, entende-se o articular de argumentos como meios de empenhos retóricos por angariar credibilidades políticas, através dos efeitos da orientação ideológica, fomentados por circulações cotidianas dessa premissa.

Caminhando para um desfecho deste breve capítulo, tendo em conta temáticas sensíveis que estiveram à nossa volta, os choques dos acontecimentos nos levam a elucubrar formas de pensar o país e seus contrastes. A experiência humana e suas condicionantes trazem simbolizações para o existir, tal qual se busca assimilar as vulnerabilidades da vida social, incorporando subjetividades plurais e trazendo vias de problematização sobre as rupturas institucionais.

O enquadramento pertinente à história conectada, propõe novos contornos, ampliando significações e indagações sobre as alianças orgânicas e institucionais. Diante dos conceitos, o processo histórico e suas análises ensejam caminhos rumo às ressignificações, embasados pelas múltiplas especificidades do agir historiográfico.

Neste capítulo, não me predisponho a estabelecer relatórios técnicos da conjuntura, mas condicionar outras possibilidades de leituras, por artifício das metodologias historiográficas. Para isso, como meios de orientação e sequenciamento dos capítulos da presente dissertação, e de evitar que incompatibilidades presentes na compreensão das tensas relações trazidas pelos conflitos ideológicos do momento sejam geradas, é relevante captar a localização da obra, quem a escreve e o que apresenta ao posicionar seus escritos. À vista

disso, a campanha anticomunista contra os dissidentes, que também foi atravessada por uma larga produção de sentidos junto à sociedade, demonstra complexidades em seus ajustes.

Ao fazer alusões às variedades de ângulos que facilitam a interpretação que dispomos e como esta participa relevantemente nos ganhos de sentidos polissêmicos, especificamente em como as articulações foram costuradas, integrando regiões que aparentemente estariam postas como díspares, novas possibilidades de compatibilização são assumidas, partindo de verificações das ligações e impactos particulares na América Latina.

No que tange às relações internacionais, a leitura das formas de relacionar-se politicamente, (entre rompimentos e o reatar de forças) traz em seu bojo as influências de um norte hegemônico e da propagação de seus juízos, que primam pela ideação e manutenção das condições.

A complexidade das pretensões que levantaram a tônica da instabilidade política como máxima, impulsionou tentativas de golpe de Estado, com aparições imediatas de classificações dos "inimigos da Nação". As seletivas composições que visaram instrumentalizar a desmobilização de atuações políticas divergentes, buscaram estratégias de otimização na identificação dos riscos ao discurso oficial. Nessa direção, é necessário pensar quais foram os protagonistas políticos, o âmbito em que ocorreram quaisquer constituições de alianças e as forças que tonificaram as mediações e infortúnios à democracia.

O alargamento das conexões ganha corpo à medida em que a posição geográfica dos países é avaliada como localizações estratégicas, reforçando a pertinência em garantir simbólica e ideologicamente a perpetuação das autoridades e hegemonias.

Em contrapartida, a análise das interlocuções formadas, levam a ruminar como as conveniências mudam, tornando mais acessíveis as reflexões sobre as (i)mobilizações políticas implementadas no contexto, diante dos efeitos centrais dos atos institucionais, com os aprofundamentos da censura e da violência.

2. Pensando a literatura de testemunho como aliada do conhecimento histórico

No decorrer do século XX, alguns escritores latino-americanos demonstraram preocupação com a realidade democrática de seus países, formulando escritos que abordam sobre experiências ditatoriais e contextos de opressão política e cultural. Em concordância com esta apresentação, destaco narrativas literárias que visou despontar maiores análises no decorrer desta dissertação, estando entre essas, a intrigante obra *Noturno do Chile* (2000), do escritor chileno Roberto Bolaño, e *Quarup* (1984), de Antônio Callado, que reporta prévias de um Brasil marcado por incertezas em suas direções, diante da tensão de um país rumo à militarização do Estado.

De antemão, digno de nota, se faz que boa parte dessas produções manifesta tentativas em estabelecer diálogos com a realidade, visto que, em alguns momentos se faz menção à personagens importantes do dado momento, sejam figuras políticas ou ainda artistas e intelectuais da época.

Seguindo esses parâmetros, diante da discussão posta como pano de fundo, ao estipular paralelos com os movimentos conservadores que se afirmam nos últimos anos e como suas deliberações compõem um quadro de ataques à memória das vítimas dos regimes ditatoriais, bem como aos princípios democráticos, adentro em reflexões sobre os componentes de uma realidade obscura vivenciada outrora.

No contexto aqui apresentado, o protagonismo das forças se deu por um amplo acordo de interesses que trouxe ao palco articulações de diversos setores. Hoje, apesar dos ganhos promovidos com a redemocratização, entre esses a elaboração da Carta Política, as projeções de ataques às garantias fundamentais são fatores que chamam a atenção, ainda que se afirme um pleno funcionamento das instituições.

Mais uma vez, como marca do discurso conservador que se evidencia de 2013 até o período em que ocorre a escrita do presente estudo, observam-se as politizações das falas acerca de uma moralidade e defesa aos valores tradicionais. Sob a cena de um espetáculo marcado por controversas interpretações, se fazem atores que impulsionam olhares mais atentos, aos modos como essa memória se faz, refaz e desfaz, partindo de uma avaliação de um discurso oficial.

Dellamore (2011) argumenta sobre as investidas que estão relacionadas a um processo de mudanças geracionais, oportunizando novas possibilidades de indagar e afirmar

fatos históricos, como os que deixaram marcas na sociedade, tal como se deu em relação às ditaduras, visando assim justiça social às vítimas e familiares.

Desse modo, assumindo uma postura democrática e fiel às suas propriedades, ao garantir que esses testemunhos estejam inseridos em arquivos e agendas políticas, assentam-se nos direitos fundamentais, possibilidades em acreditar nos frutos de uma luta contra a opressão política, observada durante os 21 anos em que o Brasil esteve exposto a uma ditadura.

Em uma escrita que se volta a constituir um processo de mediação, a literatura de testemunho é posta como a tentativa de representar aquilo que se destaca, ao qual o narrador em suas apresentações, visa integralizar o leitor por entre relatos e combinações linguísticas. Acerca disso, De Marco (2004) aponta que:

Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de reconhecer a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à "história oficial", isto é, à versão hegemônica da História. O letrado - editor/organizador do texto - é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou de um segmento social amplo e oprimido (DE MARCO, 2004, p. 46)

Importante pensarmos como as metáforas são elaboradas ao longo do texto e as especificidades que o narrador busca expressar e traduzir por meio da apresentação dos personagens e tramas. Muito além da organização dos fatos, a linguagem a ser apresentada no decorrer de uma obra literária explora sentidos, atravessa universos, estruturando percepções acerca de suas abordagens.

Uma obra que corrobora com a argumentação explicitada é *Noturno do Chile*, do escritor Roberto Bolaño, literatura essa que provoca assimilações de um país ameaçado por argumentações contrárias ao governo socialista de Allende. No entremeio da realidade e ficção, os focos narrativos estabelecem jogos de sentido, que fazem o seu leitor atentar-se a que sentimentos estão sendo validados nesse processo. Além disso, se manifesta um olhar acerca das construções ideológicas e os equívocos que são visualizados ao destituir um regime democrático do poder. Em sua apreciação dos fatos, o escritor intervém por meio desse diálogo entre o real e o fictício, difundindo perspectivas sobre a nociva ação que corroe os pilares da democracia chilena entre os anos de 1973 a 1990.

Ao despontar um olhar que se faz para além de um contato internacional, na tentativa de alinhar uma reflexão que não necessariamente busca tomar conta do todo, mas pensando possibilidades acerca das ligações alimentadas entre países latino-americanos (antes vistos em sua maior parte como elementos desconectados), exprimem-se sentidos e contextos que provocam essa frequente aproximação, não só geográfica, mas também de experiências.

Ao retratar essas vivências, se percebem tentativas em dissipar as sombras de um passado nebuloso, tal qual cita Ginzburg (2002) ao instigar o preencher de lacunas em branco. Fazendo esse percurso, para além de uma visita ao passado, se busca trazer à tona testemunhos, em meio a trilhas aparentemente distantes.

A distinção entre as obras literárias e contextos que me dedico a analisar nesta pesquisa, também leva o leitor a apreender sobre a importância de se conhecer aquilo que é apresentado como um processo coletivo e que, em sua maior parte traz a essência e as bagagens do próprio autor, daquilo que foi observado e experimentado em suas vivências diretas ou indiretas.

Desse modo, se busca romper com os usos injustos e impositivos da palavra, propondo que convém lembrar do período aqui abordado, para que atrocidades similares não se repitam, como ocorreu anos atrás com o processo de militarização do Estado, seguido de atos arbitrários.

Com efeito, as sinalizações presentes nos respectivos textos trazem subjetividades específicas, as quais devem ser pensadas assim como os contextos e os modos como se fazem formulados. É importante ressaltar ainda, que aquilo que é posto como uma realidade evidenciada nessas narrativas, visa construir probabilidades, que em geral, não contemplam o todo em suas significações.

Aproximando-se daquilo que é analisado, o diálogo com a realidade e o uso de personagens reais em obras como *Quarup* e *Noturno do Chile*, qualificam novas possibilidades de apreender e analisar criticamente o que se faz plasmado no fazer literário. Suas técnicas se fazem apoiadas em um princípio de movimento e dinamicidade propriamente da literatura, conduzindo o leitor a consumi-la, sempre atento aos detalhes, percebendo as particularidades inerentes de personagens e situações.

Refletindo como ocorre o manuseio do que se faz escrito e como seus respectivos movimentos artísticos são evidenciados, se possibilitam, na mesma via, um conhecimento

sensível, em novas formas de perceber a experiência ditatorial. Entretanto, também se faz pertinente questionar os limites da ficção e da realidade, evitando deturpar o sentido da História e sua busca por interpretações mais aproximadas da verdade. Para tanto, é sempre necessário considerar o peso da vigência do regime ditatorial brasileiro e chileno, atentando-se às forças que se tornaram essenciais para movimentar essa engrenagem.

Na mesma esteira, também devemos tomar em consideração quais vozes foram apresentadas e se estas atendem aos nossos anseios como cidadãos em uma ênfase pela luta democrática. Diante de outras narrativas possíveis, com novos geradores de significados, a Literatura abre outras margens, para além das histórias políticas e suas escritas, proporcionando alargamentos das conexões presentes dentro de uma mesma ótica dos fatos.

Mesmo que se façam distantes de um consenso canônico dos eventos, processos e problemáticas expressos pela historiografia, cooperam para a fluidez do campo literário em suas formulações, oportunizando e dinamizando um pluralismo estrutural em notas teórico-metodológicas aos interessados sobre História.

Em paralelo, por entre argumentos fundamentais presentes em abordagens documentais e literárias, quem os analisa deve estar atento ao que se expressa mediante suas práticas e legados, compreendendo que o documento se faz para além de uma fonte, mas também pode comportar versões de vivências e experiências de uma época ou contexto.

Nessa via, também é preciso visualizar os diagnósticos dos problemas relativos à memória e como essa se faz assegurada em virtude das articulações pertinentes aos interesses de uma relação de poder. Ao percebermos que as estratégias coordenadas e levantadas por regimes ditatoriais visaram conter as resistências de grupos contrários, também assimilamos que essas, estabeleceram arranjos para uma mensagem repressiva, que impusera muros com contornos difíceis de serem transpostos.

Diante de projetos políticos que fomentam noções de moralidade e de um Brasil adequado aos interesses de uma parcela conservadora da sociedade, nessa empreitada densa e violenta também foram pensados apagamentos deliberados, em um momento que a censura que se punha em vigor, condicionou o que seria digno ou não de permanência nessa nova configuração de um país.

Por entre o tempo e o espaço narrado em tais obras literárias, se habitam cenários relativos a uma transformação gradual. Neles, o leitor observa paixões e ideias em paralelo, na

medida em que se distribuem atos políticos carregados de incertezas sobre esse futuro que despontava no horizonte.

Considerando critérios metodológicos, cabe apontar a participação da *história das sensibilidades* como ferramenta para delinear outras inquietações, na captação de fatores inerentes à fontes diversas e relatos vistos. As especificidades desse método permitem acessar fragmentos por meio de múltiplos enfoques, buscando entender as minúcias da experiência humana e a emergência em trabalhar ângulos de problemáticas que atravessaram e atravessam o ser social.

A ideia de sintoma social é controversa na psicanálise. A sociedade não pode ser analisada do mesmo modo que um sujeito; por outro lado, o sintoma social não tem outra expressão senão aquela dos sujeitos que sofrem e manifestam, singularmente ou em grupo, os efeitos do desconhecimento da causa de seu sofrimento. O sintoma social se manifesta por meio de práticas e discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas singulares de cada um de seus agentes. Assim como ocorre quando o sintoma individual se torna crônico, sem tratamento, também o sintoma social tende a se agravar com o passar do tempo. (KEHL, 2010, p.124)

Retratada em ficções literárias com toques de realidade, a violência da polícia política também foi estendida para o âmbito rural, contendo movimentos que interferissem na "ordem social" imposta naquela conjuntura. Como foi explorado em *Quarup*, muitas demandas do período - e que ainda demonstram suas necessidades na atualidade - foram limitadas pela força da repressão, como reformas agrárias, distribuição de terras e outras medidas que levassem a uma superação das desigualdades.

As camadas de distrações que foram postas à população como um todo, desviavam, muitas vezes, o foco de questões sensíveis da sociedade. O entretenimento, o discurso desenvolvimentista em que o Brasil se fez palco de grandes obras e até mesmo o futebol, foram elementos utilizados com a finalidade de silenciar verdades "inconvenientes".

Ainda em *Quarup*, além de expor a complexidade de um Brasil que flertou demasiadamente com discursos conservadores, também são descritas características e movimentos que se fizeram necessários para um país mais justo. Callado dá ênfase à questão indígena e rural, e evidencia o poder de uma constituição para o seu povo, como cita a personagem Francisca na obra;

[...] a Constituição manda diretamente no povo brasileiro, diz o que é que os brasileiros podem ou não podem fazer. Mas a Declaração de Direitos do Homem, das Nações Unidas, vigia a Constituição do Brasil e as outras Constituições, dos outros países. Não permite que nenhuma delas tire o voto do povo, por exemplo, proibindo o voto de quem é pobre, ou preto, ou coisa assim. Não permite também que exista o cambão, por exemplo, . Quem

trabalha para um patrão tem direito a salário, em dinheiro do país. Assim é que os brasileiros têm seus direitos garantidos por uma [...] (CALLADO, 1984, p. 385)

Com base nas elaborações presentes no texto literário, são observados modos de aprender palavras de conteúdo social sob maneiras de trazer luz, conhecimento e esperança, reportando a carência da educação para a construção de uma nação mais solidária e consciente e corroborando a presença de professores do Movimento Popular como um dispositivo imprescindível. Para tanto, em um dos diálogos, na mira de um horizonte de expectativas, Nando fala dos sonhos em preparar leitores e cidadãos livres e firmes. ‘[...] Estamos produzindo votos para 1965. Vamos eleger com os alfabetizados um Governo Federal que vai fazer pelo Brasil em geral o que o governador está fazendo pelo Estado’. (CALLADO, 1984, P. 388). Nando também realiza reuniões junto aos camponeses da região para repetir lições e acompanhá-los, a fim de garantir a continuação dessa luta .

Alçando outros debates (em consonância ao Anexo 6), a obra de Antônio Callado também discute a forma como a Igreja atuou como canal de engajamento por lutas sociais e busca por maiores acessos a direitos, formando e substanciando a força dos sindicatos para atingir tais objetivos para aquele contexto. Alguns enxergavam essa iniciativa como uma porta de infiltração comunista no país, pelos ideais ali debatidos. O trecho a seguir, em que os padres Gonçalo e Nando conversam, manifesta essa ótica por intermédio da seguinte alegação: “Mas vocês padres fazem os sindicatos e os sindicatos estão infiltrados de comunistas, quase que sem exceção”. (CALLADO, 1984, p. 398)

Em adição ao ponto destacado, Portela (2015) faz menção a atuação da Igreja diante das demandas sociais daquela circunstância.

A Igreja vinha sendo a porta-voz dos movimentos e lutas sociais e até então, possuía posição de destaque na elaboração dos discursos contestatórios devido à convergência de diversos atores políticos. Os materiais publicados foram fundamentais para o processos de esclarecimento político, divulgação de críticas, denúncias e para a articulação do enfrentamento dos problemas sociais. (PORTELA, 2015, p.81)

Diante das demandas e anseios dos protagonistas como Sebastian Urritia Lacroix³¹ (*Noturno do Chile*) e o padre Nando (*Quarup*), reverberam-se categorias de pensamentos e

³¹ Assumidamente Opus Dei, em determinados momentos, Sebastian Urritia Lacroix parece justificar suas posições no mundo, socialmente e politicamente falando, bem como dentro da instituição religiosa. Em destaque, o trecho a seguir explora que: “Nunca escondi que pertenço ao Opus Dei, jovem, digo ao jovem envelhecido, embora já não o veja, embora já não saiba se ele está atrás de mim, ao lado, ou se perdeu entre os manguezais que circundam o rio. Nunca escondia. Todo mundo sabia. Todos no Chile sabiam. Só o senhor, que por vezes parece mais imbecil do que é, ignorava. Silêncio.” (BOLANO, 2000, p.56)

formas de apreender o mundo, segmentando o pluralismo da sociedade em concepções visivelmente divergentes em um contexto marcado por instabilidades políticas e conflitos ideológicos.

A circulação de personagens e suas formas de compreender o cenário que os transpassa, dialoga com a percepção da diversidade de sujeitos e suas posições em um mesmo contexto. Destarte, atenta-se ainda sobre os inúmeros modos que um indivíduo pode vivenciar um fato histórico e como esse pode atribuir uma leitura e interpretação, em concordância com seu ponto de vista.

Atento a como o exercício da memória traduz possibilidades de construção de sentidos, o historiador deve pensar em que dinâmicas essas narrativas estão imersas, a que perspectivas atendem em suas pontuações e a que se destina lembrar. Por intermédio das constatações que visam comprovar, os planos de memória que despontam em uma sociedade recolhem em suas operações uma forma de relacionar e participar indivíduos no mundo.

Recorrendo à ficção, ou mais precisamente ao texto literário, ao estabelecer leituras acerca dessa clandestinidade presente no regime militar brasileiro, autores como Antônio Callado fornecem através de suas narrativas, um quadro acerca do conjunto de circunstâncias sociais, políticas e até mesmo culturais, as quais em muitos casos ainda se demonstram presentes, como uma suposta ameaça de um espectro comunista, afirmado em fantasiosas argumentações conspiratórias.

Chamam atenção as tentativas em representar sujeitos que estão postos às margens do discurso do regime, em debates que marcaram e ainda repercutem na atualidade em virtude da falta de soluções apresentadas. Seja na obra do escritor chileno ou daquele que retrata um Brasil que estava à beira de um colapso em suas estruturas democráticas, se fazem presentes questões como o debate da reforma agrária, das reformas de base que tanto ansiava uma parcela da população, entre outras demandas sociais.

Trazendo esses indivíduos e suas respectivas memórias que foram invisibilizadas pelos efeitos da orientação política e ideológica que marcaram o período, os autores nos incitam a revisitar as temáticas históricas por novos ângulos, observando novos personagens e possibilidades de testemunho, em tentativas de perceber como questões políticas, econômicas e sociais são balizadas.

Ao produzir uma prática discursiva, analisando modalidades e proporções dessa experiência estética, a Literatura dispõe de meios de interpretações das opções linguísticas, considerando o local social, entre as lógicas do micro e macro, na justificabilidade em examinar escolhas técnicas e suas correntes particulares.

Desse modo, atingindo a inspiração e o êxito na releitura dos acontecimentos, abrangendo pequenas totalidades do real, essas narrativas incluem pressupostos e críticas a um cenário, integrando fragmentos, na intenção de gerar identificação em quem o acessa.

Na tentativa de explorar aspectos por recurso da imaginação, o autor descreve limites, demarcando ideias, mas também formas hierárquicas de ler e representar. Dessas possibilidades de interlocução e das lógicas de edição e circulação, alguns significados são postos à prova, em que traduções e recepções podem ampliar ou limitar a visibilidade da obra e do autor. Outrossim, o papel dos críticos, da avaliação dos argumentos e seus entornos fomentam gostos literários e atmosferas de aceitabilidade, ainda que a percepção do autor tenha suas interferências subjetivas na diligência em observar um contexto e seus impactos.

Das imagens mentais e suas aplicabilidades temporais e espaciais, algumas sensibilidades ganham de maneira fragmentada a liberdade perdida, por intermédio da palavra. Na impossibilidade de embarcar em narrativas totais, desse exame de proposições, nascem interrogações que ecoam criativamente por acrobacias interpretativas e suas explorações hermenêuticas no jogo literário.

Ademais, os universos de produção cultural trazem convenções que geram intensificações na capacidade de produzir e reproduzir relações. Todavia, algumas posições assumidas pelos autores podem constatar existências ou condicionar invisibilidades, expondo dilemas e complexidades de um período, ruminando paradoxos humanos e seus limites.

Essa tarefa reflexiva, em primeira instância, expõe os extremos dos diálogos postos, na decodificação de colocações internas e análises das disposições dos sentidos. O nível de entendimento que essas alcançam, em muitos casos, porta censos de urgência do debate, no intento em analisar validações e relevos dos tempos sociais e como esses são representados, o que perpassa também, as atribuições subjetivas do leitor e suas próprias interpretações.

Das estratégias argumentativas que rascunham o papel da leitura das oposições e seus ritmos, há a tentativa em versar coerentemente os problemas induzidos, investigando o que ficou à escuridão dos porões, diante das crises agudas promovidas pelo autoritarismo.

Seguindo essa definição, das novas possibilidades de diálogo, palavras que foram amordaçadas ganham possibilidades de liberação, conforme os usos de chaves interpretativas presentes nessa contribuição literária ao que foi esquecido, silenciado e suas implicações.

Para além de vaidades intelectuais, existem cadeias conceituais que não devem ser relevadas ou apreendidas como representação qualquer, posto que essas podem assumir uma vertente elucidativa, na importância em articular planos panorâmicos e seus modos de produzir imagens e como essas estão evidenciadas.

Na descrição das sequências de ações e experiências, a obra salienta facetas e respostas provisórias enredadas na figuração de esboços, os quais são dissociados de pretensões reducionistas. Sendo a vida apresentada por óticas diversas, a História lança bases para pensar fatores compatíveis e complementares, assim como aquilo que se faz dissonante, retratando a profundidade das dinâmicas dos interesses políticos e seus consensos. Essa escolha acaba por materializar aportes para designar as nuances presentes nas flexibilidades de sentidos e evitar perdas de referência, essencialmente ao serem pensadas como um critério plural.

Na composição desse arcabouço são averiguados os caminhos paralelos, vestígios e indícios da memória. Nessa investida, alguns elementos também são retomados como rotas de integração, em que, embasados por experimentações literárias, podem elevar às vias do ser e do sentir, na possibilidade de expansão do conhecimento.

Assim, à medida que são folheadas referências e disposições dos assuntos, são combinados tratamentos teóricos e recortes de experiências, em buscas por revelar estruturas, meandros e tensões. Os trechos reservados pela descrição na obra literária sinalizam para conjunturas e críticas, em que a Literatura vai buscar na linguagem e seus recursos, o funcionamento de princípios norteadores e seus legados, reencenando um evento através da verossimilhança.

A construção do imaginário impõe suas necessidades, aglomerando segundo interesses categoricamente estipulados, a leitura do tempo e do espaço, montando explicações lógicas e bases de funcionamento desses. A inserção de elementos que potencializam rótulos e referentes regionais e territoriais, indicam construções de locais específicos, com gramáticas e direcionamentos na produção de gestos de naturalização das representações.

Nessa direção, Woodward (2014) assimila que:

A representação compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação

constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2014, p. 18)

O contato com processos imagéticos, mentais e com os pólos irradiadores do poder, perpassam tendências da historiografia (que tem o intuito em problematizar demandas que orientam discussões e referências sobre as dimensões da experiência humana). questionando seus recursos de configuração e como trazem aceitabilidades e impraticabilidades.

A disputa ideológica que advém dessas expressões de poder, acabaram contribuindo na composição do quadro latino-americano e suas fragmentações, em um contexto político e econômico em que a região esteve e está regida pelas polarizações e fortes dilemas.

Dispostos aos endurecimentos dos atos, os regimes militares contaram com forças aliadas e atuantes na desestabilização da participação popular nos processos políticos. Tudo isso leva a indagar quais as finalidades dessa escalada repressiva e como as mobilizações retóricas respaldaram padrões de manipulação. Nada obstante, a denúncia incessante das atrocidades praticadas não foi calada pelo medo que assombrou uma parcela da sociedade naqueles anos.

Dos apoios que se materializaram, alguns desses fizeram usos e tratamentos sistemáticos de conceitos como “comunismo”, “subversão” e “dissidência”, seguindo modelos tendenciosos em tentativas de cercear a liberdade de expressão e a cidadania, induzindo centralidade de intenções e crítica.

Das expectativas em cena, ao esquematizar quais críticas são possíveis e como analisamos as redes intelectuais³² que se estabelecem, é possível contribuir por intermédio de textos que reiteram leituras sobre o local e o regional, congregando constatações sobre os usos políticos do passado, em diagnósticos dos impactos por eles provocados.

Partindo desta análise, a ilustração dos usos do passado e da relevância em tratar a respeito dos regimes ditatoriais por intermédio de prismas e elaborações mais refinadas, faz a leitura do contexto ser atravessada por temas que não se esgotam, essencialmente diante das crises democráticas e o avanço de uma retórica conservadora.

De um balanço das táticas discursivas e seus movimentos, a historiografia pode assimilar problematizações em torno das relações de poder, pensando quais estruturas favorecem a circulação de hegemonias e suas práticas.

³²A mobilização de estruturas reflexivas que trazem novas questões, reforçam a importância de apreender outros percursos historiográficos, em face das lacunas presentes nos diferentes usos do passado. Outrossim, o tratamento das fontes possibilita investigações mais apuradas dentro de uma narrativa, em que algumas redes intelectuais se propõem a pensar metodologias que acessem fronteiras e os diferentes domínios de entendimento de um mesmo acontecimento, ao trazer elementos individuais e coletivos para uma memória nacional.

No plano político, atendo-se às assimetrias presentes no jogo e ao recorte cronológico, é interessante sublinhar as consequências epistemológicas das proposições discursivas e como isso também foi instigado. Entre os muitos vestígios passíveis de serem discutidos está a necessidade em fixar relatos e notas introdutórias que denominam o impacto da recepção e a abrangência conferida à discussão sobre os alcances dos testemunhos possíveis.

Estudos e pesquisas sobre essa temática despontam a necessidade em priorizar reflexões, segundo um prudente manuseio das fontes e do que se tratam seus processos e representações, no que tange ao conjunto de imagens e indagações constantes.

Na criação de padrões de significados, sistematizando conteúdos e estruturas, esquadriharam-se aspectos e contradições em sua atuação na formação do imaginário social, compondo não somente as presenças e disposições, mas também uma experiência cultural repleta de negações, ocultamentos e silenciamentos trazidos.

Face às sobreposições categorizadas, algumas noções colaboram na formatação dessas representações, associadas a uma engenharia intelectual que permite ressaltar a transmissão de ideias e sentidos. Na oportunidade de interrogar-nos acerca das formas como lemos e as entonações do discurso político, tais quais os meios como se faz encadeado aquilo que ouvimos, são ampliadas as ilustrações de encontros e confrontos no que cerne a perspectivas e complexidades presentes em uma leitura cotidiana.

A possibilidade de ler experiências sociais partindo de seus paradoxos e o que esses revelam, desde a fundação ao gerenciamento dos comportamentos e modos em pensar a América Latina, essencialmente ao que se refere ao "somos" e o por que dessa essência, promovem aproximações a um repertório social e cultural. As diferenças e particularidades desse contexto levam a visitar dores e amarguras, bem como as dimensões dos diálogos presentes nas obras literárias reportam uma implícita rememoração dos regimes ditatoriais nessas entrelinhas.

Da onipresente e atenta vigilância de uma polícia política que atuou como uma ave de rapina, na contenção dos dissidentes, em uma conjuntura de repressão e modelos de controles estratégicos, aquele Chile ia sendo desapossado de seu esplendor enquanto referência e suspiro democrático para a América Latina, como é expressado no trecho a seguir, pelo personagem Sebastian na obra boliviana: "o Chile inteiro tinha se transformado na árvore de Judas, uma árvore sem folhas, aparentemente morta, mas ainda bem enraizada na terra negra, nossa fértil terra negra..." (BOLANO, p.108).

Callado (1984) também traduz a situação de contínuo estado de atenção a que o grupo de Nando estaria condicionado naquele período.

— Passar perto passei. Chegar à casa é outra história. Tem sempre soldado montando guarda. A casa está fechada. Não tem uma semana eu dei uma passada pela praia, defronte, como quem não quer nada. Vi até um carteiro parar, enfiar carta embaixo da porta e fiquei tentado a ir até lá. Mas reparei no café um soldado. Olhando a casa. Tem sempre um por perto. (CALLADO, 1984, p.589)

Partindo da distribuição social do poder e sua expressão, na estruturação de símbolos estereotipados, ao classificar o que seria “subversivo” ou “admissível”, é importante ressaltar como cada lugar social e seus protagonismos comunicam a realidade (para além do que foi elencado), balizando questões e reverberando modulações do conhecimento e seus parâmetros.

As identidades são fabricadas por meio da marcação. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas, ao mesmo em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos [...] (WOODWARD, 2014, p.40)

Ao pensar essa historicidade dos conceitos, em meio às suas configurações sociopolíticas e seus processos, navegamos por outros meios para entrever condições e diferentes ângulos desses sentidos, assim como a apreensão dos instrumentos de condicionamento, e o que atuou no regimento da aceitação de sua difusão ou constrangimento de ideias divergentes do discurso oficial, pelo caráter da violência simbólica.

A violência pode ser entendida como tudo aquilo que reduz um sujeito a condição de objeto. A violência é o exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária à si, causando-lhe danos tão profundos que podem chegar a ser irreparáveis. A violência é normatizada pela ética, e uma ação ética, diferentemente da violência, não se justifica pelos fins, pois só os meios éticos são aprováveis e podem estar de acordo com fins éticos. (COELHO, 2014, p.151)

Compreender as implicações do ressoar de uma obra e como essa remete influências e repercussões da formação do autor, que possui peculiaridades, potencialidades e anseios, também nos leva a pensar como a variedade experimental da linguagem pode dar voz aos silêncios ou ao implícito.

Desse caráter utilitário da arte literária, são agregados lugares e funções, padrões de criação artística, em elementos que muitas vezes refletem a composição social. Todavia,

utilizando-a como fonte e ponto de partida, a obra literária não consegue estilizar o todo da discussão, ainda que por recurso de lógicas de visualização e imagens idealizantes, tendo em vista o autor, face à fatores como tempo, contexto e espaço a qual pertence, estão continuamente sujeitos à mutabilidades.

Em uma cadeia de enunciados, a localização de panoramas geradas sobre a América Latina fabrica cenários mentais e fronteiras, oferecendo conexões às esferas do imaginário, em referenciais culturais e aos projetos políticos, além dos ingredientes identitários desta. A partir de um quadro sintético do “ser latino-americano”, é perceptível como a sociedade acolheu e/ou repeliu experiências históricas, às quais nem sempre são vistas como apropriadas ao compartilhamento, por consequência de uma lógica discursiva.

Sem eufemismo, o proceder das investidas autoritárias sobreveio definindo a necessidade em reprimir, que desferiu e promoveu orientações para que tensões políticas fossem sistematicamente invisibilizadas.

Nessa tramóia, o legado ético da democratização foi abandonado e substituído por falsificações e erosões institucionais, que propiciaram máculas às visões sobre nacionalidade, configurando gradações entre as entonações dessa narrativa. Contudo, o debate político eleva outras oportunidades de problematização, como os que se concatenam em relações diretas com o passado, suas lembranças, fragmentos e a fluidez dos diálogos que o envolvem.

Em um olhar profundo das tematizações da própria posição do escritor, a Literatura atua na agnição de significados, operando produções de inquietações e identificações. Dessa maneira, o compromisso linguístico prima, entre outras incursões, trabalhar os modos de funcionamento do discurso político, testemunhando circulações cotidianas e seus efeitos.

O saber historiográfico tem buscado analisar categorias complexas dos processos sociopolíticos, lendo suas dramaticidades e transmutações nas relações. Ao proferir como o sistema político pode tocar subjetividades, afetando convicções e presenças, o testemunho ganhou realces durante o século XX, à medida que alguns episódios foram utilizados fundamentalmente na expressão do teor traumático³³.

Com a invasão do testemunho no campo histórico, assim como em outros campos do conhecimento, em um século que produziu um grande de número de mortes por conta de conflitos ideológicos e entre nações – que também engendraram genocídios e assassinatos em

³³ Diante dessas associações epistemológicas de conhecimento de um passado, seus protocolos e regras, o historiador deve reflexionar acerca dos usos do passado e suas definições, essencialmente ao verificar as intencionalidades dos usos das retóricas. Em um passado traumático, carregado de camadas, o século XX é, sem dúvidas, um momento de acontecimentos que impactaram a sociedade, como as grandes guerras e suas repercussões, os regimes autoritários que se espalharam pelo globo.

massa nos regimes ditatoriais latino-americanos – a busca por reconhecer as camadas das atrocidades que foram acobertadas pela arquitetura da violência institucional (que apresentou um arsenal de histórias de violações aos direitos humanos e às liberdades), é pertinente e necessária na inserção de debates sobre questões sensíveis na sociedade.

No que concerne ao ato de lembrar e esquecer perante ao trauma, Seligmann-Silva (2000) aborda que:

Por um lado tanto o testemunho deve ser visto como forma de esquecimento, uma “fuga para frente” em direção à palavra e um mergulhar na linguagem, como também, por outro lado, busca-se igualmente através do testemunho, a liberação da cena traumática. Nietzsche, na já mencionada obra sobre as vantagens e desvantagens da história para a vida, destacara justamente a necessidade do esquecimento. Existe um limite inexorável da memória e da rememoração. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.90)

Ao pressupor em termos éticos o papel do pensamento político de um contexto e a complexidade das matizes, essencialmente em suas proposições, há de se pesar o ingresso dos interesses estratégicos na sociedade que geram dissensões entre os agentes sociais.

2.1 A literatura de testemunho latino-americana e o direito à memória

Em termos de América Latina, figurar a emergência de refletir como as diversidades colonizadoras foram dispostas e como suas conexões são percebidas, dialogadas e instrumentalizadas, permite ao pesquisador observar as nuances atribuídas a ela. Centralizando a análise dessa realidade, primando em perceber discrepâncias e similaridades, com a proposta de destacar personagens e tramas abrangentes, se induz às implicações de formação de consciências e como essas foram administradas, tendo em vista a sistematização de representações políticas naquele período.

Abordando a complexidade dos fenômenos, verifica-se que esses, em muitos casos deixam passar despercebidas tanto características singulares, quanto aquelas que sugerem conexões entre vivências que ficam alheias ao imaginário social. A proposição em se pensar a categoria latino-americana, trazendo ênfases ao seu fazer político – seja em um sentido interno ou externo, observando como tais critérios interferiram e interferem em seu cotidiano – pode contribuir para uma análise interpretativa e estrutural dos desafios enfrentados para a retomada do regimento democrático nessa região, após a superação do contexto ditatorial vivenciado por determinados países.

Em menção a isso, em dezesseis anos de investidas autoritárias no país, desde as primeiras horas do golpe contra democracia chilena, o general Augusto Pinochet promoveu

atividades de horror e truculência no episódio que ficou conhecido como o “11 de setembro chileno”, resultando no bombardeio do La Moneda, como é citado por Winn (2010):

Quando os tanques chegaram pouco antes das 10 horas e assumiram suas posições nos cantos das ruas, com suas torres apontadas no sentido contrário a La Moneda no que parecia uma defesa do palácio presidencial, a multidão aplaudiu. Então, lentamente as torres giraram e apontaram para o palácio presidencial. A multidão susteve a respiração. Pouco depois das 10, a esquina tornou-se uma zona de guerra, quando os tanques começaram a disparar seus canhões em direção a La Moneda e a Juventude Socialista, colocada em torno dos prédios respondeu com pequenas armas de fogo. A batalha por Santiago havia começado. Seria um combate desigual, cujo resultado desde o início estava claro. Mas a corajosa, embora suicida, defesa do palácio presidencial contra todas as chances transformaria Allende de presidente socialista democrático em revolucionário e mártir republicano e conduziria sua revolução chilena a um mítico e trágico fim. (WINN, 2010, p. 178, 179)

Da conhecida narrativa salvacionista e patriótica disseminada em diversos países latino-americanos entre eles, Chile e Brasil, a mesma estratégia também foi difundida, com o intuito em trazer legitimidade às ações que seguiram ao longo daqueles anos. Outrossim, o historiador também aborda em suas análises que:

...essa ilusão desapareceu na própria noite do golpe, quando os quatro líderes das Forças Armadas, que compreendiam a nova junta do governo, falaram à nação pela televisão. Eles não somente justificaram seu golpe como tendo salvo o país do comunismo, mas definiram sua tarefa como “extirpar o câncer comunista” da política e reverter os cinquenta anos anteriores da história chilena – o que significava reverter não apenas a revolução a revolução socialista de Allende, mas também as reformas da Aliança para o Progresso dos democratas-cristãos, o Estado de bem-estar social da Frente Popular, e, até mesmo a introdução da política democrática de massa de Arturo Alessandri. No dia seguinte suspenderam a Constituição chilena, fecharam o Congresso, baniram todos os partidos de esquerda e suspenderam até os partidos de centro e da direita, que haviam apoiado o golpe. Foi estabelecida uma censura rígida da imprensa e dos meios de comunicação e foram proibidas as eleições de qualquer tipo em qualquer instituição, até mesmo em clubes esportivos de adolescentes, assim como reuniões de mais de três pessoas sem permissão da polícia. Foi declarado o estado de sítio e determinado um rígido toque de recolher. O Chile, a democracia modelo da região, famosa por suas diferentes visões políticas e liberdade de expressão e de imprensa, da noite para o dia tornou-se uma ditadura militar e um Estado policial. (WINN, 2010, p. 182)

Longe da indiferença desse cenário, a literatura bolianiana explana olhares sensíveis sobre o dado momento, trazendo algumas reverberações de um ambiente repressivo no Chile, apresentando figuras impactadas pelo regime, classificadas como dissidentes, ao assumir posturas de oposição às exigências de uma retórica autoritária, bem como, ao costumeiro

toque de recolher que foi imposto nessas ocasiões pelas forças militares, com o intuito de “repor a lei e a ordem: .

Mas a história, a verdadeira história, só eu conheço. Ela é simples, cruel e verdadeira, e deveria nos fazer rir, deveria nos matar de rir. Mas nós sabemos chorar, a única coisa que fazemos com convicção é chorar. Havia o toque de recolher. Os restaurantes, os bares, fechavam cedo. As pessoas se recolhiam em horas prudentes. Não havia muitos lugares onde os escritores e os artistas pudessem se reunir para beber e conversar quanto quisessem. Essa é a verdade. (BOLAÑO, 2000. p. 98)

Em um ataque frontal e nada velado a todos que se declararam resistência política, Winn (2010) aponta brevemente alguns dos atingidos pela empreitada repressiva e pelo rol de abusos vivenciados no Chile de Pinochet.

Suas vítimas incluíram famosos e anônimos. Incluíram presidentes, como Salvador Allende e Eduardo Frei; ministros do governo, como José Toha e Orlando Letelier; generais, como Alberto Bachelet e Carlos Prats; e artistas e intelectuais, como o famoso autor das canções Victor Jara e o prêmio Nobel Pablo Neruda. As vítimas não foram apenas esquerdistas como Allende, mas também democratas-cristãos que apoiaram o golpe, como Frei e também o vice-presidente Bernardo Leighton e o principal líder sindical, Tucapel Jimenes. Mas a maior parte das vítimas do Estado de terror de Pinochet foram jovens desconhecidos – trabalhadores, camponeses e pobladores – que ousaram resistir à ditadura ou foram considerados capazes de organizar uma resistência ao governo. (WINN, 2010, p. 182, 183)

Visualizado como um espaço de respiro democrático para muitos países da América Latina, o Chile anterior à 1973 era referência para demandas populares e até refúgio para aqueles que estiveram ameaçados pelas ações coordenadas que se alastraram por diversos países naquele contexto, em que conter o “avanço do comunismo” se tornava uma máxima.

A opção por viver em outros países latino-americanos estava diretamente ligada às conjunturas desses lugares, seja por serem favoráveis à efervescência política de esquerda ou, ao menos, que não estivessem tomadas por governos militares autoritários. Em um primeiro momento, de maneira geral, Chile, Cuba e, em alguns casos, a Argentina foram o grande foco dos exilados. Após isso, tendo Chile e Argentina vivido golpes militares em 1973 e 1976, respectivamente, a Europa, quando conseguiam refúgio, era a principal moradia dos exilados brasileiros. (RIDENTI, 2013, p. 156)

Indiscutivelmente, os temas presentes em *Noturno do Chile* traduzem um aspecto testemunhal – ao ratificar por meio de personagens que inesperadamente saltavam da realidade para a ficção literária – em um diálogo com inquietações próprias de um momento carregado de conflitos, em meio às crises existenciais versadas pelo protagonista Sebastián

Urritia Lacroix e a sensação de morte onipresente, própria do que se vivencia em um contexto de múltiplas opressões.

De tal modo, o compromisso de escritores literários como o chileno Roberto Bolaño situam o leitor em estudos sobre como os mecanismos repressivos aprisionaram existências, condicionando sujeitos aos espaços mais sombrios e inóspitos, em uma luta pela sobrevivência social e política.

Nesse ato de apropriar-se dos símbolos e possíveis convergências com a realidade, interessa a problemática dos sentidos e suas respectivas flexibilidades, presentes nos diálogos e tramas da narrativa, que nos conduzem a visualizar padrões de leitura, conforme as versões apresentadas na obra. Bolaño tenta recriar cenários possíveis da repressão, principalmente aquela que se fez direcionada à vertente cultural, com torturas, silenciamentos e punições abusivas aos que se mostravam dissidentes. Como se empreendesse aspectos de pensamentos angustiados e sonhos sufocados pela repressão, suas composições elevam o leitor ao contato com a atmosfera sombria, transportando-o para esse universo engendrado pelo autor, no intento de uma releitura do período.

A ideia composta e a complexidade de sua construção alçam questionamentos em meio a esse imbróglio sobre o ponto de vista político que pode estar pautado na afirmação de determinada narrativa. Dessa maneira, aos que se debruçam em leituras historiográficas, são despertadas inquietações acerca de quais fontes podem contribuir em um olhar mais aguçado sobre histórias conectadas e como uma análise pode ser facilitada, tendo em vista contextos diversos, tanto em um sentido de recortes analíticos e interpretações variadas, bem como no que tange a colonização e formas culturais particulares.

Partindo da compreensão de uma relevância no tratamento das fontes e dos conceitos, com o fim de articular princípios que viabilizem exames respeitosos aos fatos, – visto que arquivos também versam em suas narrativas possíveis, modos de existência de sujeitos – diversos teóricos sinalizam a necessidade do cuidado metodológico com o olhar produzido e reafirmado.

A História, campo do saber que nos últimos tempos vem fomentando investidas para questionar narrativas que apenas contemplaram os grandes homens e grandes feitos, tem propiciado em seus parâmetros novos horizontes e, a exemplo disso, se dá a inclusão da literatura de testemunho como um novo componente de debate, que tem possibilitado às

investigações historiográficas, condições para apresentar o que se torna impossível de ser retratado como acontecimento. Dessa forma, Seligmann-Silva (2008) retrata que:

A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70)

Em busca de contato com as evidências, a memória reportada pelo testemunho descortina os silenciamentos configurados pelo contexto, tornando mais amplo e complexo o que se propõe relatar. Ao proporcionar novos mecanismos de observação, com os recursos de linguagem escolhidos para tratar de demandas delicadas como se fez versado em linhas anteriores, o teor testemunhal prima em exercer o valor ético e romper com o denso nevoeiro de experiências traumáticas como as que se deram com os regimes ditatoriais.

O século XX se estabeleceu como tempo propício para o testemunho, em virtude da enorme presença das guerras e dos genocídios. Diante disso, Pelegrini argumenta que "o ato de narrar, testemunhar, é ponto de resistência e recuperação dos fragmentos de si mesmo que se perderam ao longo do caminho." (PELEGRINI, 1987, p.52)

Diante de afetos pisoteados e sufocados pelos atos ditatoriais, da oportunidade em reorganizar a cena democrática após o massacrante período de silenciamento das vozes e o clima de horror que prevaleceu em sequência durante anos em países latino-americanos, a reavaliação de discursos que negaram a violência e o terror social, partindo da elaboração da Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2011, surge como um lampejo de esperança e um momento de respiro, em memória às vítimas diretas e indiretas do Regime no Brasil.

A abertura dos arquivos sobre o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) possibilitou o crescimento tanto do número de trabalhos sobre essa temática quanto das informações sobre eventos e fatos já analisados desde o fim da ditadura. As diversas formas de resistência aos governos militares, registradas pelos órgãos de informação e segurança, passam a ter destaque nas narrativas sobre os eventos que marcaram o estado de exceção na história recente do país. (PORTELA, 2015, p. 147)

Nessa perspectiva, ao compreender a História como um terreno sedimentado por disputas das mais diversas, se torna relevante o ato de revisitar dados e acontecimentos por novos ângulos, pensando qual a força da memória e quais aspectos nos permitem falar, mesmo que perante as atrocidades mais chocantes.

Em observância a presença de pressupostos que viabilizaram o dito e o não-dito, devemos nos fazer atentos a que possibilidades de desconstrução de concepções estão sendo oferecidas para tratar de temáticas necessárias e que indivíduos se fazem habilitados a pôr sua fala em destaque,

Ao enfatizar nesta pesquisa o que se faz problemático no cerne da realidade, se posiciona o olhar para as condições e estruturas simbólicas que construíram sua importância pautada em um poder operatório das instituições e convenções sociais, aparelhando regras que compõem o campo de possibilidades.

Para além do eixo do entretenimento e do cunho mercadológico, devemos pensar como personas e ideias foram e são realçadas e legitimadas e quais critérios de consolidação são conferidos no intuito de assegurar maiores participações na recepção de uma obra. Ciente de que as produções de conhecimento também fazem parte de um campo de luta e que essas reverberam formatos de organização social e ideológica, devemos nos manter atentos a como essas regras são distribuídas nesse jogo de sentidos.

Assim sendo, conforme uma análise cuidadosa, ao figurar seleções, por entre inserções e exclusões atribuídas a um texto, notícia ou qualquer outro mecanismo comunicativo de uma ideia ou fato, reduções simplistas dessas perspectivas são evidenciadas, também sendo delimitadas ao sujeito que lê, as parcialidades que compõem uma realidade organizada. No tocante a isso, o historiador Claudio Pereira Elmir diz que:

A realidade organizada textualmente pelo narrador – a intriga – e sua distinção em relação à história que lhe dá origem fazem supor que incidem nesse labor princípios de seletividade e de hierarquização que orientam o processo de enunciação. Em outras palavras, o narrador não conta tudo, e aquilo que conta, não conta da mesma forma ou na mesma ordem/ sequência que outro faria. Se essas constatações podem parecer banais no campo dos estudos literários e na reflexão que estes fazem acerca da prosa de ficção, o mesmo não pode ser dito quando autores oriundos dessa área estendem suas observações para o trabalho narrativo de outras disciplinas. (ELMIR, 2016, p. 198)

Na mesma via, os modos como um conhecimento é validado, bem como seu executor, repercutem demandas sobre como os saberes se tornam alvos de problemáticas legítimas no que tange a esse debate. Utilizada como fator de sedução para alguns públicos, com inúmeros artifícios retóricos e linguísticos que se destinam à persuasão, a ideia facilitada (para ser lida e reproduzida), estrutura princípios explicativos estratégicos, apropriando-se de métodos para formular uma relação inteligível.

Essa noção demonstra ainda a emergência em estender problematizações afora do campo das tradicionais histórias políticas e suas respectivas escritas, incorporando sentidos às vias de interação e suas particularidades locais. Destarte, partindo desses elementos integram-se regiões que aparentemente se posicionavam de um modo divergente, superando divisões que até então impediam essas conexões.

Paralelo ao estreitamento dessas conexões e compartilhamento de experiências comuns, estão os arranjos dos exercícios comparativos e inquietações sobre as possibilidades de análise, considerando que abordagens os pesquisadores em História se destinam a formular em suas incursões temáticas e de que modo intentam realizá-las.

Ao reconhecermos a complexidade dessas dinâmicas e estruturas, dimensões essas que podem ser internas e externas, se desperta para as similaridades e contradições existentes nas fronteiras, conceito esse que se expande para além de um caráter geográfico. Ao ponderar sobre os universos simbólicos de sentidos presentes nessas divisas culturais, Pesavento (2016) aponta que:

Fronteiras são janelas e portas, que tanto no plano da literalidade como no da metáfora permitem a passagem, mas também impedem a entrada. Fronteiras limitam, encerram e fecham, negam o diálogo e o contato, tal como podem abrir, comunicando e aproximando as partes, criando laços, correspondências, percursos de vida em paralelo, convergências, oposições e competição. Se as fronteiras tivessem um deus a presidir sua existência, um deus grego que tutelasse a existência, ele seria Hermes, o deus do movimento e do comércio e também das soleiras, a indicar uma ambiguidade de condição: entrar e sair, fechar e dar passagem. (PESAVENTO, 2006, p.11)

São dessas ambiguidades que equivalem variedades hegemônicas, cosmovisões e enquadramentos que orientam demandas dissonantes, que inventa e reinventa a perspectiva da alteridade, o "nós e o "outro" posto por leituras morais, políticas e culturais, qualificando a pluralidade como aceitável ou digna de repúdio.

No que cerne ao contexto social, o processo de configuração interpretativa aceito, passa por acúmulos de argumentos que apresentam referenciais, costurando escolhas e proposições, partindo da dimensão da experiência e da necessidade de afirmar-se diante das relações de poder. Face às influências que perpassam até mesmo a forma como ocorrem as reivindicações quanto à representação política das individualidades, também emerge desse processo, uma urgência por identificações que foram limitadas pelo discurso oficial, o qual

suprimiu sujeitos e suas unicidades à leituras impostas, visando estabelecer uma fixidez das narrativas.

Ao despontar novos alicerces às estruturas, diferentes dos que se fizeram dispostos tradicionalmente, abrem-se margens para reivindicações de outras dimensões sociais e históricas, alheias às dependências das mediações teóricas e hegemônicas de outrora. Assim, rompendo com as hegemonias trazidas à baila e a naturalização de seus lugares e argumentos, ganham potência outras formas de racionalização, bem como de sensibilidades ao alinhar considerações que saltam do que foi pertinente às designações generalizantes.

Promovendo abordagens com teores reivindicativos, se tenta reduzir as travas impostas que negaram a interconectividade entre itinerários, percursos e dimensões das experiências, inclusive aquelas que compuseram e compõem vivências traumáticas. Na contramão de argumentos que tendem a enfraquecer a busca por novas convicções e se amparam no prestígio cultural do que fora dito pelos cânones, as investidas em estabelecer flexibilidades de sentidos e matrizes interpretativas que tragam novas leituras e formas de compreensão da sociedade, suscitam aproximações ao aspirar uma história conectada.

De tal modo, torna-se cada vez mais difícil ignorar a complexidade das alianças articuladas ao refletir acerca dos constantes intercâmbios presentes entre representações e sujeitos, assim como os esforços investidos em prefigurar um caráter imperativo de determinadas demandas políticas e ideológicas em implantar significados.

Essa matriz de estratégias que busca manter modelos e criar correspondências estáticas, dá corpo para a disputa de narrativas que fundamenta lugares-comuns e influi para a condenação de noções específicas, apropriando-se principalmente dos recursos linguísticos para tal fim. Com efeito, os múltiplos meios em que ocorrem a difusão desses discursos fomentam um ecoar de ideias, conduzidas por formas padronizadas, descrevendo a ordem das coisas em um caráter conveniente.

A força da imaginação literária, que tem desencadeado novos mecanismos para se trabalhar questões sensíveis ao citar relatos da hostilidade da repressão, dialoga com a necessidade de pensar textos e suas atribuições, emergindo movimentos para avaliar as preocupações do cotidiano e a luta contra formas limitadoras trazidas pela hegemonia e a glorificação de seus empreendimentos.

A ideia em questão é calcada em desafios, tendo em vista a supracitada luta por legitimação. As orientações normativas passadas e naturalizadas pelo contexto, marcaram a

sociedade pelo caráter emocional atribuído³⁴, essencialmente quando pensamos sobre formas de sociabilidade e os modos de ler e entender o mundo e suas respectivas dinâmicas. A impregnação de determinados conceitos implementados por projetos de poder qualifica disputas e fórmulas à sua disposição, disseminando um aspecto convincente de se abraçar discussões e percepções que não devem ser neutralizadas em debates historiográficos, como o que aqui se faz brevemente explorado.

Inegavelmente, se faz primordial distinguir processos e sujeitos afetados pela violência que foi direcionada a esses. Não obstante, também se deve admitir a presença de quadros que determinaram o funcionamento dessas interdições (e continuam sugerindo permanências, por intermédio do negacionismo histórico), os quais legitimam o âmbito de uma normatividade discursiva e ideológica.

Tal como postulou Ginzburg (2002) no livro “Relações de Força: História, Retórica e Prova”, o historiador deve se perguntar quais fisionomias são reproduzidas e que delineamentos se fazem proporcionados, diante das dificuldades da escrita da História.

Como se sabe, "rótulos" são atribuídos em muitos casos, com o objetivo de justificar e circunscrever formas de qualificar indivíduos e princípios. Diante de um vocabulário normativo há uma linha temporal que se pretende construir, na qual as trocas intelectuais também estão diretamente associadas para a construção argumentativa de um modelo de compreensão social.

Considerando a variedade dos parâmetros para a elaboração do discurso e suas respectivas articulações, sua configuração constitutiva esquematiza fórmulas persuasivas, reforçando ambições referenciais a serem compartilhadas. Embora não coincidam exatamente em ideias e movimentos, esses, produzem representações que expressam paradigmas e sublinham lógicas de inferioridade e superioridade em seus enquadramentos.

Transpondo o ato de ver regulado por aspectos que organizam perspectivas e práticas, se faz sugestivo pensar a realidade segundo outros ângulos, abandonando a concordância com vertentes limitadoras que validaram pontos de vista únicos.

Seria uma atitude equivocada ao pesquisador seguir compartilhando categorias alheias a discussões pertinentes, sem questionar os pressupostos que são lidos e considerados

³⁴ Face a tal abordagem, é pertinente ponderar como foram geradas as identificações com pautas específicas na sociedade brasileira. Nessa direção, ao observar como determinadas bandeiras foram levantadas por alguns segmentos, é elevada a necessidade de leituras plurais dos movimentos realizados.

na História, ao interpretar eventos. Por conseguinte, romper com os princípios de neutralidade na escrita da História, aspecto que foi apontado por importantes teóricos desse campo do saber, como Ginzburg (2002) e Certeau (2015), seria também significativo, nesse sentido, observar as divergências presentes e como essa alteridade foi apagada no discurso.

O estudo de personagens, bem como o reflexo de sociabilidades, experiências e artifícios de exploração acerca de como ocorreram os supracitados abalos às instituições democráticas, é o que faz ressoar aspirações e diálogos na pesquisa que desenvolvo. Nesse quesito, não se trata apenas de visualizar um caráter discrepante, mas como já foi dito em outro momento do texto, partir da proposição de outras percepções sobre espacialidades e temporalidades dos eventos traumáticos aqui sinalizados, sem que ocorra violações impostas à memória, por formas convenientes de controle do conhecimento.

Portanto, evitar generalizações ao argumentar dessa maneira, abre margens para caminhos que levam a ressignificações, e similarmente possibilitar a audição de outras vozes anteriormente represadas, refazendo percursos metodológicos que não consistam em replicar um conhecimento contaminado por critérios tendenciosos.

3. A política de memória do Brasil e Chile do pós-regime ditatorial

Pensando historicamente, a Constituição chilena, promulgada em 1980, reproduziu resquícios de um período de voraz ditadura implantada por Pinochet. Face às mobilizações de grupos por melhores condições de vida e garantias de reformas necessárias, é possível pensar quais concessões são feitas no Chile e quais passos e planos estariam sendo dados e apresentados em prol de novos cenários, mais alinhados às necessidades sociais e políticas da atual conjuntura.

Ao avaliar esse processo no contexto latino-americano, abarcando esse fenômeno do movimento constituinte, entende-se acima de tudo, as funções e necessidades da inserção de mecanismos de participação popular, na busca por assegurar novos direitos, com elementos que direcionem olhares e aspirações rumo a um novo momento para a América Latina, fundamentando assertivamente, contribuições para selar um compromisso com o futuro de nações marcadas pela desigualdade e carregadas de demandas históricas.

Mesmo após décadas de lutas e mobilizações sociais, ainda que oportunizando aos cidadãos chilenos a possibilidade de necessárias mudanças, a votação pela nova constituinte se faz polarizada, situada entre a "Campaña del Apruebo" e o "El Rejection". As intensas correntes apontam para o desafio em estabelecer de maneira participativa, equitativa e democrática, os acessos aos direitos fundamentais.

De forma obrigatória, o plebiscito realizado no dia 4 de setembro de 2022 pela nova constituinte foi vencido pelo movimento de rechaço, marcando uma maioria de 62% contra 38% dos votos pela aprovação. Com isso, a fase de incertezas quanto a homologação segue sendo parte da realidade chilena. Acima de tudo, as forças mobilizadoras pelo texto anunciado, reforçam a necessidade em aprová-lo antes do dia 11 de setembro de 2023, data que acusa o fardo incômodo dos 50 anos do golpe contra a democracia, encabeçado pelo General Augusto Pinochet.

A experiência chilena quanto à perspectiva de transformação, renova a pertinência em discutir sobre América Latina, pondo no radar movimentos de luta por vias institucionais, em um percurso de necessária organização política que apontem evidentes caminhos para a construção de uma ótica voltada e dirigida pela pluralidade social.

Das lições para a democracia, em defesa de vias pacíficas pela revolução no Chile, inspirando contextos diversos, seja em 1970 com a eleição de Allende, ou em 2022, com os esforços em elaborar e aprovar uma nova constituinte, é imprescindível a compreensão das

trilhas que desvelam fundamentos para uma sociedade que seja de fato guiada por uma soberania popular.

Uma nova constituinte chilena compõe pressupostos em repensar as estruturas que embasam um Chile, ciente da existência e das ascensões de uma polarização social e política, se movimentando em resposta divergente às ondas conservadoras, por meio de seus enfrentamentos a essas .

A historiografia contemporânea tem aberto portas para problematizar a realidade desses acontecimentos e o desenvolvimento de suas validações, das demandas sociais aos tipos de mobilização em voga em cada período, seja, em suas organizações e perspectivas, ao considerar encadeamentos e predominâncias de ideias.

Do debruçar de ideias que se fez por meio deste trabalho, é pertinente ainda ponderar como o trauma repercute no social, saltando do individual para o coletivo, levando a considerar qual o alcance dessas experiências. Entretanto, representar o inenarrável se faz um desafio para várias áreas do conhecimento, inclusive àquelas que utilizam da verossimilhança em suas disposições. Jaime Ginzburg em seu texto intitulado *Escritas da Tortura* aborda acerca dos riscos do apagamento da memória coletiva no que tange às catástrofes:

O apagamento da memória coletiva das referências à tortura, bem como sua banalização, potencialmente reforçam as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto. O esquecimento é, nesse sentido, em si, uma catástrofe coletiva. A leitura de textos literários voltados para o tema pode contribuir para evitar a banalização. (GINZBURG, 2010, p.149)

Partindo das estratégias de decodificação, tal como ocorre com a Literatura, a renovação historiográfica tem potencializado giros decoloniais e mudanças de pensamentos a respeito de como involuntariamente acabamos por garantir reforços às relações de poder. Com isso, em diálogo ao que se faz como objeto de estudo, a Literatura posiciona expectativas à cena, em seus recursos experimentativos e percepções sobre concorrências de sentidos e suas respectivas flexibilidades a ela atribuídas. Nessa configuração, a originalidade da mensagem e o convite reflexivo por meio da verossimilhança, também podem estar presentes alguns manifestos pela saída democrática.

A representação na produção de significados e como esta molda relações, não somente para aguçar hermeneuticamente as competências e conhecimentos, mas também como são identificadas as cicatrizes do tempo e suas manifestações. Para tanto, o historiador ao deparar-se com essas escolhas, utiliza desses fenômenos e elenca diferenças e semelhanças com o devido cuidado metodológico para não cair nas armadilhas de uma comparação simplista.

Dessa demanda por conceitualizações e contextualizações mais amplas, os acessos a arcabouços mais diversos, que também investiguem dentro dos polos referenciais, como no caso, inseridos na América Latina, foi atravessado pelo local da narração e quem a produziu. À vista disso, as performances do narrador e da voz narrativa reportam centralidades sobre o ocorrido, em perspectivas que se associam a como a palavra é utilizada como artifício, formatando especificidades de escuta e legitimação.

Por intermédio de críticas relacionadas à ascensão de novos sujeitos, são integrados outros entendimentos acerca das diferentes formas de existência no espaço social, para além do que dizem as instâncias normativas e as equivalências por elas apresentadas. Inscrevendo novas legitimidades e representações a essa percepção do social e do político, também são postos meios de diálogo, para um romper com pactos de silêncio ou a hesitação em falar das feridas e marcas deixadas por esses acontecimentos.

Diante das hipóteses que podem ser levantadas partindo de estudos que buscam sintetizar realidades e seus dilemas, as formas de colonização de sentidos atrelados a uma expressão de um pensamento hegemônico, trouxeram influências de concepções ideológicas de padronização aceitáveis e legitimadas pelo sistema-mundo.

Com a introdução de outras atividades de pesquisa, em estudos atentos, bem como de exercícios metodológicos que reposicionam sujeitos e objetos, qualificam-se outros ângulos em uma análise, estimulando um conhecimento geopolítico mais apurado, no que se refere à leitura da questão política e social latino-americana.

Em contribuição a esse diálogo, Chartier (2002) destaca:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17)

O recorte aqui desenvolvido se fez carregado de nuances, às quais nos conduzem a abordagens e escolhas que dispomos ao ir de encontro a argumentos e ponderações que venham a convergir com aquilo que abraçamos como bússola e ideal político.

Preliminarmente, ante aos pontos de discordância e variações interpretativas desse contexto, se remetem quais pertencimentos são conjugados e na mesma via, como um historiador pode e/ou deve se servir de memórias e relatos validados. Sendo os regimes ditatoriais militares palco de disputas pela memória, há de se considerar que tarefas permeiam

a fixação de um acontecimento e como estes são alvos constantes de reclamações negacionistas.

Entre justificativas e respaldos aludidos por atos institucionais, a tortura foi utilizada para punir subjetividades “divergentes”, como força motriz e instrumento em uma máquina que configurou distorções de visibilidades, sob o intuito de fixar narrativas combinadas a uma densa neblina de negligência e ocultamentos.

As mortes por intolerância política naquele período, se deram em virtude de conceitos vagos, mas que visaram dispor de ações espontâneas de denúncias dos considerados "dissidentes". Com base nisso, Fico (2001) explora a influência do texto da Constituição de 1967 e os poderes que foram conferidos para conter o “avanço do comunismo”:

A Constituição de 1967, aprovada menos de dois meses antes da posse de Costa e Silva, incorporou boa parte das medidas arbitrárias estabelecidas pelos atos institucionais. A que importa para o entendimento da criação de um setor especificamente voltado para a repressão política foi o postulado de que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei". Com igual impacto, o foro militar ficou definitivamente estendido aos civis, nos casos de crimes contra a segurança nacional. Logo, urgia aprovar uma Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes previstos na Constituição. O novo ministro da Justiça de Castelo Branco, Carlos Medeiros, com a ajuda do chefe do Gabinete Militar, Ernesto Geisel, redigiu tal lei. (FICO, 2001, p.55)

Nessa hierarquização retórica, observando os entendimentos rivalizados e direcionados por estratégias discursivas e os elencos conceituais para formular entendimentos sobre o outro, se percebem movimentos que influenciaram epistemologicamente uma parcela do corpo social, estabelecendo diferenças e derivações (o “nós” e “eles”). Todavia, objetivando analisar pontos de convergência, os núcleos de investigação historiográfica trouxeram outras particularidades, intercâmbios e possibilidades, atestando a necessidade em dispor de entendimentos alternativos daqueles que apenas reforçaram hegemonias e estruturas.

Nota-se que o experimento de expandir diálogos e concepções em relação a consensos e dissensos, corrobora na interpretação de outras margens e empenhos normativos, ampliando entendimentos sobre a elaboração e o fortalecimento das identidades latino-americanas em suas dimensões plurais, que também foram e seguem sendo regidas e tocadas por um território de disputas, em investidas por controle e dominação de territórios por propósitos coloniais.

Em um celeiro de infundáveis indagações, contribuindo para a construção de debates e um cenário de crítica social por meio da Literatura, o foco narrativo das obras e seus

procedimentos expressivos trazem fragmentos de dor, trauma, sensibilidades represadas e quais as dimensões dos sentimentos (individuais e coletivos) atribuídos para a memória nacional.

Os dias que se seguiram foram estranhos, era como se todos nós houvéssimos acordado de repente de um sonho para a vida real, embora por vezes a sensação fosse diametralmente oposta, como se de repente todos estivéssemos sonhando. Nosso dia-a-dia se desenrolava de acordo com esses parâmetros anormais: nos sonhos tudo pode acontecer, e você aceita que tudo aconteça. Os movimentos são diferentes. (BOLAÑO, 2004, p.78)

Diante dos fatores que contribuíram no preparo de uma cova para o Estado democrático de direito naquele contexto (tanto em território brasileiro quanto em terras chilenas), devemos nos perguntar de que modos fomos e somos intoxicados por narrativas e discursos do momento, os quais fomentavam uma crença (abraçada por alguns setores da sociedade, com ênfase nas elites políticas, militares, econômicas e midiáticas) de que a conciliação somente seria possível partindo de um golpe contra governos democraticamente eleitos.

De acordo com os dados aqui discorridos sobre o Brasil e o Chile de outrora, a coletividade amargou em processos dolorosos que impactaram não apenas os países sinalizados, mas produziram sequências repetitivas e reincidências na América Latina. Perante o exposto, ao relacionar representações do caos generalizado nas circunstâncias citadas, por entre panoramas que parecem confundir e mesclar sonho e realidade, os autores associam o ultrapassar dos limites emocionais - sejam esses particulares ou partilhados - com os desafios da manutenção democrática em períodos de demarcado autoritarismo.

Os repertórios que permearam o golpe, provocaram necessidades de nivelar e adequar discursos por meio das forças de consolidação dessa narrativa, em contraposição às ascensões das demandas de um contexto que foi guiado por mobilizações políticas e sociais. No decurso de um proposital embaralhamento de sentidos e experiências, os entendimentos sobre essas também proporcionaram paralelos e impulsionamentos sobre aceitabilidades, créditos e descréditos franqueados. Portela (2015) elenca alguns dos termos que foram instrumentalizados para essa descredibilização.

O trauma social causado pela atuação política gerou indagações cujas respostas não estavam mais articuladas com as necessidades presentes de compreensão do passado. Os termos terrorista, subversivo e comunista - utilizados largamente na documentação dos órgãos de informação - passaram a ser questionados no momento em que figuras, como padres católicos, estavam sendo acusadas de representarem perigo para a sociedade. (PORTELA, 2015, p. 20)

Nessa construção, a narrativa do testemunho e suas implicações trouxeram à cena leituras possíveis, chaves interpretativas de imagens que repercutem elementos para além das escolhas de laços políticos e ideológicos, e remontam critérios hegemônicos, produzindo e difundindo escritas e escutas contra esse negacionismo que circunda o nosso presente.

Avolumando apontamentos sobre a relevância social do testemunho diante de catástrofes, Kolleritz (2004) focaliza que:

Testemunhar era devolver algo, cumprindo uma promessa. Narrar ressarce. Repõe, recompõe a textura ética. Os testemunhos redimem. São evocações até certo ponto expiatórias. São gestos de dedicação. Restituição do mundo moral: a única compensação possível, não apenas póstuma, antes a-histórica, no sentido em que repõe uma dimensão raptada nos abismos da humilhação, no sentido em que volta a preencher um lapso de humanidade, a recobrir, talvez a abolir, a abjeção. Para que a lembrança de cada um, de cada suplício, permaneça reposta na devida esfera: onde a diferença entre a Justiça e a Injustiça existe, independentemente da força, ambiente que esta peculiar narrativa testemunhal por si só recria. (KOLLERITZ,2004, p.81)

As vertentes e conceitos que influenciaram novas perspectivas de investigação histórica e a expressividade dessas discussões, levam a considerar a atuação de correntes intelectuais e suas imersões. De tal modo, analisar esses caminhos percorridos na história recente do país ganha pertinência para assimilar quais foram as verdades que a sociedade brasileira encarou e como articulou forças perante violências inenarráveis.

Das inúmeras questões aqui discutidas, além de dedicar linhas a demonstrar a influência do estrangeiro no cenário nacional e como isso afetou e repercutiu nas relações sociais, políticas e culturais, se fazem provocativas as fronteiras entre o lembrar e o esquecer a respeito daqueles anos carregados de terrorismo político e social. Em complemento, no bojo da escrita literária e suas experimentações, panoramas da realidade de um Brasil ameaçado também são professados.

A opção por adotar uma atitude que visa contornar os contraditórios marcos do obscurantismo na atualidade é um respiro que conduz à esperança por dias melhores, seja na elaboração de uma Comissão Nacional da Verdade no Brasil, ou com a pretensão por uma nova constituinte no Chile.

As políticas de memória e os testemunhos dos sobreviventes dos horrores do regime ditatorial assumiram reconhecida importância no contexto da transição para a democracia. A revelação das atrocidades passadas torna-se, desse modo, um imperativo social e moral, e sua recepção positiva nas sociedades pós-ditadura atestam a aceitação geral dessa premissa. A narração traumática é sempre um compromisso entre a memória individual e aquela construída pela sociedade. A recordação provocada pelos testemunhos significou, sem dúvida, um aporte importante para a restauração dos laços

sociais e comunitários perdidos ou destruídos pela violência do Estado e, ainda, um suporte jurídico para a responsabilização dos seus agentes perpetradores. (AVELAR, 2012, p.52)

Nos meandros das relações, são reverberadas vozes conflitantes e disputas de narrativas que, para um pesquisador, posiciona combinações possíveis para estabelecer diálogos em perspectiva sobre domínios e dissidências interpretativas, ao observar e investigar as inserções, propriedades e significações de uma conjuntura. Nessa via, ergue-se um deliberado esforço em restituir a verdade insistentemente marcada por investidas do negacionismo, que intenta assumir a dominância informativa e utiliza a repetição como estratégia, embasando-se no efeito das frases feitas e tentativas de compor argumentações "anticomunistas", em métodos que visam persuadir pela emoção, posicionando as funções de tais alegações para conduzir a uma delirante racionalidade dos fatos, segmentando vertentes que trazem interesses políticos demarcados em seus discursos.

A negação brasileira é, também, uma negação linguística, pública e ideológica. Ela ultrapassa, portanto, a questão do negacionismo, do revisionismo e da negação freudiana. Quais afetos a nossa negação e revisão da história representam e estimulam? À qual integração identitária ela serve? Há alguma lógica tradicionalista, ou mesmo fundamentalista em relação a certas leituras daquele tempo? (PEREIRA, 2015, p. 878)

Ao delinear arguições e cumprimentos parciais da verdade sobre o contexto, devemos, enquanto historiadores e antes de tudo como cidadãos, mensurar como as informações estão presentes em cada espaço e como são interpretadas, apreendendo quando e onde ocorre sua aceitabilidade, cientes de que algumas dessas estiveram condicionadas pelas habilidades estratégicas dos labirintos do autoritarismo. Outrossim, é imprescindível ter em mente a questão: uma informação deve ser visualizada e defendida como verdade, apenas por estar em todos os lugares?

Das tentativas em dar corpo e existência aos universalismos de ideias, a presença de intelectuais críticos, que fazem análises entre essa conjunção de temporalidades (presente, passado e futuro), desvela permanências e discontinuidades acerca das brechas nas regras do jogo democrático e possíveis violações.

Identificando quais códigos permeiam as múltiplas relações aqui conferidas, sejam esses intuitivos, linguísticos, em gestos literários e científicos, similarmente é possível incorporar ao debate, alguns elementos que fundamentam a recepção de uma ideia e o impacto por ela gerado em um território, sobretudo no que se refere ao caráter plural que rege a sociedade e conseqüentemente a América Latina.

O pavimentar de caminhos que estruturam conveniências interessantes ao discurso neoliberal, é uma empreitada que se dá não somente por intercâmbios econômicos e ideológicos, mas também por interferências nos currículos culturais e suas respectivas organizações. No cenário que se desenhava, essa mesma tendência trouxe falsas equivalências de lógicas que propuseram um “futuro para o desenvolvimento”, mas que também não cogitava as influências das desigualdades postas.

A intensidade propagandista que emergiu dos interesses em direcionar a ótica da população quanto aos setores sociais e econômicos, e como isso impactou esse destinatário, nos leva a outra proposta de reflexão nesse âmbito - quando se pensa em quem comandou as máquinas discursivas da ditadura, corrompendo e deformando o debate político, no intento de persuadir e até mesmo coagir a opinião pública e sua leitura da então chamada dissidência (com controles objetivos sobre a nação) por meio da própria estrutura de poder, entende-se a hierarquia daquele sistema e os instrumentos que sustentaram não apenas sua predicação danosa, como também seus alicerces.

A partir do golpe de 31 de março de 1964, a elite política brasileira e a assim chamada "opinião pública" assistiram, estupefatas, a uma escalada, jamais vista em nossa história, de atos arbitrários de toda natureza. Parcelas desses e de outros setores que apoiaram a derrubada de Goulart surpreenderam-se com o ânimo punitivo dos golpistas. Os momentos em que a repressão serenava - e que a muitos pareciam confirmar uma esperança de não abandono total da democracia, ao menos como horizonte - correspondiam a fases de intensas maquinações, por parte dos setores militares mais exaltados, tendentes a definitivamente implantar - ou fazer perdurar indefinidamente - um forte esquema repressivo capaz de controlar, pela força, quaisquer dissensões. (FICO, 2001, p.18,19)

O que Fico (2001) discorre é significativo não apenas por demonstrar o "desenrolar dos fios" da trama golpista, mas especialmente por agregar percepções sobre a fórmula repressiva que foi articulada. Observa-se em torno do direcionamento e particularidades do regime, elementos que conferiram legitimidade aos atos e estratégias que o configuraram.

Refletindo ainda quanto ao que se fez silenciado pelas ações do esquema repressivo supracitado e paralelamente promovendo observações mais aprofundadas sobre os usos do passado, Avelar (2015) pontua que:

São constantes e bem conhecidos os apelos públicos e midiáticos em torno da necessidade da lembrança, do não apagamento dos rastros e da valorização do passado como patrimônio. Essas formas discursivas reivindicam o vivido sob o signo da memória e, sem dúvida, podemos nos referir ao nosso tempo como aquele em que os direitos de recordação ocupam uma posição central. Essa reiterada necessidade de não esquecer perfaz um distinto arco de manifestações: comemorações, políticas de preservação patrimonial, valorização das vozes sobreviventes do passado,

escritas biográficas e autobiográficas, testemunhos, materiais documentais, artísticos e visuais, enfim, uma extensa maquinaria material e simbólica que pode transformar-se, não raro, em ‘abuso da memória’. (AVELAR, 2012, p.30)

As décadas que sucederam o levante civil-militar denotaram, entre outros esforços, tentativas de emoldurar uma pressuposta excelência ética de militares que se associaram ao golpe de 1964, para que assim, esse evento pudesse ser assimilado como um movimento necessário e assertivo para aquele contexto, bem como para evitar possíveis rupturas imagéticas das bases e perspectivas difundidas para além dos anos de regime, onde foram impostas narrativas que visavam o abraço e uma celebração pública da intervenção militar. Em contraposição a essa mesma ambição de ocupar o imaginário social com máscaras de heroísmo e valia, Pereira (2015) evidencia que:

[...] o trabalho de negação e/ou revisionismo é muito mais amplo do que a memória ou a perspectiva militar. Ainda assim, convém destacar que ele é fundado em uma retórica que idealiza, distorce, dissimula, justifica e milita por algum tipo de autoabsolvição. Desse modo, nossa hipótese é que os atores de tais inscrições fazem parte ou se identificam com uma complexa “comunidade de memória em rede”. (PEREIRA, 2015, p.880)

A montagem de farsas discursivas e pontos de persuasão fizeram parte do cotidiano das ditaduras latino-americanas. Em compensação, com a inclusão de outras técnicas historiográficas à cena, a partir da análise de fontes diversas como, documentos históricos e testemunhos, se faz prevalecer um olhar de resgate do vivido.

O que se fez “em nome de Deus” na década de 1960 no Brasil, angariou imposições de normas e valores, em atos que hoje se fazem questionados por diversas esferas e que fomentaram a reivindicação pela afirmação da laicidade do Estado, na defesa de interesses plurais fundamentados em pilares de tolerância e clara observação às regras do jogo democrático.

Em demandas próprias dos dias que estamos vivenciando, sob um cenário de advertência que chama a atenção para a desinformação, disseminação de inverdades e ataques às principais instituições democráticas do país, com investidas evidentemente intimidatórias, devemos, enquanto cidadãos, pensar como ainda há projeções e ecos de 1964, face à conceitos-chaves³⁵ que acendem alertas para a nação, que na contramão dessa corrente antidemocrática, necessita ter suas percepções aguçadas no que tange à pertinência da

³⁵ Os usos dos termos ‘Deus,’ ‘Pátria’ e ‘Família’, seguem estabelecendo demandas de legendas conservadoras próprias do discurso de outrora. Suas afirmações traduzem sentidos à uma influência religiosa cristã e que ao mesmo tempo enfatizou um critério de unidade, que fundamentasse a harmonia dos interesses da nação. E como último conceito-chave presente nesses discursos, a família como fator de manutenção de uma tradição e dos ‘bons costumes’.

memória em um processo de reconhecimento do testemunho de experiências traumáticas e solidificação dos marcos históricos ramificados a linha do tempo da história brasileira e seus impasses.

Diante das empreitadas negacionistas que rondam a sociedade, e angariam esforços estratégicos para estabelecer versões e manifestos discursivos, a dimensão ética do fazer historiográfico pode contribuir para assimilação de ideias mais responsáveis com o acontecimento, bem como se processa a validação de um argumento. Assim, a prática historiográfica facilita acessos às rotas para apreender distinções e analisar abordagens presentes em uma retórica. Pereira (2015) ao tratar sobre os conflitos de memória sobre um passado ditatorial aponta que:

[...] os conflitos de memória, para terem certa memória compartilhada, necessitam da intervenção de um terceiro, a fim de que o dissenso seja parte do conviver com a pluralidade. Cabe sempre destacar que as disputas de memória são também disputas de poder, em especial os conflitos em torno de um “passado” que ainda é atual, como é o caso da Ditadura Militar brasileira. (PEREIRA, 2015, p. 889)

Pensando na força de determinados processos, suas respectivas necessidades e as urgências situacionais de viabilizar a realidade democrática, tendo em vista que essa se constituiria como um remédio para propostas mais consistentes, os escritores das obras literárias aqui dispostas traduzem aspectos que guiam reflexões acerca das mudanças que precisariam ser incorporadas e como se deram intensos e truculentos esforços para evitar “o caos e degradação da sociedade”, como era abordado pelo regime.

Ao tencionar a problematização de questões relativas à cultura histórica por meio dos autores e teóricos percorridos, há o intuito de trabalhar as formas em que ocorrem os usos do passado e como produções como as expostas aqui, são investidas de esforços para materializar ideias e aspectos, em que, a História enquanto campo do conhecimento, possibilite análises por intermédio dos diferentes métodos a ela associados, intercalando pólos do debate, apreendendo nuances da experiência humana e como esta é e pode ser representada.

No que tange à prática do historiador e a função social do conhecimento, ponderando os quadros e encadeamentos aqui arranjados, categorizam-se reflexões e observâncias necessárias, acima de tudo, ao explorar traumas sociais e tudo o que fora gravado no imaginário de um indivíduo ou grupo. Livres de qualquer engodo e mentira, trabalhos historiográficos devem assumir pertinentes manifestações ao relatar e traduzir as vivências de um ser humano, especialmente aqueles que sofreram as disfunções, danos e consequências de

uma catástrofe, muitas vezes retendo em si mesmos: feridas e cicatrizes oriundas dessa vivência, e fixando correntes afetivas e ligações dolorosas ao acontecimento.

Sobre o tema, Fico (2012) esquadrinha em suas ponderações que:

[...] os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte. (FICO, 2012, p. 48)

No percurso de uma possível catarse social e política, trabalhar o luto de dores coletivas, os infortúnios de um evento traumático e como esses elementos são lidos e narrados é, antes de tudo, tomar o viés da responsabilidade com os fatos e trazê-los à superfície, contestando o que se fez emudecido e oportunizando a reverberação de vozes e sensibilidades antes represadas. O livre testemunho conduz essa transformação, exigindo uma escavação em meio aos caminhos que outrora foram inviabilizados.

Os anos de antagonismo agravados de 2016 a 2022, remodelaram o debate público (e até mesmo o esvaziaram, trazendo desagregações e manobras para pavimentar práticas questionáveis ao sistema democrático), o submetendo também à pressões e até mesmo versões antidemocráticas, que apenas agravam as assimetrias de um país tão desigual quanto o Brasil.

Nessa problemática questão, a dimensão institucional foi continuamente atacada por determinados grupos sociais que empunham as armas de uma retórica conservadora. Por ocasião dos impactos dessas narrativas, vale problematizar como as subjetividades são atingidas por esferas publicitárias que buscam tocar o imaginário social por meio do pavor e do medo que caracteriza uma constante "ameaça comunista".

A consequência do consumo de uma ideia tem um papel relevante no discurso a ser amplificado, essencialmente no que tange a disseminação de uma narrativa que atinge pontos fracos e medos compartilhados coletivamente, conduzindo a criação e arquitetura de uma obsessão em torno de um anseio abstrato e de um poder configurado por ferramentas ideológicas aqui supracitadas.

Estabelecer um encontro da América Latina consigo mesma e suas demandas - é estratégico para despontar racionalmente as necessidades dos rumos democráticos da região. Nessa rota, reivindicações e protestos tomaram as vias chilenas durante o ano de 2022,

sequenciadas por um processo de negociação que resultou em um documento com 388 artigos compondo a nova constituição, impulsionando a população a um importante plebiscito.

Na incerteza do processo de mudança constitucional do Chile, é posto em cena a polarização que marca o país e os rumos que serão trilhados nos próximos anos. Apesar do texto consagrar o foco no âmbito social, as divergências políticas o tornaram insuficiente para uma possível virada de jogo, mesmo que se empenhasse na proposta de profundas transformações para a sociedade chilena.

No Brasil, a “*Carta pela democracia*”³⁶ de agosto de 2022 promoveu novas reflexões sobre as necessidades atuais do país, sendo amplamente abraçada por setores da sociedade favoráveis à soberania popular e como essa demanda fortes articulações pelo futuro nacional. É importante enfatizar que essa iniciativa contesta as contínuas afrontas à Constituição de 1988, sendo fruto de uma ampla participação cidadã, que procura assegurar garantias fundamentais à sociedade. Em contraposição ao que ocorre com as investidas conservadoras, esse manifesto demarca um movimento crescente pela democracia, envolvendo grupos que resistem ao enredo que busca remontar o autoritarismo de 1964 a 1985, em defesa da esperança de amplificar e conjugar vozes e da relevância desse propósito, proveniente de uma cultura política coerente aos anseios da doutrina democrática.

Com o passar dos anos, a oportunidade trazida pela admissão dos fatos denunciados, realçou outras memórias, que puderam trazer à tona aquilo que até então ficou entre o trauma e o silêncio. Aflorando sensibilidades, a partir do texto literário e daquilo que prepondera no mundo do autor e suas influências, é possível pensar o ser social, não apenas em suas individualidades, mas também em suas construções socioculturais. Avelar (2012) utilizando de suas reflexões sobre testemunho e experiências traumáticas assinala que:

A testemunha, situada nesse diversificado conjunto de narrativas da subjetividade, tem sido tema de um delicado debate a respeito das possibilidades de representação do passado, especialmente no caso de eventos traumáticos, como aqueles relativos às experiências do Holocausto e dos diversos regimes ditatoriais latino-americanos. Esse retorno do ‘eu’ sob a forma testemunhal tem sido largamente usado como critério de legitimação dos discursos sobre o passado em meio a uma cultura da memória que adquiriu grande visibilidade em nossas sociedades [...] (AVELAR, 2012, p.30)

³⁶ A apresentação da “Carta pela democracia” no dia 11 de agosto de 2022 contou com a união de movimentos sociais, juristas e de empresários no intuito de reafirmar a importância da defesa do estado democrático de direito no Brasil. Em um momento emblemático e amplamente divulgado nas redes sociais e em veículos de comunicação, a leitura do texto foi realizada no Largo de São Francisco, em São Paulo, em frente à Faculdade de Direito da USP. Na ocasião do manifesto, foram entoadas palavras de ordem como ‘Estado de direito sempre’ e presença de faixas que traziam escrito “Para que nunca se esqueça”, além do marcante canto do Hino Nacional Brasileiro que celebra o real patriotismo e a defesa dos ideais de uma nação democrática .

Em meio à experiências e consequentes danos como os que se deram durante as ditaduras militares na América Latina, a sociedade se apega a atos de esperança, como em um sinal de aspiração e afincos por um futuro livre de feridas que aparentemente nunca foram cicatrizadas.

Os instrumentos que abafaram o que se passava nos porões da ditadura, já não impedem o eco e propagação do que as vítimas do sistema viveram, assim como não são capazes de suprimir o clamor e o choro angustiados de amigos e familiares daqueles que desapareceram nesse quadro insalubre. O choque, o medo e a fragilidade não calam a dor interna, tão pouco impedem a fisionomia do pavor a qualquer hipótese de retorno à uma experimentação do horror.

Na intimidade dos que foram atingidos por essas vivências, sob o efeito da dor da lembrança, muitos se transportam à zonas incômodas, empilhando sentimentos nebulosos em um acúmulo contínuo de dores e pesos do que foi sofrido. Lidar com traumas sociais gera algo equivalente a um estado de frequente alerta, sob o desespero inerente de cenários como aquele que esteve impregnado de violências físicas e simbólicas, impregnadas de sangue e repressão.

A arte literária, além de estimular o lado criativo, enfatizando que a ação de ler proporciona diálogos com galáxias de sentidos, em que o leitor pode acessar ilustrações e unir um conjunto de recursos experimentativos por intermédio da linguagem, também incrementa fascínios, e em paralelo a isso, desconfortos, alavancando debates sobre as presenças e as ausências em uma escrita que relata acontecimentos históricos.

O compromisso com a memória social e com questões sensíveis viabiliza a investigação e exposição dos fatos, provendo o/um alcance de consciência em relação aos desafios para a consolidação do Estado democrático de direito e entregando sem remorsos - a verdade sobre densos períodos vivenciados.

Os discursos que fazem alusão ao Brasil de 1964 e ao Chile de 1973, apontam para discussões indispensáveis sobre o futuro da democracia. O negacionismo e suas investidas contra o saber científico e contra a educação, propicia a desinformação e mina importantes estruturas da sociedade, por meio de explosivos que são detonados gradualmente, e ações que desencadeiam uma variedade de catástrofes que caminham para além da esfera discursiva.

Agora, por intermédio do diálogo e do acesso a testemunhos e documentos históricos, o pesquisador (e isso inclui o meu debruçamento sobre o objeto de estudo que aqui exploro) também leva a ponderar o que fundamental exercitar enquanto sociedade ao

deparar-nos com tamanhas barbaridades vividas e sofridas, e como determinados discursos revelaram quais vidas eram dignas e carregavam de importância nesse quadro repressivo.

3.1 Por narrativas possíveis: a História global e conectada e a composição de novos olhares

O contexto digital ao qual a sociedade está inserida, tem superado formas convenientes de conhecimento, possibilitando modelos mais ágeis de ler e acessar o mundo, adquirindo uma forma complexa na esfera da comunicação, o que não se faz indiferente ao saber historiográfico. Todavia, por detrás dessa evolução e do surgimento de novos elementos que auxiliam o registro e comunicação de dados, o cuidado metodológico deve ter seu lugar mais criterioso, essencialmente em meio às problemáticas das Fake News, que propagam mensagens e ideias com destrutiva potencialidade em um curto espaço de tempo.

Ao que se refere ao ambiente digital, a memória proporciona expansões, novas empreitadas que configuram repositórios, rompendo com a escassez e concentração de informações e documentos, que em muitos casos, esbarra nos balizamentos dos interesses editoriais e políticos. Nesse sentido, o velho e o novo podem incorporar ares de relatividade, porém, a memória pode ser potencializada e enriquecida por essas interconexões. Essas características trazem outras partículas à uma rede, resultando na multiplicação de fontes e canais.

Ao alinhar outras escutas que são conferidas às falas anteriormente silenciadas, em um conjunto adicional de informações e procedimentos, diante de uma situação social e política consideravelmente crítica, constatam-se tensões e como essas são dissipadas por meio dos testemunhos possíveis. Sem embargo, se faz necessário observar que histórias são escolhidas para serem narradas, com o auxílio de manobras operacionalizadas por relações de poder, em consonância com seus parâmetros e ordenamentos. Ao trazer abordagens sobre a importância do testemunho, o historiador brasileiro Alexandre de Sá Avelar destaca que:

Aceitamos os testemunhos porque estamos de acordo com o fato de que eles narram o insuportável, a dor extrema, e não pelo fato de eles se originarem de uma experiência direta. Esse reconhecimento funda a comunidade e, nesse aspecto, o conhecimento provido do testemunho é um bem coletivo. Negar o testemunho é, portanto, uma forma de desonra e de destruição do conhecimento comunitário. Se considerarmos apenas a acuidade das informações, perderemos de vista a dimensão fundamental do ato de testemunhar, ou seja, a transmissão de sentidos dos eventos narrados. Se considerarmos exclusivamente as informações exibidas, não conseguiremos apreciar com a profundidade exigida os caminhos pelos quais os testemunhos, como instituição, se tornam um bem coletivo. (AVELAR, 2012, p.49)

No tocante aos universos inexplicáveis dos atos de violência e suas arbitrariedades, as alegações oficiais dedicaram esforços à repressão política, estruturando atmosferas e formas de relacionar e criar aparatos de legitimação³⁷. Paralelamente, os episódios ilustrados e sinalizados em obras literárias, merecem destaque não só pela liberdade criativa e suas experimentações, mas pelas camadas que fornecem lampejos de memórias, com pontos de reconexão com o passado e sua composição.

As técnicas descritas aprofundam leituras críticas imprescindíveis, que organizam padrões de apreensão da realidade, e inerentemente, percepções ampliadas sobre o caos. As fachadas discursivas, que acarretaram sintomas do exercício do anticomunismo, pautaram-se em pretensões de diversos segmentos, para além da esfera militar, com a justificativa e instrumentalização de uma Doutrina de Segurança Nacional.

Em um terreno da crítica, essa formulação figura apenas uma parcela dos inconvenientes que o campo da História lida ao empunhar-se do compromisso em primar por um saber elucidativo, em um contexto de proposições múltiplas, que em muitos casos, pode se fazer influenciado por ideologias conservadoras.

Por certo, a historiografia tem se atentado aos diagnósticos dos enigmas e silenciamentos convenientes, diante de um contexto nítido de militarização do Estado, em esforços em analisar sua vigência e lançar luz, acima de tudo às ações da censura no decorrer da segunda metade do século XX. Esses encontros possibilitaram o surgimento de novas demandas, pautadas na estima em descobrir conexões de saberes e vivências, investigando múltiplas contribuições, que intercalam processos e sentidos.

As preocupações do historiador estão para além da solução de um problema - ou de um crime - pois a sua versão não se pretende como definitiva, tendo consciência dos limites de seu discurso. A quebra do monopólio do poder narrativo dos militares não significa que a sua versão não seja mais aceita ou esteja em processo de substituição. As novas versões implicam em um choque de interesses institucionais e são representativos da disputa pela legitimidade da fala. (PORTELA, 2015, p.21)

Em contrapartida, na ânsia em afirmar o controle e a vigilância conforme regras e fórmulas próprias, a hegemonia que multiplicou conceitos que evitassem uma "degeneração" do que é visto como civilizado, colonizou corpos, costumes e atuou incisivamente, sobretudo contra dissidentes dessa ordem. Exemplo notável se dá com o domínio das narrativas que

³⁷ No que diz respeito ao Chile, a materialização de um instrumento de coerção esteve coordenado pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), entre os anos de 1973 e 1977, sendo sucedido pela Central Nacional de Informaciones (CNI), até os anos finais do Golpe de Pinochet. Inicialmente, essas ações receberam orientações estadunidenses, com o intuito de conter qualquer avanço de cunho esquerdista.

impediu por um longo período, questionamentos aos rótulos diversos que foram construídos para aqueles reputados à condição oposta aos símbolos a serem seguidos, e de igual maneira, condenados à lógica do desprezo e recusa.

A configuração de tais aspectos na cena política obedeceu a uma articulação nítida, com esforços velados para dissimular conceitos e ideias, que foram suficientes para influenciar grande parte da sociedade. O manejo de ideias e sentidos nesse contexto implica em instrumentalizar uma combinação de fatores que levem a legitimação, segmentando o propósito de compor uma ordem inalterada e favorável aos preceitos até então dispostos.

Por meio dos episódios realçados neste estudo, busco ainda que de modo preliminar, auxiliar no esboço de uma análise de casos concretos, em que se pressupõe a tendência de usos de discursos para provocar sensações de aceitação de demandas particulares da hegemonia.

É importante ressaltar que este debate não visa contemplar o entendimento dessa conjuntura em sua totalidade, tendo em vista que isso só seria possível partindo de uma larga análise das relações de poder correspondentes ao momento histórico, fator este que repercute como tal essência foi solidificada em objetivos imediatos de dominação, principalmente ideológica.

Não devemos ignorar o contexto social, político e econômico de países que demandam atenção (e fazem ode) a um arranjo demasiadamente conservador, sob ações que impulsionam o apagamento de sua memória e promovem o silenciamento daqueles que foram vítimas diretas e indiretas de regimes ditatoriais na América Latina, no intuito de beneficiar-se da ambivalência de uma ótica de progresso, em que o sistema é maquinado para o deleite de hegemonias elitistas.

Para além do golpe de 1973, ao explorar as alianças construídas e a abrangência das experiências de um contexto, também há de se considerar gargalos e sujeições que se estabelecem mediante as escolhas e posicionamentos de cada sujeito político. Nessa direção, o olhar subjetivo do acontecimento pauta direções a essas compreensões.

A situação na pátria não era boa. Você não deve sonhar, mas ser consequente, dizia comigo mesmo. Você não deve se perder em busca de uma quimera, mas ser patriota, dizia comigo mesmo. No Chile as coisas não iam bem. Para mim as coisas iam bem, mas para a pátria não iam bem. Não sou um nacionalista exacerbado, mas sinto um amor autêntico pelo meu país. Chile, Chile. Como pudeste mudar tanto? (BOLAÑO, 2004, p.75)

Fazendo menção à violência física e simbólica que se espalhou pelo território, o escritor chileno ilustra em um dos trechos da obra, por intermédio de escolhas metafóricas e linguísticas, a representação do falcão enquanto ave de rapina (e de rápido ataque) similar ao Condor.

Peguei um trem com destino à Itália. Fui a Roma. Ajoelhei diante do Santo Padre. Chorei. Tive sonhos inquietantes. Via mulheres rasgando as roupas. Via padre Antônio, o cura de Burgos, que, antes de morrer, abria o olho e me dizia: a coisa está feia, meu amigo. Via um bando de falcões, milhares de falcões voando a grande altura por cima do oceano Atlântico, rumo à América. Às vezes o sol se enegrecia nos meus sonhos. (BOLAÑO, 2004, p.74)

No que se refere aos diálogos difundidos no âmbito social, inclinados a um propósito, garantindo mobilizações em prol de ideais, se faz necessário observar o avanço de discussões, no que tange a luta contra formas de racismo, de constituição de subalternidade, combate à violência de gênero, disseminação de ideias colonizadoras e princípios de dominação (como os que nutriram as práticas e discursos impostos pelos regimes ditatoriais). Nessa direção, organizam-se gradativamente contribuições na busca por um patamar mais elevado de debate para os campos de estudos a eles relacionados.

No plano dos fatos, refletir de onde partem as representações e de que formas estão dispostas, levando em consideração as hierarquias e formações pedagógicas, um debate se faz imprescindível acerca de quais ideias nos orientam e que focos a História reproduz diante de identidades que se fazem reafirmadas continuamente na experiência cotidiana.

Acerca disso, Gruzinski (2001) chama atenção para os procedimentos de cerceamento e legitimação da memória e como as heranças culturais são restringidas em circunstâncias específicas e alocadas como produtos, conforme configurações de valor atribuídas.

No bojo dessas discussões sobre como o conhecimento segue em vários momentos um modelo hierárquico, cabe mencionar a tensão constante que é própria dessas questões suscitadas, no que se refere a uma volta ao passado. Em outras palavras, as modulações desse processo e como se fez e faz materializado por recursos linguísticos, atendendo às necessidades do contexto, tem claramente, em sua leitura cultural, vertentes que acabam por produzir negações de subjetividades e experiências, captando o "outro" de um ponto de vista limitante.

Longe de uma premissa de neutralidade, a Literatura também pode atuar como um canal fundamental para observação de eventos relacionados à história contemporânea, entre tantos assuntos, os constructos que conduziram às violentas experiências ditatoriais na América Latina.

Quando Borralho discorre que “A literatura, desde o seu nascimento, independentemente da forma ou escola, tem pincelado nuances de uma abertura, um furo na perspectiva de como encaramos a cognominada realidade.” também pondera um fundamento essencial sobre a demanda literária. (BORRALHO, 2017, p. 95)

Enquanto narrativas, esses valores circulam e materializam-se através da linguagem, cristalizando aspectos, situando significados e expressões que tornam possíveis a existência de algumas memórias. Em face dessas ponderações, enfatizando tensões, conflitos e contradições presentes nessa trama, as novas possibilidades de leitura dos eventos históricos com a integração de personagens anteriormente silenciados, propõem em síntese, condições de expansão de angulações sobre o passado, realizando movimentos dialéticos e salientando a importância da abrangência desses estudos ao contemplar uma aproximação com outras interações, sejam elas de cunhos locais ou globais.

A história global traz uma importante diversificação de temas e objetos que em nosso entender, é extremamente salutar para historiografia como um todo. Parece-nos ser um passo indispensável para nos tornar mais interligados e capazes de pensar a história de novas maneiras. Como disse Jacques Le Goff (2001, p.21): "o historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura". Deve, de certa forma, buscar caminhos para a história, essa ciência ainda na infância. (Santos Júnior; Sochaczewski, 2017, p. 499)

Ao constatar os desafios metodológicos a história global, os autores ressaltam a importância de assegurar amplos diálogos, seja em análises espaciais, mas também no que tange ao caráter cronológico dos eventos, visando assim, "uma compreensão do funcionamento dos grandes padrões da história humana" (Idem, 2017, p.491)

Além disso, ao chamarem atenção para a necessidade de um "descentramento do olhar" em relação às composições eurocêntricas, instiga-se novos modelos para se apreender, investigar e escrever a História, avaliando sentidos e assim encontrando alternativas ao exacerbado “nacionalismo epistemológico”³⁸, que regem as produções de pesquisadores da área.

³⁸ Santos Júnior; Sochaczewski, 2017, p.484.

Diante do modo como ocorre à disposição de tais vivências no imaginário social e como essa tem passado por remodelações nos últimos anos³⁹, há de se refletir acerca das uniformidades e disparidades presentes nessa questão, principalmente acerca de como seus detalhes se relacionam à enquadramentos e suas respectivas composições.

Em uma lógica similar, seria pertinente a tentativa de elaborar estratégias para compreender as contradições dispostas nas narrativas sobre as experiências ditatoriais e como esse princípio acaba por ser permeado por percepções subjetivas, que acenam para uma vertente complexa, no que se refere à realidade e ao que fora percebido desta.

Embora para alguns seja absolutamente controverso o negacionismo das vivências e dores de um período marcado por tragédias na cena democrática latino-americana, as definições atribuídas ainda se demonstram parciais, vis a vis à totalidade expressa desses eventos. Destarte, reconhecendo a importância do rastreio da amplitude do debate, dialogando com outras categorias que até então tiveram espaços negados, a proposição desta dissertação, foi assentar-se em questionar o local secundário atribuído a atores sociais, os quais muitas vezes não dispuseram de voz direta.

Ao estabelecer provocações sobre a presença de epistemologias que demonstram prevalência com relação a outras, e como essas integram lógicas de representação, viabilizando autocompreensão de vivências e experiências, problematiza-se em paralelo a demanda de uma necessária autonomia, que rompa com as manipulações de categorias, produzidas e reproduzidas por práticas discursivas versadas pelas estruturas de dominação. Acerca disso, Da Mata (2014) apresenta que:

A inconsciência dessa “colonização invisível” (e consentida por que inconsciência) bloqueia qualquer resistência, por exemplo, nos estudos de literaturas periféricas, como são, por exemplo, as literaturas dos países africanos, ou de outras de regiões periféricas nacionais dominadas pelo cânone metropolitano interno (literatura de autoria afro descendente, literatura amazonense, literatura mato-grossense, literatura nordestina): refiro-me à manipulação de categorias caras às atuais perspectivas críticas, reforçando os lugares de hegemonia já cativos, radicados no imaginário e no aparato teórico, seja eminentemente literário, sejam amplamente cultural, que se constrói a partir de matrizes culturais e teorizações do Ocidente. (DA MATA, 2014, p.33)

³⁹ Os novos percursos historiográficos põem no radar outras discussões, bem como focos para além das estruturas que demarcadas por saberes eurocêntricas,

Afirmando a necessidade de combate às dependências teóricas e metodológicas consentidas, questionando suas interferências nas relações sociais, em busca de uma reversão dos efeitos da eurocentricidade na sociedade, a qual segue naturalizada e em muitos casos, posta como respaldo inquestionável, a autora propõe ao leitor pensar e interrogar esses modelos de orientação, que são regularmente legitimados.

Nessa linha, a forma como lemos e compreendemos eventos históricos, assim como é feito o acesso a esses, pode celebrar fatores em detrimento de outros, principalmente em decorrência de seus referenciais e o modo como será indicado, podendo assim, condicionar o marginalizado e o valorizado, segmentando razões culturais e históricas para tal.

Em diálogo com essa percepção, Pesavento (2016) argumenta sobre o potencial da construção das histórias conectadas e sua influência ao que se refere a formulação do saber historiográfico:

As connected histories poderiam se constituir em uma resposta às retóricas da alteridade que erguem obstáculos tão discutíveis quanto a pesada herança das historiografias nacionais produzidas. Caberia ao historiador desenterrar, sob as diferenças construídas no imaginário social, a continuidade ou a diferença que são, com frequência, minimizadas, quando não são postas simplesmente de lado (PESAVENTO, 2006, p.17)

Vivenciando as dimensões de um acirramento ideológico no período, que seguem repercutindo ecos discursivos perante eixos de polarização política, a América Latina, que primou por estabelecimentos de reformas de base, experimentou complexos momentos de repressão em diversos eixos. Em observância a fluidez do intercâmbio de saberes e relações sociais e institucionais assumidas, é oportuno constatar como essas particularidades foram e são compreendidas e estudadas, visualizando como os sujeitos participaram dessa arena de conflitos.

Em síntese, encerrando esse tópico, ao trazer essas reflexões não busco a exaustão das ideias, tampouco centralizar focos que limitem essa discussão, mas sim empregar o desejo de continuidade à um debate fundamental, como oportunidade de construção de saberes emancipados, tão necessários à História.

3.2 A memória enquanto necessidade e dimensão de justiça social

Em concordância com o texto constitucional de 1988, marco do desenvolvimento de ações públicas sistematizadas para a construção de um sólido Estado Democrático de Direito no Brasil, se faz inserido nesse progresso, dentre suas premissas, a eficiência para a concretização da cidadania plena. Acolhendo variadas proposições consideradas imprescindíveis e determinantes para um funcionamento legítimo, objetivando a efetivação dos direitos, a Carta Política não poderia renunciar o reconhecimento da relevância da memória para a sociedade brasileira. Todavia, a demora na liberação ao acesso a importantes arquivos pelo poder governamental, constituiu, de certo modo, impasses na construção social dos significados políticos de uma ditadura.

Em face das dificuldades inerentes à complexidade da questão, algumas indagações povoaram os sentidos. Reconhecendo o caráter tardio de algumas ações tomadas, todavia, enfatizando a necessidade destas, se destaca a realização da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 (segundo a Lei 12528/2011, pela então presidenta da República Dilma Rousseff), que atuou na apuração das violações de direitos humanos, que ocorreram durante o período de repressão política no país.

Em consonância a isso, ao partir das evidências ilustradas pelas narrativas literárias aqui fruídas, expressam-se diálogos diretos com a audiência, segmentando debates consistentes com esse público, sustentando argumentos possíveis, que retratam os receios de uma época, pautando inquietações e observações de um passado cinzento. Semelhantemente, ganha evidência em meio a esses novos contornos, uma possibilidade de crítica ao que representou todas as atrocidades vivenciadas, bem como o romper com os silenciamentos impostos às vítimas e seus familiares.

Tal como disserta Pollak (1992) em meio às suas argumentações sobre memória e identidade social, deve-se refletir como ocorre esse processo de solidificação da memória, sejam esses coletivos ou individuais. Na mesma via, também há de se levar em consideração, qual vertente de realidade assimilamos e reproduzimos. Acerca disso, o sociólogo coloca que:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se

juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou de uma socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada. (POLLAK, 1992, p.2)

Posto isso, a memória é tratada não apenas pela escrita ou relato, mas por um modo de ler e interpretar os personagens e situações. Seus formatos apresentam coerência e concordância com a versão de mundo a qual o indivíduo tem acesso, captadas pela lógica social em que se faz inserido, dialogando com o repertório de imagens e sentidos, construídos pelas condições de existência.

A exemplo do cenário aqui abordado, as formulações presentes na memória podem também, fazer o leitor tomar consciência dos desafios de uma resistência e da vida em clandestinidade, que culminaram em comportamentos visualizados como "subversivos", em um contexto de opressão, em que buscou-se celebrar a "unidade" e um caráter homogêneo para o país.

De igual modo, ao se relacionar com os cruzamentos de narrativas, apropriando-se daquilo que aponta as análises do que foi a vivência dos regimes ditatoriais latino-americanos, são observadas complexas condições, não somente no que tange ao modo de perceber seus efeitos, mas também na forma como são lidos, visto que muitos acessos foram direcionados para um determinado pólo.

O mundo social está tanto em nós quando fora de nós. Na origem dos nossos infortúnios como das nossas felicidades, tanto individuais quanto coletivas, ele se diferenciou e se complexificou a ponto de produzir o sentimento de que o íntimo, o singular, o pessoal se distinguiria por natureza da sociedade (como dois objetos claramente distintos) e mesmo se oporia a ela. Paradoxo ou astúcia do mundo social o haver, num estado de diferenciação particularmente avançado, produzido a sensação bastante difundida de uma vida subjetiva não-social ou extra-social (LAHIRE, 2003, p.25)

Com efeito, o sociólogo francês atribui uma forma de ler e participar do mito e como isso ocupa e estimula a produção humana de uma visão de mundo, muitas vezes idealizada.

Pode-se gostar de participar dos mitos ou querer se desfazer deles. Ora, parece que abandonar toda a ilusão de "subjetividade", de "interioridade" ou de "singularidade" indeterminadas, de livre-arbítrio ou de uma existência "pessoal" fora de toda influência do mundo social, a fim de fazer que apareçam as forças e contra-forças, tanto internas (disposicionais) como externas (contextuais), às quais estamos continuamente submetidos desde o nascimento, e que nos fazem sentir o que sentimos, pensar o que pensamos e fazer o que fazemos, é um progresso precioso no conhecimento. (LAHIRE, 2003, p.25)

Diante de experiências subjetivas, no que concerne aos processos de leitura das estratégias contidas em um texto, tal como abordou o sociólogo, as entrelinhas são marcadas por níveis externos e internos de influências. Em meio a isso, o leitor deve questionar acerca de quais fatores conduzem e compõem a capacidade de ler e produzir sentidos com relação aos fatos históricos.

Decifrando um espaço social, em que uma gama de elementos perpassam sua construção, conjugando experiências e práticas, com a presença de múltiplas narrativas, percebe-se que os atores sociais estão envolvidos em suas sensibilidades, compartilhando observações, estranhando e interrogando aspectos vistos como dignos de problematização, entre eles, a reminiscência de quadros autoritários. Face a isso, Dellamore (2011) explana acerca dos atos de memória, embates entre lembrança e esquecimento e quem os dirige e elabora contenções de sujeitos e práticas, que distanciam feridas, marcas e cicatrizes da rememoração social.

O que falamos quando nos referimos a memórias da Ditadura Militar? A memória é um campo de disputas políticas, em que o embate entre lembrança e esquecimento está sempre presente. O que lembrar e o que esquecer ou a quem interessa manter determinadas lembranças ou conservar na escuridão do esquecimento outras tantas são questões importantes para serem problematizadas, tendo em vista o permanente jogo de forças entre memória e poder. (DELLAMORE, 2011, p. 46)

Ainda segmentando concepções da historiadora Carolina Dellamore, nesse ato de apropriar-se dos símbolos, relatos e representações, há de se preocupar que essa subversividade política não fora vista e vivida de um mesmo modo por todos, sendo assim caracterizada por leituras subjetivas.

Assim, por entre os cenários e seus contextos específicos perpassam formas de enxergar o jogo político e de maneira similar, elementos e personagens particulares para atestar credibilidade ao que é relatado.

Sobre um esquecimento que se demonstra conveniente⁴⁰ por meio de suas investidas, atentar-se aos movimentos de sua conservação e legitimidade, também se faz importante para compreender não somente as dimensões da violência, mas também dos silêncios de memórias apagadas.

⁴⁰ Em 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia (Lei 6.683/1979), fruto da forte mobilização popular contra as ações repressivas do regime militar brasileiro, concedeu perdão a todos que cometeram crimes políticos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Em virtude disso, àqueles que tiveram direitos políticos suspensos por algum motivo, conseguiu visualizar a possibilidade de retornar à sua pátria, mediante a análise de deferimento desses processos. Contudo, essa ação é calcada em questionamentos até hoje, pondo a anistia que fora concedida à torturadores e outros que estiveram à frente dessas situações.

Retomando as obras literárias aqui dispostas, a escrita trazida em *Quarup e Noturno do Chile*, emerge de perguntas e análises, ainda que estas se façam implícitas e deixadas a cargo de quem as interpreta. O processo em que as ideias são sistematizadas parece guiar o leitor por uma estrada nebulosa, mas carregada de surpresas em seu caminho, traduzindo olhares pertinentes, em tentativas de romper com posicionamentos estanques, na proposição em repensar a forma de perceber o que ocorreu naqueles anos.

Diante de uma sensação de atemporalidade, ao ler *Noturno do Chile* pude perceber não só como audiência de um texto de literatura, mas também com o olhar de pesquisador, a necessidade de uma busca por classificar e adentrar aos modos de pensar testemunhos possíveis de uma realidade.

Nesse sentido, o que se propõe aqui não é o negar do saber historiográfico posto, mas sim um esforço em evitar negligências a novas possibilidades de entender o mundo social, seus conflitos e como este se faz atravessado por relações de forças em seus cenários.

Por esse prisma, ao despontar dessa escolha por analisar sensibilidades em um contexto portador de múltiplas disposições e facetas, não primo sintetizar afetos, tão pouco qualificar os esforços em resistir diante da complexidade do momento e as imposições que determinaram o quadro coercitivo de um regime opressivo, mas sim atribuir novos lugares, abrigos e acolhidas que se dispõem à guarda de testemunhos, muitas vezes dolorosos demais para serem articulados sob um texto jornalístico, por exemplo.

De acordo com Ginzburg (2002), ao refletir sobre o modo como o discurso se faz visualizado e compreendido na dinâmica social, é possível explicar aspectos de como um diálogo é segmentado. Diante das fórmulas que constituem planos de referência, e que se traduzem na aceitabilidade ou exclusão de algo, observa-se como se sustentam os argumentos que buscam elevar consensos.

Partindo dessas perspectivas, o que é dito, via de regra, assume um caráter sedutor, com argumentos que tentam plantar coerência e mostrar-se atraentes a quem os acessa, como se fossem convertidos em um convite a reprodução, preenchendo assim, as lacunas retóricas do contexto.

Entretanto, o historiador italiano acena para um importante dado, que é como lidar com um mal entendido que pode surgir em um texto historiográfico, dentre interdições e possibilidades. Evitando reducionismos da historiografia à meras narrativas, é sinalizada a

relevância da prova no elemento constitutivo, questionando conclusões rápidas e ausentes de fundamentos.

O refúgio em uma criticidade que substancia e embasa o pilar do saber historiográfico, confere uma utilidade lógica, ainda que diante das censuras e autocensuras encontradas no decorrer da conjuntura aqui explorada.

Em um panorama de como a literatura evidenciou aspectos relacionados às ditaduras latino-americanas, penetrando em meio a relatos e diálogos densos, mediante as variações de suas composições (em sentido espacial e temporal), se trazem evidências latentes acerca do quanto a obra bolaniana se faz impregnada de tentativas em estabelecer testemunhos, ainda que em meio a silenciamentos, presentes em contextos de acirramentos ideológicos.

Acessando novamente as concepções de Ginzburg (2002), o autor promove questionamentos sobre quem compunha a lista de um passado mítico, com o fim de construir uma leitura deste. Em vista disso, quando o historiador cita o que é apontado como uma "genealogia dos heróis e dos homens", também nos leva a pensar que relações passamos a assumir com o passado e que ideias reproduzimos. Ademais, ao expressar relações cognitivas dos acontecimentos, é possível visualizar predominâncias conceituais e de sentidos, às quais os protagonismos nem sempre correspondem ao caráter real, mas sim, obedecem a um complexo acordo de relações de poder, que reafirmam uma classificação entre vencedores e vencidos.

Averiguando indícios que se apresentam como elementos norteadores, e características fundamentais, é interpelado o rastro obscuro, por entre palavras que difundem sentidos. Para tanto, as consequências das conexões destes, são marcadas por uma necessidade de captar o contexto em que uma ideia foi produzida e introjetada no discurso, diante das palavras, suas origens, significados atribuídos e sua inserção contextual.

Sob a bandeira que flamula aos ventos da esperança para a humanidade, empregam-se meios de evitar a banalização da leitura das catástrofes vividas. A literatura em suas múltiplas inserções, no que tange ao caráter testemunhal, inclina-se nesse caso, a um anseio em visitar as zonas mais inóspitas e sombrias dos regimes ditatoriais, essencialmente ao dissertar sobre assuntos intragáveis como a violência e o caos social visualizado no período.

Em sua escrita, as investidas de autores latino-americanos como Bolaño, versam sobre a dor, esquadrihando conflitos da complexa realidade política e seus alinhamentos.

A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com os "outros", de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do Lager. A narrativa seria a picareta que poderia derrubar este muro [...] narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de renascer. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.66)

Essas problematizações lançadas pelo historiador nos trazem um olhar de um testemunho como local de sobrevivência, essencialmente para aqueles que foram expostos a uma situação radical de violências. De tal modo, a identificação e obtenção desses relatos seriam caminhos estratégicos para garantir justiça em reparação e memória às vítimas desse trágico processo.

As tentativas de colaboração com a busca pela verdade, exigem forte articulação, visto que em muitos casos, o processo de escrita da História é carregado de interferências e complexidades. Antes de tudo, entender como fisionomias e práticas foram reproduzidas em seu decorrer e que delineamentos foram propiciados, é essencial para refletir acerca de uma narrativa que foi e é almejada, em sua criação e/ou reconstrução, assim como os fatores que contribuem para as engrenagens desse objetivo.

Centralizando a questão no âmbito das funções da narrativa, Ginzburg (2002) pontua sobre as ambições referenciais presentes em um texto e coloca, sobretudo, que um discurso em sua maior parte evidencia a produção de necessidades, designadas com o fim de persuadir. Adotando esse entendimento, não há dúvida de que essa perspectiva construída também conduz formas de invalidar a voz do "outro", partindo do local de escrita e de afirmação do autor em relação ao que se fala.

Ainda segundo o historiador italiano, a potencialidade dos discursos em seus expedientes expressam concordâncias, mas também são capazes de contribuir em pontos de vistas opostos aos sujeitos; podendo ausentar ainda uma dimensão dialógica e levando intencionalmente ou não, a sublinhar supostas superioridades no que tange a alteridade.

Ao conferir essa posição do sujeito no discurso, funda-se hermeneuticamente aquilo que se faz "adequado", que qualifica o bárbaro, o subversivo, o incivilizado e aquele que, em contrapartida, está inserido em padrões pré-estabelecidos.

Para desempenhar essa função reprodutora de ideias, o texto ou mensagem induz a percepções, intitulado perfis memoráveis e dignos de celebração, quando se pensa em retratos compostos por uma memória oficial, que muitas vezes promoveu o invisibilizar dos subordinados, ao primar por visões refinadas de um passado.

Entretanto, ao introduzir nesse caminho, preferências pedagógicas de se ler e interpretar esse passado, os usos da História acabam por cair em zonas cinzentas, por entre lacunas a serem preenchidas, podendo deixar de cumprir sua necessidade de comunicar e refletir sobre o fluxo e enigmas do tempo.

Isso coloca em realce a importância de concretizarmos novos alicerces, diferentes daqueles propostos pelos tradicionais, inquirindo “velhas identidades” e “prismas questionáveis” em meio às gramáticas, suas construções de sentidos e direcionamentos trazidos pelas relações de poder e dominação, construídas e naturalizadas.

Ao descortinar os ataques que desumanizaram grupos vistos como dissidentes diante do cotidiano de repressão e violência imposto pelos regimes ditatoriais chileno e brasileiro, submetemos esses episódios a um olhar crítico da realidade, em busca pela aptidão de evoluir democraticamente.

Mesmo com o fim da Ditadura nos países aqui apresentados, em paralelo ao otimismo e crença de que os erros ficaram no passado e não viriam a se repetir, observa-se construções discursivas que demonstram certo saudosismo, que tem marcado simbolicamente a atual conjuntura, como dado um fronteiroço na real compreensão e integração do conteúdo político do acontecimento.

A Literatura, em muitos momentos, age politicamente como aliada dessa causa, sob parágrafos que refletem tanto os excessos, quanto a narrativa polarizadora do “nós e eles”. É por intermédio dessa literatura engajada, que os enredos também podem versar como as subjetividades são tocadas no curso de eventos traumáticos, assumindo uma postura ética ao vislumbrar a travessia de lapsos temporais nebulosos e obscuros.

Das lições amplamente incorporadas no texto literário e da importância em reconhecer as diferenciações entre História e ficção literária, é pertinente assimilar a potência da verossimilhança, que contextualiza e contribui com outros olhares sobre pautas que requerem maior sensibilidade e tato.

Após uma sequência de eventos que atingiu a América Latina, expondo suas fragilidades enquanto território, a principal tarefa é trazer ao centro do debate importantes movimentos que impulsionem o fortalecimento da democracia e das instituições. É preciso ainda despontar que a narrativa conservadora que ganhou coro nos últimos anos, reverbera suas pautas não somente no Brasil, mas também em outros países latino-americanos, como o Chile.

Na prática, jogos políticos e suas relações também formulam e condicionam pertencimentos, lugares e associações. Nessa esteira, subjetividades são atingidas pelos mecanismos de decodificação de desigualdades e como validações são geradas na adoção de uma ótica. Para muito além da mera ilustração de acontecimentos históricos, imagens e leituras testemunham o experimento da tragédia e suas perdas irreparáveis, sobretudo no intento de reportar os impactos da arbitrariedade militar, suas marcas e repercussões.

Os planos e atos políticos e como esses são pensados diante de uma hiperbolização de retóricas conservadoras, enfatizando demandas que em muitos casos se refugiam nas modalidades morais, acabam por adiar transformações necessárias no âmbito social. Nesse ponto, considerar que valores democráticos devem nortear uma nação é imprescindível, contemplando os sinais da força política de um instrumento que energiza, mobiliza e assegura o fôlego de coletividades diversas e suas demandas, em um avanço contínuo pelos direitos e acessos a memória, entendendo que tratar sobre isso é, antes de tudo, plena responsabilidade cidadã.

Ao interpretar o cenário das crises em perspectiva e a cadência de suas pautas e consequências, percebe-se que vivemos sob um sistema em que o equilíbrio organizacional muitas vezes está fadado a uma subsistência efêmera e dubitável, em decorrência de um descompromisso com a agenda pública e suas urgências, não garantindo assim, as ações que sanariam quaisquer disfunções estruturais.

As narrativas literárias aqui postas reúnem não somente ficções e reflexões do imaginário, mas compõem um arsenal de ideias sobre os conflitos sociais e políticos de uma conjuntura que ainda reverbera o infortúnio de suas chagas. É nessa façanha de instigar percepções, descerrar portas e suscitar conexões, que algumas sensibilidades são tocadas, essencialmente com relação àquilo que foi represado e silenciado. Em consonância a isso, também são alcançados instrumentos de resistência e celebração à memória por meio dessa conversa dos textos com a historiografia, compondo um espaço preciso, livre e fértil para a ampliação de conhecimento e expectativa de panoramas urgentes.

O acesso à produções que visem não apenas a criação de uma fuga da realidade, mas versam pela verossimilhança do que fora experimentado no tormento de anos de truculência e repressão, rompe com o isolamento da dor (proveniente de um ambiente hostil e atroz), oportunizando uma retomada simbólica ao testemunho. O represamento de vozes e relatos abre lacunas na temporalidade e espacialidade dos eventos traumáticos retratados, considerando seus impactos e permanências.

A inquietação contínua que carrego pelo tema se dá pelo fenômeno sociopsicológico do trauma e ferida na memória, que implicam em nossas assimilações e experiências enquanto sujeitos políticos.

O silêncio é a figura mais consistente, profunda e indigesta do trauma, e deriva da inseparável dor e perturbação que compõem a sensação de desamparo, resultante da constante rememoração da violência experimentada em eventos inundados por caos e catástrofe. O silêncio aqui aludido, se faz retrato da ferida tangente na memória. As portas que se abrem para as urgências do testemunho operam uma mensuração não somente estética e antropológica, mas psicológica e social.

4. Considerações finais

Com o intuito de fundamentar aportes finais para esse estudo, vale enfatizar a relevante contribuição do fazer literário, que em muitos casos, pode contribuir com relatos testemunhais em seus escritos, visando despertar criticidade com relação a eventos históricos, como os que aqui são citados ao longo do texto.

Apreensivo a complexidade dos últimos anos e suas contínuas transformações, os quais demonstraram forte presença de movimentos conservadores, mais do que nunca se faz importante, o acesso aos dados de uma memória com relação a eventos traumáticos, como experiências ditatoriais, demonstrando atenção e urgência, principalmente em virtude do discurso negacionista que ronda a sociedade brasileira.

Por entre as obras visitadas, seus autores e teóricos supracitados, é perceptível a relação que a Literatura assume ao instigar olhares por meio de suas possibilidades de escrita. Atraído por técnicas metafóricas e outras figuras de linguagem, o leitor acessa um universo, que em muitos casos, pode demonstrar preocupações em propiciar diagnósticos sobre os desafios impostos à realidade democrática na história recente de alguns países latino-americanos.

Em suma, na contramão de qualquer discurso que tenha o intuito de figurar exclusões de eventos relacionados à história recente da América Latina, e que propagam argumentos que conduzem ao negacionismo, este trabalho buscou abordar, ainda que brevemente, questões que se referem ao papel significativo que a Literatura pode estabelecer ao dialogar com a narrativa historiográfica, primando em assumir uma postura voltada a luta pela democracia (e a aplicação de seus princípios no âmbito social e político), nas elaborações que aqui são desenvolvidas.

Seguindo essas premissas, ao impulsionar sensibilidades e fomentar reflexões críticas sobre o contexto de ditaduras que marcaram profundamente vários países, as produções artísticas e literárias aqui apresentadas não se mostraram indiferentes, atuando como instrumentos de extrema valia para compor análises desses quadros de repressão.

Enfatizando o embate entre forças presentes nesse jogo de poder, Ginzburg (2002) colaborou com esse debate, ao argumentar acerca do fato de que muitas práticas e discursos estão forjados por significados simbólicos atribuídos, e pautados em uma justaposição de

elementos caracterizados por visões hierárquicas, as quais podem conduzir pareceres excludentes.

As categorias cognitivas que dispomos hoje devem estar embasadas, sobretudo em uma multiplicidade, evocando novos elementos e participações, contemplando suas particularidades e a obviedade não-heterogêneas das dimensões do passado.

Em absoluto, não há nesse estudo anseios em apresentar a totalidade de um debate, visto que isso necessita de um amplo levantamento e pesquisa. Sem embargo, viso pontuar reflexões, que possibilitem a expansão de assimilações sobre sua pertinência e necessária problematização.

Como foi abordado ao longo desse texto, tendo por base uma discussão preliminar, a proposição aqui concebida demonstra a importância de indagações necessárias para a construção de um saber historiográfico livre de amarras e investidas negacionistas. Certamente, os direcionamentos teórico-metodológicos enredados com a ampliação de perspectivas, viabilizam valiosos ensaios com potenciais reflexivos em relação ao que foi introduzido anteriormente pela história oficial sobre determinadas temáticas, posto que algumas delas indicam apenas uma parcialidade das discussões, enfatizando alguns aspectos enquanto outros são negligenciados.

Com efeito, ao materializar a aspiração em trazer respostas que tiveram seu acesso obstruído pela ação repressiva, há um longo trabalho de apuração que consiste na escuta de lados jamais acessados, assumindo uma postura de inconformismo com esse viés ocultado pela influência daqueles que detinham o poder de censura.

A partir do que foi aludido em linhas anteriores, é crível que a preocupação metodológica própria da História (que nas últimas décadas têm investido esforços em se atentar às problemáticas que estão para além do que se faz à superfície), tem por prioridade a incorporação de novos testemunhos às narrativas, que rompam com o caráter unitário adotado. Não se trata, todavia, em negar o que foi atribuído, mas trazer à tona uma maior diversidade de relatos e experiências, reintegrando o som de vozes outrora silenciadas e viabilizando ao leitor, uma consciência de complexas ocasiões gestadas pelas relações de poder.

Nessa linha, enveredando caminhos que possam ir além de um pensamento contemplativo, as produções literárias que problematizam esse universo, enfatizam um caráter político, que podem assumir ao figurar em meio a recursos linguísticos e experimentações,

um mergulho por entre os processos históricos, acrescentando vertentes reflexivas sobre o que ficou inenarrável em meio às atrocidades praticadas pelos regimes ditatoriais latino-americanos.

Ao que se refere a minha experiência com a pesquisa aqui proposta e o diálogo com os teóricos e suas reflexões, é demonstrada a necessidade de um cuidado metodológico, essencialmente acerca dos impactos discursivos de um contexto e as perspectivas a ele atribuídas, seja ao ser noticiado ou integrado ao debate acadêmico. Evidentemente, a problemática que aqui se discorre não se resolve com o breve estudo que desponto na escrita desta dissertação, ciente da complexidade da temática e da longa discussão que esta proporciona. Levo em consideração que o objeto me instiga grandes inquietações, principalmente em virtude dos últimos acontecimentos na realidade política nacional e das investidas de setores conservadores da sociedade contra o conhecimento histórico, científico e cultural.

Me adentro nessa discussão como um pesquisador que almeja uma compreensão crítica sobre as influências dos processos históricos, levando em consideração as implicações das negociações entre os personagens presentes no jogo político e ideológico, sem esquecer as omissões e consequências dessa trama, ao refletir sobre as existências que foram ceifadas e os apagamentos que irrefutavelmente foram realizados.

Paralelo a esse despertar para uma história das sensibilidades, considero salutar a observância dos sentidos que foram trazidos ao retratar relações, assim como à emergência em pensar as ausências de narrativas próprias de determinadas categorias. A relevância de diferentes olhares também pode ser vista como uma garantia de sobrevivência à memória, formatando atos de resistência em meio a atividades de manipulações conceituais, que convencionalmente podem permear nossas vivências e imaginários.

Antes de tudo, ao propiciar novas formas de solidarizar com as dores, disseminando informações sobre experiências traumáticas, como as ditaduras do século XX, além de outras narrativas possíveis, também se estabelecem distintas reflexões sobre a relação da sociedade com o conceito de democracia e como entendemos e defendemos esse princípio.

Ao observar as conjunturas latino-americanas e como ocorreu a atuação dos campos internos e externos, que sistematizaram as investidas em cenários repressivos, oriundos da Doutrina de Segurança Nacional e que embasaram os governos militares, essa análise é

fundamental para atentar às consequências, essencialmente ao visualizar que características ganham permanência no imaginário social e no pensamento político da sociedade.

Devemos dispor então de alguns questionamentos, entre esses, quais narrativas acessamos e como elas ganharam espaços privilegiados no âmbito da referência e reflexão e, similarmente, como ocorre o exercício da crítica, apreendendo seu vigor e impacto, e qual autoridade é conferida a essa.

Entendendo o local da História e suas representações e como essa foi perpassada por um colar de significados com identidades impostas e formulações práticas, que muitas vezes foram conduzidas pelo discurso hegemônico, é imprescindível enxergar a atuação de novas metodologias neste campo, mediado em pesquisas, análises e propósitos, que visam a desconstrução de certezas e padrões generalizados por essas estruturas de outrora.

Os registros, sejam esses históricos, jornalísticos ou literários, não são neutros em suas composições. Ao analisar elementos por uma leitura mais atenta, é observável alguns horizontes implícitos, com finalidades demarcadas e efeitos agregados por esses sujeitos da enunciação, autores desses recursos.

Na especificidade do campo artístico e suas variadas vertentes, o grito subversivo também se fez ecoar pela Arte e Literatura, retratando formas de resistência, com possibilidades em documentar, ainda que metaforicamente, um contexto.

Por excelência, ao evocar o sensível e seus modos de tocar sua audiência através de seus textos, a Literatura faz ascender a pluralidade de sentidos, ao representar tanto as ausências montadas, quanto os significados políticos e sociais; e quais fatores são fornecidos para consolidar doutrinas, versões e suas alteridades.

Entre os dilemas contemporâneos e suas complicações, está o negacionismo, que insistentemente eleva as tentativas de perdas dos referenciais e panos de fundo, mobilizando ideologias, na busca por favorecer narrativas que geram identificações dentro do campo político. Na tentativa de categorizar “sujeitos dignos de representação e representatividade”, são apresentadas esferas de conexão, que antes de tudo, garantem relevância e pertinência ao que é dito e por quem é dito. No que concerne a isso, Bourdieu (2006) assimila que:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes),

para a integração fictícia da sociedade e do seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Esse efeito ideológico, produz a cultura dominante, dissimulando a função da divisão na função de comunicação: a cultura une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2006, p. 11)

Ao passo que se inscrevem tons críticos aos conceitos e práticas, se reafirmam, de certo modo, formas diversas de repensar o conhecimento, bem como a sistematização e produção de ideias. Em atenção ao fato de que esse processo é uma construção, o historiador deve estar a par de inquietações que surgem em seu lugar de pesquisador, esquivando-se de um olhar de afastamento (que sintetiza objetos, cenários e propostas) diante de questões amplas na sociedade. Outrossim, não se arquiteta um saber que contemple o todo, encerrando possíveis discussões e vias de problematização.

Nesse sentido, os traços presentes nas abordagens iniciais de uma narrativa que oriente o olhar para chaves interpretativas, ganham relevo e conferem amplitude em interpretar relações políticas e sociais, auxiliando na construção de imagens dos personagens para o leitor, bem como na relevância de figuras e espaços que dinamizam diálogos e percepções, em face de sua introdução no imaginário, que constitui o desenvolvimento de um universo cultural em tecidos produzidos por um ateliê de ideias e redes possíveis que se espalham, fincando-se na sociedade.

Na consagração de um quadro de demandas em “oposição a instalação de um suposto comunismo” na América Latina, encaminha-se o intento em validar tensões integrantes de uma engrenagem que, também sustentada por um caráter de encenação, busca versar com verossimilhança a necessidade dessas interferências.

Construindo um grau de confiabilidade, estabilizando a importância de personagens ao contexto inserido, e alegando precisão e suposta coerência ao argumento, a difusão das ideias produzem um legado por meio da inserção de referenciais ao imaginário, ilustrando "vilões" e "heróis", "normais" e "subversivos". Essa constelação de conceitos que repercutiu fontes e hipóteses para trazer materialidade a essa generalização, comporta implicações políticas e retóricas de determinados fatos históricos e como versões disponíveis sobre estes, foram suporte para processos de transição ao autoritarismo.

Em uma narrativa, muitos aspectos se tornam motores essenciais a esse jogo de influências, como a munção de teorias conspiratórias, ilusões, delírios, interesses e a incorporação de estilos e racionalidades ao dito. Esse modelo de controle costura ângulos e configura significados, gerando uma estrutura imagética, que parte de ideias pré-concebidas. Assim se constituem manobras para a sustentação de argumentos que nutrem fenômenos autoritários e suas perspectivas limitantes e/ou reducionistas, no percurso a uma ascensão ao poder, fomentada por intencionalidades e impulso de registros seletivos.

Igualmente necessário é o debate trazido por Quijano (2005), que observa as codificações das diferenças e como essas são postas pelo colonialismo em suas aspirações, conduzindo assimilações das modelagens, objetivando durabilidade e estabilidade ao que é formatado racionalmente.

Na busca por maneiras de outorgar estruturas de controle de trabalho e identidades históricas, validando pertencimentos e padrões, a experiência latino-americana é atravessada por ordens conjuntas que articulam distribuições dessas formas de manipulação, segundo um capitalismo eurocentrado, que difunde perspectivas particularmente coloniais, com investidas de narrativas situacionistas ou protecionistas.

Os usos míticos de trajetórias que qualificam feitos dos "grandes", se vinculam a categorias valorativas que devem orientar os sistemas de referência. Contudo, aberto ao entendimento de outras subjetividades e apreensões quanto às mudanças históricas, se redimensionam conceitos e leituras de existências, tal como pontua Quijano:

Com efeito, as novas práticas sociais implicadas no padrão de poder mundial, capitalista, a concentração do capital e dos assalariados, o novo mercado de capital, tudo isso associado à nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história, à centralidade da questão da mudança histórica nessa perspectiva, como experiência e como ideia, requerem, necessariamente, a dessacralização das hierarquias e das autoridades tanto na dimensão material das relações sociais como em intersubjetividade: a dessacralização, a mudança ou dismantelamento das correspondentes estruturas e instituições. A individualização das pessoas só adquire seu sentido nesse contexto, a necessidade de um foro próprio para pensar, para duvidar, para decidir; a liberdade individual, em suma, contra as adscrições sociais fixadas e em consequência a necessidade de igualdade social entre os indivíduos. (QUIJANO, 2005, p.125)

O significado subjetivo atribuído à experiência ditatorial está atravessado por locais sociais e políticos, que flexibilizam modos de perceber e interpretar a modelagem da estrutura

estatal desses anos, que impactaram os pilares das democracias, suprimindo liberdades e garantias fundamentais.

Apesar da impossibilidade de compensação das vidas perdidas e violadas pela repressão, que categorizou dissidentes sob o controle de condutas e subjetividades, permanece o fato de que regimes ditatoriais atuaram durante décadas (e que em muitos casos, de forma coordenada). Estes, não podem ser negados por articulações retóricas que visem minimizar sua mancha constante na cena latino-americana.

Com esse estudo, não há intenção em extrair um perfil geral das instituições e suas respectivas dinâmicas. Entretanto, buscou-se ressaltar como a especificidade de uma retórica anticomunista atrelou diversos segmentos, enunciando ao máximo, uma constelação de significados negativos aos ditos subversivos. Ainda por meio deste, não se propõe encerrar tais discussões no terreno da interpretação literária, mas compreender como a Literatura pode estar conectada com as demais áreas do conhecimento, inscrevendo parcialmente ou integralmente, questões pertinentes ao debate social, transmitindo apreciações necessárias.

Combativas ao esquecimento conveniente, obras como *Noturno do Chile*, do escritor chileno Roberto Bolaño e *Quarup*, de Antônio Callado, encenam contornos que abordam as transformações impulsionadas por pretextos contrários ao que se faziam e fazem pertinentes às lutas sociais.

Concluindo, ao oportunizar novas possibilidades analíticas, que confrontam narrativas ideológicas limitantes e/ou negacionistas, se tem seguramente um caminho para tecer rígidas críticas às violências implantadas em solo latino-americano, durante os anos aqui sinalizados, sendo isso, antes de tudo um ato de reivindicação.

Para tanto, é relevante ponderar sob quais enfoques esses sujeitos foram percebidos nos ardis períodos que marcaram as experiências ditatoriais, principalmente em sua versão mais perversa. Ao propor releituras dos traumas pela perspectiva literária, primo em verificar como algumas produções estavam e estão atentas aos diagnósticos de um cenário de crise nas democracias latino-americanas, que sofreram pela expansão significativa de violências institucionais.

Perante as facetas que operam o negacionismo das experiências ditatoriais e em outra via, a luta pelo direito à memória, é formado um complexo campo de disputas de narrativas, que visam ocupar o seu local na História, sobretudo no Brasil, em que nos últimos anos, se constata exaltações ao regime militar e pedidos de fechamentos de importantes instituições

democráticas para o país. Essas opugnações, são emitidas por pequenos grupos que desconsideram a importância da participação de entidades inestimáveis, para a solidificação de pilares por uma sociedade mais justa e igualitária.

Por esse ângulo, irrompe a necessidade em perceber particularidades e retóricas que contribuíram para a formação desse panorama, bem como foi articulado, pautando panos de fundo e como as redes de apoio ao golpe em 1964 no Brasil e em 1973, no Chile, propiciaram os deslocamentos de sentido que construíram quem seriam os "inimigos do Estado".

A pertinência em fomentar tais discussões acerca da História e memória de períodos traumáticos, como os que aqui estão elencados, visa transpor os entraves impostos ao testemunho (os quais dificultaram sua inserção na agenda pública durante anos) e à identidades antes violentadas, na aspiração pelo acesso a realidades e feridas outrora apagadas.

REFERÊNCIAS

A literatura latino- americana do século XXI/ organização Beatriz Resende. – Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: **O que resta da ditadura : a exceção brasileira** / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.).- São Paulo : Boitempo, p. 207-236, 2010.

ARMANI, Carlos Henrique. **História intelectual e redes contextuais.** / Carlos Henrique Armani. Anos 90. Porto Alegre, v.20, n.37, p.137-150, jul.2013.

Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: nunca mais.** São Paulo: Ed. Vozes, 2009.

AVELAR, Alexandre de Sá. **História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação.** In: Revista Maracanan, n.8, p. 29-57, 2012.

BENTIVOGLIO, Julio. **História e Hermenêutica: A compreensão como um fundamento do método histórico – Percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos/** Julio Bentivoglio. In: OPSIS, vol. 7, n.9, jul-dez, 2007.

BOLAÑO, Roberto. **Noturno do Chile/** Roberto Bolaño: Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre, 1930 – 2002. **O poder simbólico/** Pierre Bourdieu: tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 9º Ed. – Rio de Janeiro; Betrand Brasil, 2006

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?/** Judith Butler; tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. – 5º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALLADO, Antonio, 1917 – **Quarup: romance/** Antonio Callado – 12º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** – 5º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Catástrofe e representação. Ensaios / Arthur Nestrovski, Márcio Seligmann-Silva (orgs.) – São Paulo: Escuta, 2000.

CERTEAU, Michel de, 1925-1986. **A escrita da História/** Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

COELHO, Myrna. **Tortura e suplício, ditadura e violência.** / Myrna Coelho. In: Lutas Sociais, São Paulo, vol.18, n.32, p.148-162,

DA SILVA, Rogério Chaves. Matriz disciplinar de Jörn Rusen: uma reflexão sobre os princípios do conhecimento humano. In: **Outros Tempos** Volume 8, número 11, 2011 - Dossiê História e Literatura.

DE MARCO, Valéria. **A literatura de testemunho e a violência do Estado**. In: Lua Nova, n.6, 2004, p. 45-68.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade: Memórias da ditadura militar brasileira**. – Brasília: MinC/ IBRAIM, 2011.

Ditadura Militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho/ organização Maria Paula Araújo, Isabel Pimentel da Silva, Deisiree dos Reis Santos - 1.ed. - Rio de Janeiro: Ponteio

DOSSE, François, 1950-. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate di sentido/** François Dosse; tradução Ivone Castilho Beneditti. – São Paulo, Editora UNESP, 2001.

ELMIR, Claudio Pereira. O enredo como categoria e métodos de análise. In: **Historia e narrativa. A ciência e a arte da escrita/** Jurandir Malerba, (organizador) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FICO. Carlos. **Como eles agiam./** Carlos Fico. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. In: Varia Historia, vol. 28, n. 47, p.43-59, 2012.

FON FILHO, Aton. **A repressão militar-policia no Brasil: o livro chamado João**. / Aton Fon Filho., et al. - -1.ed. - - São Paulo. Expressão Popular, 2016.

FOUCAULT, Michel, 1926-194, **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/** Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014. – (Leituras filosóficas)

_____. **Microfísica do poder/** Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 25.ed. – São Paulo: Graal, 2012.

GALEANO, Eduardo H., 1940-. **As veias abertas da América Latina/** Eduardo Galeano; tradução de Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: **O que resta da ditadura : a exceção brasileira /** Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, p.133-149, 2010.

GNEECO, Cristóbal. **"Escavando" arqueologias alternativas./**Cristóbal Gneeco. In: Revista de Arqueologia. Volume 25 - n.2: 08-22 - 2012.

GRISOLIO, Lilian Marta. A Ameaça Vermelha: o perigo da infiltração comunista na América Latina. In: **Estado, Poder e Violência na América Latina./** organização de Lilian Marta Grisolio, Beatriz Carolina Crisorio - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**/ Stuart Hall; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira – Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016. 260 p.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**/ Byung-Chul Han; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: **O que resta da ditadura : a exceção brasileira** / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, p. 123-132, 2010.

KOLLERITZ, Fernando. **Testemunho, juízo político e história**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.73-100, 2004

KOSELLECK, Reinhart, 1923- 2006. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos/ Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

MENDES, Clécio Ferreira. **Ideologia e Poder: a DINA e a repressão na ditadura do General Augusto Pinochet**. / Clécio Ferreira Mendes. Artigo publicado no XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013 Disponível em: 21/07/2017.:<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371325378_ARQUIVO_IDEOLOGIAEPODERNADITADURACHILENAANPUH.pdf>

MUNSLOW, Alan, 1947. **Desconstruindo a História**. / Alan Munslow: tradução de Renata Gapar Nascimento - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Novos domínios da História/ Organizadores Ciro Flamarion Cardoso; Rodrigo Vainfas. - Rio de Janeiro, Elseiver, 2012.

ORIANI, Angélica Pall. **Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 316-338, set./ dez. 2017.

PASSOS DE MELO, Rafael. **Patrulhamento e Segurança Nacional: Sob a ótica da vigilância em Noturno do Chile**/ Rafael Passos de Melo. - 2017. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2017.

PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas Vazias? Uma abordagem da narrativa brasileira dos anos 1970**/ Tânia Pellegrini. UNICAMP: Campinas, 1987.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2010-2012)**. /Mateus Henrique de Faria Pereira. Varia História, Belo Horizonte, vol. 31, n.57, p. 863-902, set./dez. 2015.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1991, p. 200-212.

PORTELA, Camila da Silva. **Entre a cruz e o fuzil: análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão**/ Camila da Silva Portela. Dissertação - Pós-Graduação em História (PPGHIS), Universidade Federal do Maranhão. – São Luís, 2015.

POLICZER, Pablo. **A Polícia e a Política de Informações durante o governo Pinochet**. / Pablo Policzer. 1998. Disponível em: /Pablo Policzer. Disponível em 21/07/2017: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2076/1215>

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina**/ Aníbal Quijano. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

REIS, José Carlos. **Teoria e História: o tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**/ José Carlos Reis. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p.135-166.

RIGONATI, Denise Trugilho. **Ditadura militar no Brasil: história, memória, trauma e gênero**. / Denise Trugilho Rigonati. In: Estado, poder e violência na América Latina/ organização de Lilian Marta Grisolio, Beatriz Carolina Crisorio - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2017.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. / Paul Ricoeur; tradução Claudia Berliner: revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar: introdução Hélio Sales Gentil. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIVERA, Tania. **Ensaio sobre arte e testemunho: Rodrigo Braga e a invenção da experiência**. / Tania Rivera. In: Psicologia USP, vol. 27, n.1 p. 41-48, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história Fundamentos da ciência histórica**/ Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SACRAMENTO, Igor. **A era da testemunha: uma história do presente**. In: Revista de História da Mídia. vol.7, n. 1, jan./jun.2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. In: Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, 2008, p.65-82.

SONTAG, Susan, 1933-.**Sobre fotografia**. / Susan Sontag: tradução Rubens Figueiredo. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____, 1933-. **Diante da dor dos outros**/ Susan Sontag: Rubens Figueiredo São Paulo: Companhia das Letras, 200.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**/ Peter Winn; [tradução de Magda Lopes]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ANEXOS



Anexo 01 — Salvador Allende e o General Augusto Pinochet, em um registro que marca a insana articulação pelo golpe de Estado contra o então presidente. Conhecida como "A Alta Traição", essa imagem representa os passos iniciais de um complexo momento para a história do país e também para a América Latina. / Imagem: Arquivo da Biblioteca Nacional Chilena.



Anexo 02 — Cerimônia de nomeação de Pinochet como comandante-chefe do Exército pelo presidente chileno Salvador Allende. / Imagem: AFP.



Anexo 03 — João Goulart, então presidente do Brasil em Comício que reuniu uma multidão no dia 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, na Praça da República, em ato popular por reformas de base. / Imagem: Arquivo Nacional / Reprodução: Correio da Manhã.


MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONFIDENCIAL

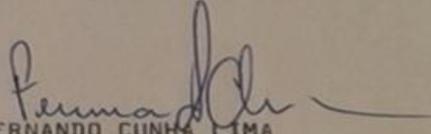
DE/ASI/DRT/MA/Nº 29 /76. Em 10 de março de 1976.

Do Delegado Regional do Trabalho no Estado do Maranhão.
Ao Sr. Dr. Francisco Florismar de Almeida, DD. Delegado da DOPS.
Assunto Faz solicitação.

Senhor Delegado:

Reiterando a solicitação feita por esta DRT no ofício ASI/DRT/MA/Nº 221/75, de 31.12.75, agradecerei, com o presente, suas providências no sentido de informar a esta Regional o resultado das sindicâncias efetuadas por essa Delegacia no que diz respeito à Diocese de Viana, acusada de vir atuando nos municípios circunvizinhos de Santa Luzia e Santa Inês, com fins esquerdistas, para o fim de ser atendido expediente urgente de nossa DSI/MTb.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Sª os protestos de estima e consideração.


FERNANDO CUNHA LIMA
DELEGADO REGIONAL

Proc. DRM - 07404/75
MLP/.

Anexo 04 — Solicitação de providências quanto a atuação da Diocese de Viana em municípios circunvizinhos com fins "esquerdistas" (de 10 de março 1976). / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.

CONFIDENCIAL

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEN POLÍTICA E SOCIAL

060/SI/DOPS/MA/76 São Luís, 11 de março de 1976.

Senhor Delegado

Senhor Delegado,

Em atendimento à solicitação de V.Sª., contida no ofício ASI/DRT/MA/Nº 221/75, datado de 31 de dezembro de 1975, temos a informar que, segundo apuramos, são verdadeiras as afirmativas a respeito do que consta na DSI/MTb, a respeito da Diocese de Viana/MA.

Com relação ao Sr. JOÃO GOURAIA, Presidente do Sindicato Rural de Viana/MA., temos a esclarecer que em nossos arquivos não consta registro sobre o mesmo.

Na oportunidade apresentamos-lhe os nossos protestos de consideração e apreço.

Dr. Francisco Florismar de Almeida.
Delegado da DOPS/MA.

FERNANDO LIMA LIMA
DELEGADO REGIONAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO
SIGILO DESTA DOCUMENTO.
(Art. 6º Dec. nº 60.417/67 - Requisito para
Salvaguarda de assuntos sigilosos)

.....
Ilmº. Sr.
Delegado Regional do Trabalho no Estado do Maranhão.
Local.

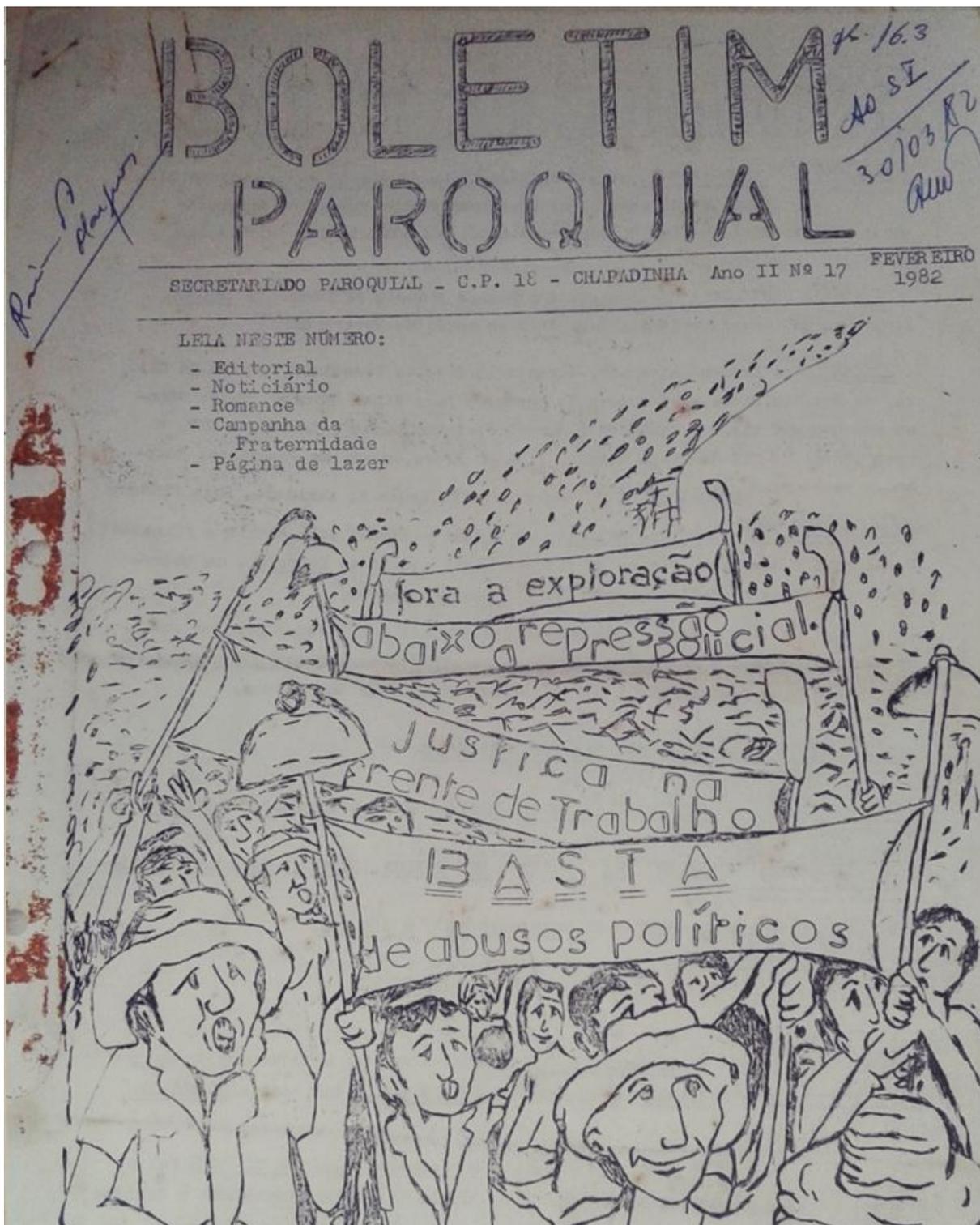
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

202.062.0

47

Anexo 05 — Ofício da DOPS/MA sobre as afirmativas da Diocese de Viana/MA. (11 de março de 1976.). / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.



Anexo 06 — Boletim paroquial de Chapadina, em Fevereiro de 1982, sinalizando contra a repressão policial e abusos políticos. / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.

PROTESTANTISMO e nossa fé católica

Cristo falou: "assim como tu, ó Pai, estás em mim e Eu em Ti, também eles sejam um em nós" (Jo, 17, 21)

Cristo rezou para que todos os seus discípulos formassem um só rebanho aos cuidados de um só Pastor.

Mas, desde o tempo dos Apóstolos, houve pessoas que se colocaram contra a doutrina dos apóstolos, formando outras igrejas que se autoproclamavam as únicas e verdadeiras igrejas de Jesus Cristo. Nos últimos quatro séculos, depois que Martinho Lutero introduziu a livre interpretação da Bíblia, o número das igrejas dissidentes da católica é superior a mil.

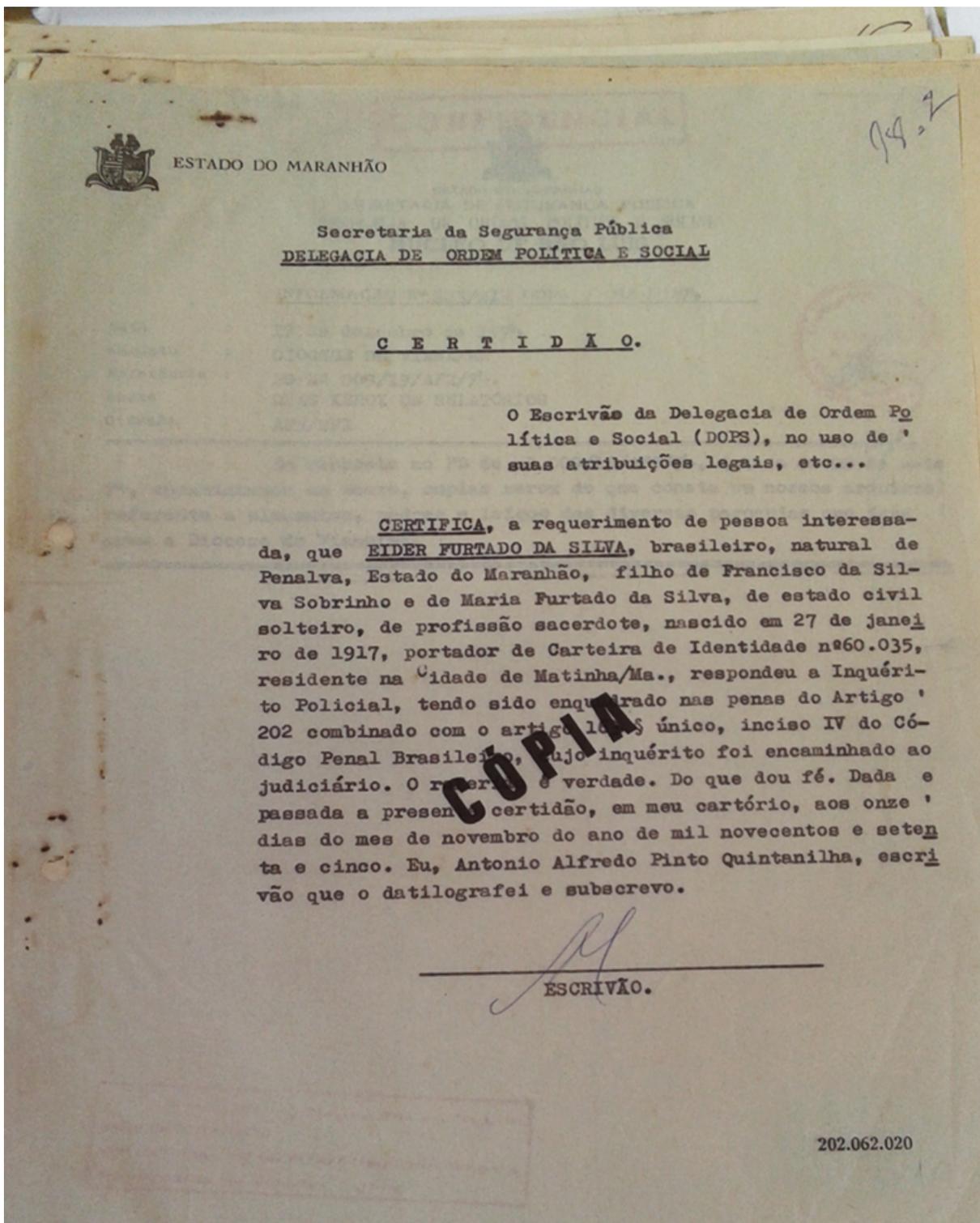
I - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROTESTANTISMO:

- a) - atitude de agradar a Deus.
Podemos dizer que há entre os nossos irmãos verdadeiros seguidores do Evangelho. Muitos estarão nas igrejas separadas com boa fé.
- b) - divisionismo: a título de curiosidade, vejamos o nome de algumas igrejas protestantes: Luteranos, Calvinistas, Anglicanos, Anabatistas, Metodistas, Batistas regulares, Batistas reformados, Batistas do 7º dia, Batistas de comunhão livre, Batistas da igreja de Deus, Adventistas, Antinomistas, Trinitários, Episcopalianos, Presbiterianos, Quakers ou Tremedores, Unitários, Metodistas livres, Metodistas primitivos, Metodistas ocidentais, Metodistas independentes, Metodistas da Nova Jerusalém, Metodistas reformados, Metodistas da união evangélica, Mórmons, Milenários, Sincretianos, Sinerbianos, Puritanos, Congregacionistas, Mergulhadores, Oleiros, Conformistas, Irmãos da Fé Abrâmica, Testemunhas de Jeová, Restitucionistas, Adventistas da idade vindoura, Adventistas da bendita esperança, Adventistas do 7º dia, Pentecostais, Igreja do Evangelho pleno, Igreja da santidade pentecostal, Evangelistas Quatro quadrados, Assembleias de Deus Concílio Geral, Igreja do Cristo quadrangular, etc, etc, etc.
- c) - Puritanismo exagerado. O puritanismo é uma tendência para o rigorismo, para cumprir a letra determinados proceitos e tirar daí a satisfação duma salvação concedida a poucos. O puritanismo é uma atitude de origem norte-americana como reação ao relaxamento moral dos costumes tradicionais. Assim, as igrejas protestantes condenam o cigarro, o futebol, o vinho, a dança. E o mais interessante é pretender justificar tudo isto pela Bíblia.
- d) - Anti-ecumenismo. O Concílio Vat. II orientou os católicos, com firmeza, a deixar o caminho da luta contra os que não professam a fé católica e a procurar através do diálogo e da oração a aproximação promissora da unidade. Entre nós, continua a velha tradição duma total separação. Os protestantes são crentes e os católicos condenados. O dizimo exigido pelas comunidades protestantes é uma partilha e os espedidos dos católicos é um roubo. Os protestantes sabem Bíblia e os católicos, mesmo sacerdotes, não sabem nada. Incrível!

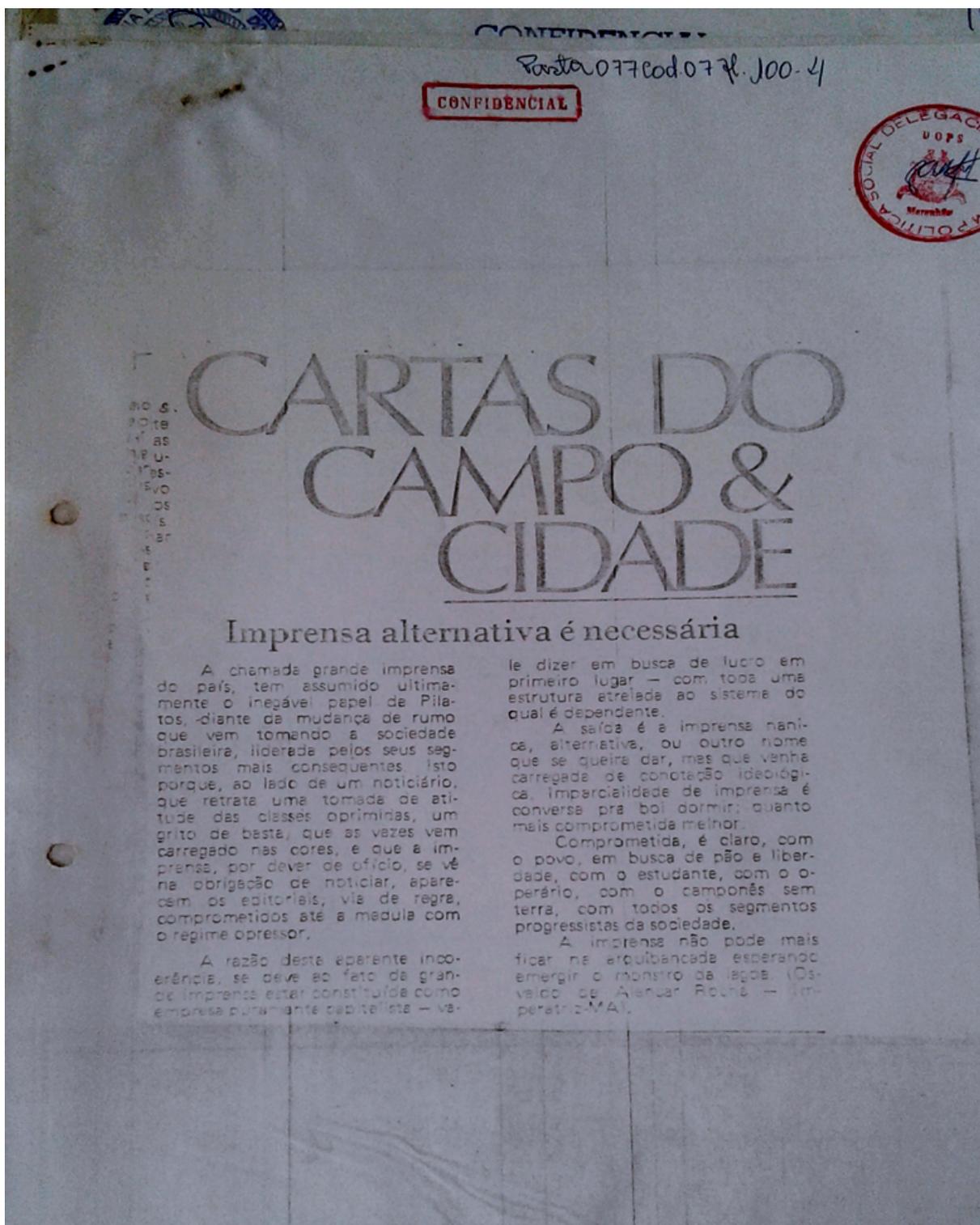
II - ATAQUES À IGREJA CATÓLICA:

Nem todas as igrejas protestantes são assim. Mas há igrejas que recorrem a ofensas caluniosas para salientar a verdade e a santidade do seu grupo. Vejamos:

- 1- OFENSAS CALUNIOSAS: (noutro mês explicaremos cada uma)
 - a Bíblia dos católicos não é verdadeira
 - os católicos adoram as imagens
 - os católicos adoram os santos e Nossa senhora.
 - os católicos são gente condenada.
- 2) DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS
 - a salvação é pela fé, é dom divino, dizem os protestantes dizem os católicos: a salvação é dom gratuito de Deus que pede resposta generosa e livre do homem. Salvação é diálogo em que D. toma a iniciativa e acompanha o homem com sua graça para ele poder corresponder.



Anexo 09 — Ofício confidencial da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Maranhão cita a atuação da Diocese de Viana em trabalhos de conscientização de lavradores "com fins esquerdistas", em temas abordados pelos padres. / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.



Anexo 10 — Texto "Cartas do Campo e da cidade" que reporta a importância e necessidade da imprensa alternativa anexado a Ofício da DOPS. / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.

Polícia Militar do Maranhão
PM/2 - EMG - 2ª SEÇÃO

São Luís, Ma. 18 / Mai, 77

1 - ASSUNTO JOSÉ TRIBUZI PINHEIRO GOMES (BANDEIRA TRIBUZZI)
2 - ORIGEM PM2/PMMA
3 - DIFUSÃO GUS1 + DOPS + SREF + CP + ARQ
4 - REFERÊNCIA _____
5 - ANEXO _____

PEDIDO DE BUSCA Nº 041/77-PM2/PMMA

1. DADOS CONHECIDOS:

Pela leitura diária dos jornais, nota-se a disposição de grande número de pessoas em colaborar com as festividades do CINQUENTENÁRIO do poeta BANDEIRA TRIBUZZI, a realizar-se no dia 28 do corrente mes e ano, nesta Capital.

- A cobertura pelos Órgãos de Imprensa é total, atzaindo até mesmo personalidades de vulto nacional para as comemorações.
- Esta AI tem um grande número de recortes dos jornais da cidade sobre o poeta epigrafado fichado nesta Agência, por ter sido envolvido em campanha para a legalização do PARTIDO COMUNISTA, o qual respondeu em 1967, Inquérito Policial Militar na AUDITORIA DA 10ª REGIÃO MILITAR, cujo processo tomou o número 5/65, como incurso nas sanções do Art 11, letra "A", combinada com o Art 12, da Lei 1.802 de 05 Jan 53, pelo mesmo fato delituoso, apurado no presente Inquérito, como um dos Chefes do Partido Comunista em São Luís, o qual promoveu juntamente com MARIA JOSÉ ARAGÃO, a realização de "Cursos Básicos", onde manifestou aulas da Doutrina Comunista, nas quais eram pregadas a Subversão da Ordem Política e Social, com a finalidade de estabelecer uma ditadura da classe proletária, bem como reorganizou, outrossim, o Partido Comunista, em São Luís, juntamente com MARIA JOSÉ ARAGÃO, ponde-o em funcionamento EFETIVO, além de, ter promovido campanha para a legalização do Partido Comunista.

2. DADOS SOLICITADOS:

- a) O que constar sobre o poeta BANDEIRA TRIBUZZI, tanto das festividades do CINQUENTENÁRIO, como das suas mais recentes ideologia política e social, por ventura exista nesse O I.
- b) Outros dados julgados úteis.

CONFIDENCIAL

Qualquer pessoa que tomar conhecimento deste assunto fica responsável pelo sigilo

SIGILO

ART. 12 - DEC. 79 019/77 - RSAS

58

Democracia no Brasil

DMJ - 1

Anexo 11 — Ofício solicita busca de dados sobre o Poeta Bandeira Tribuzzi a respeito de possíveis subversões da ordem política. / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.

SITUAÇÃO CONFUSA



Depois de três anos de abandono, de uso e abuso dos lavradores em que prenderam, expulsaram e exploraram o homem da roça, sem o mínimo de respeito pelos direitos dele, agora tentam os políticos o namoro.

Enquanto a Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais metia gasolina e usava carros para transmitir mensagens de opressão... tudo estava bem. Enquanto o Sindicato podia ser usado, calado e manipulado... tudo na santa paz.

Quando o Sindicato começou a ser a voz do lavrador, quando não aceitou mais a voz enganosa de quem o dominava às escondidas... começou a perseguição.

O Presidente foi ameaçado de prisão e amedrontado.

Delegado Sindical foi ilegalmente preso e gravemente caluniado pelo deputado que afirmou, na Assembleia e nos jornais que ele tinha matado gado. Digam-nos onde e de quem era a vaca que António Odilon matou?!

Grupo de lavradores sócios foi abusivamente preso, amedrontado e humilhado (o de Formiga).

A lei da cerca é ambígua. O código de Posturas do Município parece entrar em contradição citando a lei geral (Código Civil, art. 588) e obrigando depois a cercar a roça (art. 156 do Código de Posturas).

Parece-nos perigoso mexer precipitadamente com costumes bem tradicionais.

Não é ao Sindicato que pertence interpretar a lei. Mas isso também não pertence aos políticos. É da competência do foro judicial.

A posição da Igreja de Chapadinha é de respeito pelas leis que, por sua vez, devem ser atualizadas às exigências da vida, tendo em vista sempre o bem comum.

Os agentes de pastoral da paróquia nunca incentivaram ninguém a fazer roça no aberto e, pelo contrário, pediram a todos que, quanto pudessem, deviam cercar suas roças. A postura do Município pode ser um dia abolida. Mas ainda não o foi.

Sabemos que em muitos lugares, este ano, o fogo devorou as madeiras. Onde vão os lavradores buscar paus?

Éis uma questão que deve ser estudada com carinho. Talvez tivesse requerido intervenção para ajuda. Quê resolvem as prisões e a força?

A questão levantada teve, pelo menos, o mérito de ter descoberto que havia um Código de Posturas no Município. E não temo o artigo 156. A autoridade administrativa, tão zelosa, no cumprimento do 156, esquece muitos outros artigos que ela não cumpre nem faz cumprir. Porquê isto? Porquê assim?

-Deputados do P.D.S. (A. Pontes e J. Alberto) defenderam, implicitamente um e explicitamente o outro, defenderam a vontade dos lavradores de fazer roça no aberto. Isto perante muitos sócios.

-No dia 16 de Novembro de 1981, a Câmara, através da voz de vários vereadores e perante mais de 3.000 lavradores tomou a posição de não ser contra a roça no aberto. "Quanto a roça no aberto, fica a critério do Presidente do Sindicato", afirmou o Presidente da Câmara (conferir livro das atas do Sindicato às folhas 88 a verso da 92).

Culpamos a Câmara e a cúpula do P.D.S. local pela grave desordem gerada no Município. A repressão policial só agravará o problema.

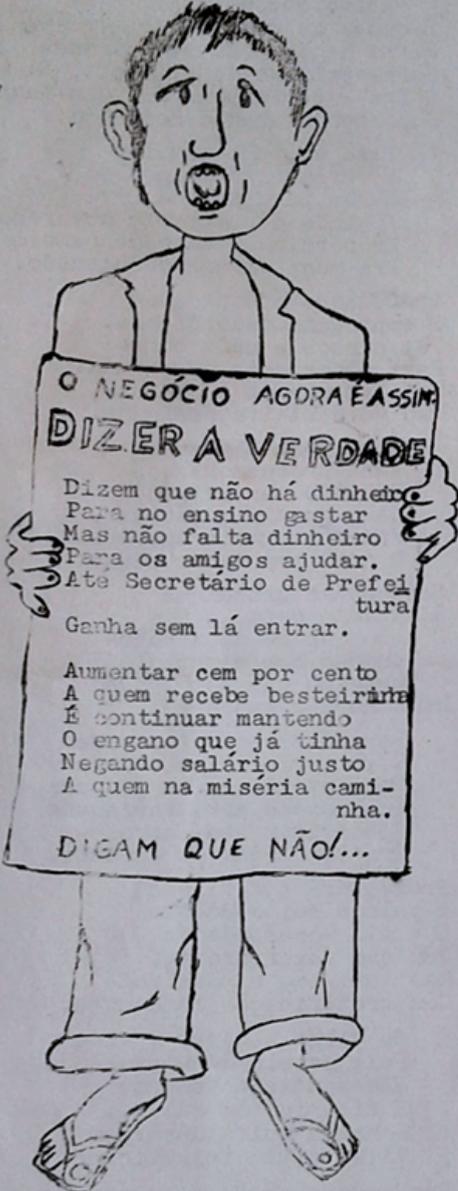


Anexo 12 — Texto sinaliza a posição da Igreja de Chapadinha contra os abusos e perseguições cometidos aos lavradores, abordando ainda a importância da defesa à vida e do cumprimento do bem comum. / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.

ROMANCE:

fl. 16.1

HISTÓRIA de uma professora



Tarefa de educação
Tem lugar de prioridade
Mas isso em Chapadinha
É uma barbaridade
Não se respeita o povo
Nem do Governo a vontade.

Todo o homem brasileiro
Tem direito à educação.
Não só o filho do rico,
Mas todo o cidadão.
Quer viva na cidade
Ou escondido no sertão!

Mas eu vou perguntar
Para alguém me responder:
Poderá filho de caboclo
As letras aprender?
-No interior colégios despacharam
Na cidade não pode viver.

Pobre pai já cansado
Trabalhou noite e dia
Para dar a seus filhos
Um pouco mais de sabedoria
Que lhe deram seus pais
Que viveram em agonia.

Botou força na roça
Ficou com vida doentia!
Muitas vezes chegou a casa
E encontrou panela vazia.
Isto porque na cidade
Filhos tem outra moradia.

Ele sofreu sonhando
Que na velhice teria
Quem o ajudasse vivendô
E tirasse a aposentadoria.
Sua filha estudando
Em tudo o ajudaria!

Mas a pobre moça coitada
Junto ao pai foi morar.
Não sabendo quebrar coco
A pequenada pensou ensinar.
O Prefeito lhe disse que sim
Que a iria gratificar.

Pensava ficar rica
Com emprego municipal;
Todos a iriam respeitar
Não teria outra igual!
Mas tudo saiu errado
E a conclusão foi fatal.

Depressa se viu condenada
A um trabalho forçado.
Pra aumentar o dinheiro
Aceitou trabalho dobrado.
E mesmo assim ganhava
Um salário bem minguado.

O NEGÓCIO AGORA É ASSIM
DIZER A VERDADE

Dizem que não há dinheiro
Para no ensino gastar
Mas não falta dinheiro
Para os amigos ajudar.
Até Secretário de Prefeitura
Ganha sem lá entrar.

Aumentar cem por cento
A quem recebe besteiraria
É continuar mantendo
O engano que já tinha
Negando salário justo
A quem na miséria caminha.

DIGAM QUE NÃO!...

Deus bom e amigo,
Dai-me muita sabedoria!
E, vós musas, me inspirai
Para falar da mixaria
Que ganham os professores
Neste tempo de carístia.

Anexo 13 — Texto demarca a importância do direito à educação enquanto facilitador da conscientização para solucionar os problemas sociais em Chapadinha. / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.



Anexo 14 — Manifestações contra o resultado das eleições presidenciais de Outubro de 2022, são realizadas pelo Brasil. / Imagem e Reprodução: Portal R7.



Anexo 15 — Ato em defesa da Democracia. O dia ficou marcado pela leitura da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”. 11/08/2022 / Imagem e Reprodução: Jornal O Globo.



Anexo 16 — Ato em defesa da Democracia. Multidão ocupa Faculdade de Direito da USP, durante a leitura da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”. 11/08/2022 / Imagem e Reprodução: O Tempo.



Anexo 17 — Chile realiza Plebiscito para votar uma nova constituinte no país. / Imagem e Reprodução: Folha.